

ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS

39º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

São Paulo, 4 a 8 de fevereiro de 2020

Tema Central: Por liberdades democráticas, autonomia universitária e em defesa da educação pública e gratuita

**ANDES
SINDICATO
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

<http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

Gestão 2018/2020

Presidente: Antonio Gonçalves Filho

Secretária-Geral: Eblin Farage

1ª Tesoureira: Raquel Dias Araújo

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Cláudio Anselmo de Souza Mendonça

SUMÁRIO

TEMA II - PLANOS DE LUTAS DOS SETORES	
<p>Texto 58 – Em Defesa das Universidades Federais: Um Plano de Lutas Fundado na Defesa das Pautas Específicas do Setor Contra os Ataques do Governo Bolsonaro/Mourão/Guedes - <i>Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alessandra Assis (APUB), Ana Margarete Gomes da Silva (ADUNEB), Antônio Eduardo (APUR), Avelino da Rosa Oliveira (ADUFPEL), Carlos Cartaxo (ADUFPB), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Taffarel (APUB), Clélia Rejane Atonio Bertoncini (ADUNIFESP), Clarice A. Santos (ADUNB), Claudio Lira (APUB), Davi Romão (APUR), Dimas Santana Souza Neves (ADUNEMAT), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Eduardo Forneck (APROFURG), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Esmael Almeida Machado (ADUEMS), Everaldo Andrade (ADUSP), Fábio Venturine (ADUNIFESP), Fernando Cunha (ADUFPB), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), Juanito Vieira (APESJF), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lisleandra Machado (APESJF), Lilian Marinho (ADUNEB), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Lourdes Sarmiento (ADUEPB), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Virgínia Pinto Bonfim (ADUNEB), Márcia Morschbacher (SEDUFISM), Marcos Ferreira (SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFSC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Marize Carvalho (APUB), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Mariuza Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUNB), Melina Alves (ADUFPB), Naira Souza Moura (ADUNEB), Rita de Cássia Cavalcanti (ADUFPB), Rita de Cássia Machado (SINDUEA), Ronalda Barreto Silva (ADUNEB), Rubia Wegner (ADUR), Sandra Luna (ADUFPB), Sérgio Murillo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvina Carrizo (APESJF).</i></p>	9
<p>Texto 59 – Defender a Categoria EBTT, Também Base do ANDES-SN - <i>Acácio Salvador Vêras e Silva (ADUFPI), Agostinho Júnior Holanda (ADUFPI), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Antônio Eduardo (APUR), Cássia Hack (SINDUFAP) Celi Taffarel (APUB), Cláudio Lira (APUB), Davi Romão (APUR), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Eduardo Forneck (APROFURG), Everaldo Andrade (ADUSP), Fábio Venturine (ADUNIFESP), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Jaqueline Rosa da Cunha (SINDOIF), Juanito Vieira (APESJF), Lisleandra Machado (APESJF), Lilian Marinho (ADUNEB), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Lourdes Sarmiento (ADUEPB), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Virgínia Pinto Bonfim (ADUNEB), Márcia Morschbacher (SEDUFISM), Marcos Ferreira (SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFSC), Marize Carvalho (APUB), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Mariuza Guimarães (ADUFMS), Paulo OpusZka (APUFPR), Priscila Guedes (APESJF), Sarah Munck Vieira (APESJF).</i></p>	12
<p>Texto 60 – Pela Não Adesão ao Programa “Novos Caminhos” do Ministério da Educação (MEC), que Têm Como Perspectiva a Privatização da Educação Profissional e Tecnológica Brasileira - <i>Acácio Salvador Vêras e Silva (ADUFPI), Agostinho Júnior Holanda (ADUFPI), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Antônio Eduardo (APUR), Cássia Hack (SINDUFAP) Celi Taffarel (APUB), Cláudio Lira (APUB), Clélia Rejane Atonio Bertoncini (ADUNIFEP), Clarice A. Santos (ADUNB), Davi Romão (APUR), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Eduardo Forneck (APROFURG), Everaldo Andrade (ADUSP), Fábio Venturine (ADUNIFESP), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Jaqueline Rosa da Cunha (SINDOIF), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), Juanito Vieira (APESJF), Lisleandra Machado (APESJF), Lilian Marinho (ADUNEB), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Lourdes Sarmiento (ADUEPB), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Virgínia Pinto Bonfim (ADUNEB), Márcia Morschbacher (SEDUFISM), Marcos Ferreira (SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFSC), Marize Carvalho (APUB), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Mariuza Guimarães (ADUFMS), Paulo OpusZka (APUFPR), Priscila Guedes (APESJF), Rubia Wegner (ADUR-RJ), Sarah Munck Vieira (APESJF).</i></p>	14
<p>Texto 61 – Em Defesa das IEES e IMES, Constituir Um Plano de Lutas que Unifique o Setor - <i>Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alessandra Assis (APUB), Ana Margarete Gomes da Silva</i></p>	16

<p>(ADUNEB), Antônio Eduardo (APUR), Avelino da Rosa Oliveira (ADUFPEL), Carlos Cartaxo (ADUFPB), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Taffarel (APUB), Clarice Campos (ADUNB), Claudio Lira (APUB), Davi Romão (APUR), Dimas Santana Souza Neves (ADUNEMAT), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Eduardo Forneck (APROFURG), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Esmael Almeida Machado (ADUEMS), Everaldo Andrade (ADUSP), Fábio Venturine (ADUNIFESP), Fernando Cunha (ADUFPB), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Jocimar Lomba Albanex (ADUEMS), Juanito Vieira (APESJF), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lisleandra Machado (APESJF), Lilian Marinho (ADUNEB), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Lourdes Sarmento (ADUEPB), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Virgínia Pinto Bonfim (ADUNEB), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Marcos Ferreira (SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFSC), Marize Carvalho (APUB), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Mariuza Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUNB), Melina Alves (ADUFPB), Naira Souza Moura (ADUNEB), Rita de Cássia Cavalcanti (ADUFPB), Rita de Cássia Machado (SINDUEA), RONALDA BARRETO SILVA (ADUNEB), Rubia Wegner (ADUR), Sandra Luna (ADUFPB), Silvina Nunes (ADUNEMAT), Sérgio Murillo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvina Carrizo (APESJF), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC), Wagner Romão (ADUNICAMP).</p>	
TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS	
<p>Texto 62 – Contribuição Previdenciária e Retrocesso Social dos Professores Federais Aposentados - Professore(a)s do GTSSA e Aposentado(a)s da SEDUFMS: Abel Panerai Lopes, Antonio Carlos Freitas Vale de Lemos, Jose Sales Mariano da Rocha; Joao Batista Dias de Paiva, Lia Tereza Rauber da Silva; Francisco Estigarribia de Freitas, Maria Aparecida Mariano da Rocha, Maria Beatriz de Morais Carnielutti, Nara de Fatima Quadros da Silveira.</p>	20
<p>Texto 63 – Pela Criação de um GT de Comunicação Social e um GT de Artes - GTCA da SEDUFMS, representado por: Luciana Carvalho, Juliana Petermann e João Carlos Gilli Martins; e pelo(a)s sindicalizado(a)s Hugo Blois Filho, Maristela da Silva Souza, Adriana Graciela Desire Zecca e Carmem Dickow Cardoso.</p>	23
<p>Texto 64 – Pelo Fim da Terceirização no Setor de Comunicação do ANDES-SN - GTCA da SEDUFMS, representado por: Luciana Carvalho, Juliana Petermann e João Carlos Gilli Martins; e pelo(a)s sindicalizado(a)s Hugo Blois Filho, Maristela da Silva Souza, Adriana Graciela Desire Zecca e Carmem Dickow Cardoso.</p>	24
<p>Texto 65 – Teremos que Esperar Trinta Anos? Alexsandro Donato de Carvalho (ADUERN-SSind), Lemuel Rodrigues da Silva (ADUERN-SSind), Rosimeiry Florêncio de Queiroz Rodrigues (ADUERN-SSind), Antonio Gautier Farias Falconieri (ADUERN-SSind) e Zacarias Marinho (ADUERN-SSind).</p>	25
<p>Texto 66 – Qual o Balanço da Filiação do ANDES-SN à Conlutas e Qual Conclusão Tirar? Diretoria da ADUFERPE</p>	29
<p>Texto 67 – Compreender o Ataque Pela Via da Formação Inicial e Continuada e Construir a Resistência Ativa dos Profissionais da Educação - Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alessandra Assis (APUB), Ana Margarete Gomes da Silva (ADUNEB), Antônio Eduardo (APUR), Carlos Cartaxo (ADUFPB), Cássia Hack (SINDUFAP) Celi Taffarel (APUB), Claudio Lira (APUB), Claudio Maia Porto (ADUR), Davi Romão (APUR), Dimas Santana Souza Neves (ADUNEMAT), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Eduardo Forneck (APROFURG), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Esmael Almeida Machado (ADUEMS), Everaldo Andrade (ADUSP), Fábio Venturine (ADUNIFESP), Fernando Cunha (ADUFPB), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Jocimar Lomba Albanex (ADUEMS), Juanito Vieira (APESJF), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lisleandra Machado (APESJF), Lilian Marinho (ADUNEB), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Lourdes Sarmento (ADUEPB), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Virgínia Pinto Bonfim (ADUNEB), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Marcos Ferreira (SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFSC), Marize Carvalho (APUB), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Mariuza Guimarães (ADUFMS), Melina Alves (ADUFPB), Rita de Cássia Cavalcanti (ADUFPB), Sérgio Murillo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Rita de Cássia Machado (SINDUEA), Sandra Luna (ADUFPB), Silvina Carrizo (APESJF), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC), Paulo OpusZka (APUFPR).</p>	31
<p>Texto 68 – Defender o Potencial Técnico Científico de Nossas Instituições de Ensino e Pesquisa Contra o</p>	34

<p>Ataque Reacionário do Governo Bolsonaro - <i>Acácio Salvador Vêras e Silva (ADUFPI), Agostinho Júnior Holanda (ADUFPI), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Ana Margarete Gomes da Silva (ADUNEB), Antônio Eduardo (APUR), Carlos Cartaxo (ADUFPB), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Taffarel (APUB), Cláudio Lira (APUB), Clélia Rejane Atonio Bertoncini (ADUNIFEP), Clarice A. Santos (ADUNB), Davi Romão (APUR), Dimas Santana Souza Neves (ADUNEMAT), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Eduardo Forneck (APROFURG), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Esmael Almeida Machado (ADUEMS), Everaldo Andrade (ADUSP), Fábio Venturine (ADUNIFESP), Fernando Cunha (ADUFPB), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), Juanito Vieira (APESJF), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lisleandra Machado (APESJF), Lilian Marinho (ADUNEB), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Lourdes Sarmento (ADUEPB), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Márcio da Silva Costa (ADUFPI), Marcos Antonio Pereira dos Santos (ADUFPI), Marcos Ferreira (SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFSC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria do Carmo de Carvalho e Martins (ADUFPI), Marize Carvalho (APUB), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Mariuza Guimarães (ADUFMS), Melina Silva Alves (ADUFPB), Paulo OpusZka (APUFPR), Renato Peixoto Dagnino (ADUNICAMP), Rita de Cássia Cavalcanti (ADUFPB), Rita de Cássia Machado (SINDUEA), Rubia Wegner (ADUR-RJ), Sandra Luna (ADUFPB), Sérgio Murillo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvina Carrizo (APESJF), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC), Wagner de Melo Romão (ADunicamp).</i></p>	
<p>Texto 69 – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas de Política Agrária, Urbana e Ambiental – A Luta Pela Reforma Agrária Popular e a Educação do Campo: Direito Nosso, Dever do Estado - <i>Clarice Aparecida dos Santos (UnB), Celi Nelza ZulkeTaffarel (APUB), Eduardo Forneck (APROFURG), Marize Carvalho (APUB), Monica Castagna Molina (ADUNB), Luis Antônio Pasquetti(ADUNB), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUNB); Manoel Pereira de Andrade (ADUNB).</i></p>	37
<p>Texto 70 – Precisamos Falar e Cuidar do Adoecimento Docente - <i>Acácio Salvador Vêras e Silva (ADUFPI), Agostinho Júnior Holanda (ADUFPI), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Antônio Eduardo (APUR), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Taffarel (APUB), Cláudio Lira (APUB), Davi Romão (APUR), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Eduardo Forneck (APROFURG), Everaldo Andrade (ADUSP), Fábio Venturine (ADUNIFESP), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Juanito Vieira (APESJF), Lisleandra Machado (APESJF), Lilian Marinho (ADUNEB), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Lourdes Sarmento (ADUEPB), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Mairton Celestino da silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Virgínia Pinto Bonfim (ADUNEB), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Marcos Ferreira (SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFSC), Marize Carvalho (APUB), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Mariuza Guimarães (ADUFMS), Paulo OpusZka (APUFPR), Priscila Guedes (APESJF), Sarah Munck Vieira (APESJF).</i></p>	41
<p>Texto 71 – ANDES-SN e CSP-CONLUTAS: O Balanço Urgente e Necessário Para a Saída do Isolamento - <i>Denise Maria Maia (APUFPR), Paulo Ricardo Opuszka (APUFPR), Paulo Vieira Neto (APUFPR), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alessandra Assis (APUB), Ana Margarete Gomes da Silva (ADUNEB), Antônio Eduardo (APUR), Avelino da Rosa Oliveira (ADUFPEL), Carlos Cartaxo (ADUFPB), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Taffarel (APUB), Clarice Campos (ADUNB), Claudio Lira (APUB), Claudio Maia Porto (ADUR), Davi Romão (APUR), Dimas Santana Souza Neves (ADUNEMAT), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Eduardo Forneck (APROFURG), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Esmael Almeida Machado (ADUEMS), Everaldo Andrade (ADUSP), Fábio Venturine (ADUNIFESP), Fernando Cunha (ADUFPB), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), Juanito Vieira (APESJF), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lisleandra Machado (APESJF), Lilian Marinho (ADUNEB), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Lourdes Sarmento (ADUEPB), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Mairton Celestino da silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Virgínia Pinto Bonfim (ADUNEB), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Marcos Ferreira (SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFSC), Marize Carvalho (APUB), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Mariuza Guimarães (ADUFMS), Melina Alves (ADUFPB), Rita de Cássia Cavalcanti (ADUFPB), Rita de Cássia Machado (SINDUEA), Rubia Wegner (ADUR),</i></p>	43

<i>Sandra Luna (ADUFPB), Sérgio Murillo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvina Carrizo (APESJF), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC), Wagner Romão (ADUNICAMP).</i>	
Texto 72 – Pela Manutenção do FUNDEB e da Vinculação Constitucional, dos Recursos da Educação, Com o Controle Social Fortalecido - <i>Professore(a)s sindicalizado(a)s da ADUFG - Gene Maria Vieira Lyra-Silva, Lucinéia Scremin Martins, Gardenia de Souza Furtado Lemos, Livia Gomes dos Santos, Cristiane Lopes Simão Lemos, Sheila Gonçalves do Couto Carvalho, Flávio Munhoz Sofiati, Hugo Leonardo Fonseca da Silva, Alcides Pontes Remijo, Alexandre Aguiar dos Santos, Fabiana Itaci Correa de Araújo, José Rodolfo Pacheco Thiesen e Luís Augusto Vieira.</i>	45
Texto 73 – Aumentar o Envolvimento com as Questões Relacionadas à Política Nacional de Mineração e Seus Impactos Sócio-Ambientais - <i>José Domingues de Godoi Filho (ADUFMAT); Armando Wilson Tafner Junior (ADUFMAT); Francisco de Arruda Machado (ADUFMAT); Haya Del Bel (ADUFMAT); Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT); Althen Teixeira Filho (ADUFPEL); Antonio Luís Andrade (ADUNESP); Carlos Domingos da Silva (ADUR-RJ).</i>	47
Texto 74 – O ANDES-SN Na Luta Contra O Avanço da Mineração no Rio Grande do Sul - <i>Assembleia Geral da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS.</i>	49
Texto 75 – Em Defesa do Ensino Superior Público e da Autonomia Universitária, o ANDES-SN Não Endossa o Relatório do GT-EDSUP - <i>Diretoria da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS.</i>	51
Texto 76 – Responder à Mercantilização e Destruição da Seguridade Social com a Bandeira de Expropriação da Rede Privada Sob Controle Operário - <i>Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (Sindiprol/Aduel), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE) e Viviane Vidal da Silva (ADUA).</i>	52
Texto 77 – O Desafio da Luta De Classe na Atual Conjuntura - <i>Adriana Lins Precioso (ADUNEMAT), Chiara Maria Seidel (ADUNEMAT), Clarianna Martins Baicere Silva (ADUFMAT), Loreнна Cardoso Rezende (ADUFMAT), Patricia da Costa Marisco (ADUFMAT), Thielide Verônica da Silva Pavanelli Troian (ADUNEMAT).</i>	55
Texto 78 – Lutar Pela Manutenção da Função Social da Propriedade e da Universidade: Uma Crítica ao "VIVAUF RJ" - <i>Alexis Saludjian (Adufrj-SSind), Cláudio Ribeiro (Adufrj-SSind), Elaine Behring (Asduerj), Elídio A. Borges Marques (Adufrj-SSind), Ivanete Boschetti (Adufrj-SSind), Luciano Coutinho (Adufrj-SSind), Juliana Fiuza (Asduerj), Renata L B Flores (Adufrj-SSind), Sara Granemann (Adufrj-SSind).</i>	56
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 79 – Autorização Para Aquisição de Imóvel no Rio de Janeiro/RJ Para Instalação da Sede da Regional Rio de Janeiro - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	67
Texto 80 – Homologação da Revogação de Constituição de Seção Sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	68
Texto 81 – Observatório do Conhecimento: Em Defesa da Ciência, Pesquisa, Inovação e das Universidades Públicas Brasileiras - <i>Eleonora Ziller (ADUFERJ); Luis Antonio Pasquetti (ADUNB); Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUNB); Paulo Ricardo OpusZka (APUFPR); Wagner de Melo Romão (ADunicamp).</i>	69
Texto 82 – Um Sindicato, Uma Regra Para Um Congresso - <i>Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Lilian Marinho (ADUNEB), Lourdes Sarmiento (ADUEPB), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Marcos Ferreira (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUNB).</i>	70
Texto 83 – Unidade na Diferença: Pelo Reconhecimento das Diferentes Formas de Participação em Deliberações nas Seções Sindicais com Características Multi-Institucionais e Multipolos - <i>Diretoria da ADOPEAD</i>	72
ERRATA AO CADERNO DE TEXTOS DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN	76

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II - PLANOS DE LUTAS DOS SETORES	
TR 58 – Em Defesa das Universidades Federais: Um Plano de Lutas Fundado na Defesa das Pautas Específicas do Setor Contra os Ataques do Governo Bolsonaro/Mourão/Guedes	10
TR 59 – Defender a Categoria EBTT, Também Base do ANDES-SN	13
TR 60 – Pela Não Adesão ao Programa “Novos Caminhos” do Ministério da Educação (MEC), que Têm Como Perspectiva a Privatização da Educação Profissional e Tecnológica Brasileira	16
TR 61 – Em Defesa das IEES e IMES, Constituir Um Plano de Lutas que Unifique o Setor	18
TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS	
TR 62 – Contribuição Previdenciária e Retrocesso Social dos Professores Federais Aposentados	22
TR 63 – Pela Criação de um GT de Comunicação Social e um GT de Artes	24
TR 64 – Pelo Fim da Terceirização no Setor de Comunicação do ANDES-SN	25
TR 65 – Teremos que Esperar Trinta Anos?	29
TR 66 – Qual o Balanço da Filiação do ANDES-SN à Conlutas e Qual Conclusão Tirar?	30
TR 67 – Compreender o Ataque Pela Via da Formação Inicial e Continuada e Construir a Resistência Ativa dos Profissionais da Educação	34
TR 68 – Defender o Potencial Técnico Científico de Nossas Instituições de Ensino e Pesquisa Contra o Ataque Reacionário do Governo Bolsonaro	36
TR 69 – Avaliação e Atualização do Plano de Lutas de Política Agrária, Urbana e Ambiental – A Luta Pela Reforma Agrária Popular e a Educação do Campo: Direito Nosso, Dever do Estado	40
TR 70 – Precisamos Falar e Cuidar do Adoecimento Docente	42
TR 71 – ANDES-SN e CSP-CONLUTAS: O Balanço Urgente e Necessário Para a Saída do Isolamento	45
TR 72 – Pela Manutenção do FUNDEB e da Vinculação Constitucional, dos Recursos da Educação, Com o Controle Social Fortalecido	46
TR 73 – Aumentar o Envolvimento com as Questões Relacionadas à Política Nacional de Mineração e Seus Impactos Sócio-Ambientais	48
TR 74 – O ANDES-SN Na Luta Contra O Avanço da Mineração no Rio Grande do Sul	50
TR 75 – Em Defesa do Ensino Superior Público e da Autonomia Universitária, o ANDES-SN Não Endossa o Relatório do GT-EDSUP	52
TR 76 – Responder à Mercantilização e Destruição da Seguridade Social com a Bandeira de Expropriação da Rede Privada Sob Controle Operário	54
TR 77 – O Desafio da Luta De Classe na Atual Conjuntura	56
TR 78 – Lutar Pela Manutenção da Função Social da Propriedade e da Universidade: Uma Crítica ao "VIVAUFRRJ"	65
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 79 – Autorização Para Aquisição de Imóvel no Rio de Janeiro/RJ Para Instalação da Sede da Regional Rio de Janeiro	67
TR 80 – Homologação da Revogação de Constituição de Seção Sindical	68
TR 81 – Observatório do Conhecimento: Em Defesa da Ciência, Pesquisa, Inovação e das Universidades Públicas Brasileiras	69
TR 82 – Um Sindicato, Uma Regra Para Um Congresso	71
TR 83 – Unidade na Diferença: Pelo Reconhecimento das Diferentes Formas de Participação em Deliberações nas Seções Sindicais com Características Multi-Institucionais e Multipolos	74

TEMA II - PLANOS DE LUTAS DOS SETORES

TEXTO 58

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alessandra Assis (APUB), Ana Margarete Gomes da Silva (ADUNEB), Antônio Eduardo (APUR), Avelino da Rosa Oliveira (ADUFPEL), Carlos Cartaxo (ADUFPB), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Taffarel (APUB), Clélia Rejane Atonio Bertoncini (ADUNIFESP), Clarice A. Santos (ADUNB), Claudio Lira (APUB), Davi Romão (APUR), Dimas Santana Souza Neves (ADUNEMAT), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Eduardo Forneck (APROFURG), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Esmael Almeida Machado (ADUEMS), Everaldo Andrade (ADUSP), Fábio Venturine (ADUNIFESP), Fernando Cunha (ADUFPB), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), Juanito Vieira (APESJF), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lisleandra Machado (APESJF), Lilian Marinho (ADUNEB), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Lourdes Sarmento (ADUEPB), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Virgínia Pinto Bonfim (ADUNEB), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Marcos Ferreira (SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFSC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Marize Carvalho (APUB), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Mariuza Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUNB), Melina Alves (ADUFPB), Naira Souza Moura (ADUNEB), Rita de Cássia Cavalcanti (ADUFPB), Rita de Cássia Machado (SINDUEA), RONALDA BARRETO SILVA (ADUNEB), Rubia Wegner (ADUR), Sandra Luna (ADUFPB), Sérgio Murillo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvina Carrizo (APESJF).

EM DEFESA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: UM PLANO DE LUTAS FUNDADO NA DEFESA DAS PAUTAS ESPECÍFICAS DO SETOR CONTRA OS ATAQUES DO GOVERNO BOLSONARO/MOURÃO/GUEDES

TEXTO DE APOIO

Na atual conjuntura brasileira, a democracia, os direitos, a soberania nacional, os serviços públicos e os servidores públicos são os principais alvos dos ataques do governo Bolsonaro/Guedes/Moro. Nesse bojo, as Universidades públicas são criminalizadas quase que semanalmente, incluindo os seus docentes.

Da EC 95/2016 (de Temer), dos cortes orçamentários que ferem de morte o funcionamento da universidade e a realização do ensino, da pesquisa e da extensão, à reforma da Previdência, ao Programa Future-se, até às recentes propostas de EC (a do Pacto Federativo, a Emergencial e a dos Fundos Públicos) indicam o tamanho dos desafios postos ao Andes-SN no próximo período no âmbito da luta em defesa das universidades federais e dos/as docentes. Estes desafios, em nossa avaliação demandam a construção de um plano de lutas que articule as pautas específicas dos/as docentes do setor das federais (no âmbito do salário, da carreira e das condições de trabalho) com a luta contra os ataques do governo Bolsonaro//Guedes/Moro às universidades públicas, aos/às docentes e aos servidores/as públicos geral. Desafios que coloquem o ANDES-SN em um patamar de organização e de ação voltado à resistência aos ataques às IFES, mas, também, que não se omitta diante da luta em torno das pautas específicas da categoria.

Após o golpe de 2016, durante o governo Temer, tivemos a aprovação da EC 95/2016, que congela os recursos orçamentários da União por 20 anos. Os efeitos desta EC já se fazem sentir

no cotidiano das IFES com a redução de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão (editais, bolsas, etc.) e/ou para a realização e/ou participação em eventos científicos, com o racionamento de energia elétrica e demais recursos, com a precarização da assistência estudantil com a demissão de trabalhadores/as terceirizados/as, etc. Visando dar sustentação a esta EC, o governo Bolsonaro/ /Guedes/Moro tem apresentado um conjunto de reformas (além da Reforma da Previdência), das quais destacamos o Programa Future-se e o Plano Brasil Mais.

O aludido déficit nas contas públicas usado como argumento para os ataques desferidos por Bolsonaro/Guedes/Moro aos servidores/as públicos/as encobre a recessão econômica cuja raiz está no golpe de 2016 e nas medidas econômicas de Temer-Bolsonaro, que ocasiona uma queda acentuada das receitas.

Os efeitos do Programa Future-se, caso seja aprovado, sobre o salário, carreira e condições de trabalho serão nefastos. Entre estes, citamos: as contratações passarão a ocorrer pelo regime celetista ou pela terceirização (o fim dos concursos públicos!); o estabelecimento de diferença salarial entre os/as professores/as concursados/as e os/as professores/as contratados em regime CLT; o congelamento de salários; a “oferta” de um plano de demissão (PDV) aos/as professores concursados e a adesão ao novo regime de admissão; o estabelecimento de metas e avaliações de desempenho vinculando-as aos salários do/as servidores/as; a gestão universitária realizada por “especialistas” – inclusive não membros do corpo docente as instituições; alteração da natureza do trabalho docente universitário: do professor pesquisador para o professor empresário.

O Plano Brasil Mais, apresentado ao Congresso no dia 05 de novembro de 2019, é composto por três PEC (PEC do Pacto Federativo, PEC Emergencial e PEC dos Fundos Públicos). Estas propostas assentam-se em “desvincular, desobrigar e desindexar” o orçamento, além de medidas de privatização. Acerca de efeitos sobre o salário, carreira e condições de trabalho, destacamos: veto à promoção de servidores/as públicos, mesmo àqueles que possuam os requisitos para tal benefício (excluídos diplomatas, judiciários, membros do MP, policiais e militares); impedimento de reajustes, criar cargos, reestruturar carreiras e realizar concursos; possibilidade de redução de jornada de trabalho em 25% e de salários dos/as servidores/as públicos; aumento do estágio probatório de 03 para 10 anos.

É necessário todo empenho já no início do ano na Campanha Salarial, embora o governo Bolsonaro/Guedes/Moro não estejam dispostos a negociar. Cabe ao ANDES-SN, junto com outros sindicatos, forçar a discussão e negociação. Estamos com defasagem salarial que se aprofunda, principalmente depois de 2015, e para piorar, por conta da Reforma da Previdência, teremos perdas reais de rendimento em 2020, uma vez que aumentará o desconto previdenciário da maioria dos professores/as.

TR – 58

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

(a) Defender o regime de trabalho em dedicação exclusiva (DE) como prioritário para a carreira docente e defender a DE em todos os âmbitos em que esse regime de trabalho está sendo atacado;

(b) Lutar pela realização regular de concursos públicos para docentes para além da reposição via aposentadorias, superando a atual situação de crescimento acelerado da precarização do trabalho docente nas IFES;

(c) Orientar às seções sindicais e regionais a realizarem ampla divulgação e amplo debate sobre a atual estrutura da carreira do Magistério Público Federal, sobre os ataques do governo Bolsonaro/Mourão/Guedes à carreira, bem como sobre o Plano de Carreira do ANDES-SN;

- (d) Construir uma grande Campanha Salarial 2020 em conjunto com o FONASEFE, mas que tenha uma forte campanha no seio da categoria docente, onde seja apresentado as perdas do período, e uma proposta objetiva de reajuste salarial.
- (e) Defender a carreira docente das IFE, e garantir o direito de afastamento e da licença capacitação como previsto em Lei.
- (f) Lutar pela revogação de todas as medidas dos governos Temer e Bolsonaro/Mourão/Guedes que atacam os serviços públicos em geral e, em específico, as IFES e os/as docentes;
- (g) Lutar contra o Future-se ou programa similar, no plano das IFES (localmente) e em nível nacional, reafirmando o projeto de universidade pública historicamente defendido pelo ANDES-SN;
- (h) Lutar, em unidade com as demais entidades e centrais sindicais, contra o Plano Brasil Mais;
- (i) Lutar em defesa da liberdade de cátedra nas IFES;
- (j) Lutar pela autonomia financeira, científica e pedagógicas das IFES, incluindo-se a defesa do direito de que as comunidades acadêmicas tenham respeitadas as suas decisões de escolha de reitores/as em consultas públicas (defesa do processo de nomeação do/a reitor/a mais votado);
- (k) Lutar pela liberação de 100% do orçamento de custeio e investimento das IFES previsto para 2020 e opor-se a todo e qualquer corte ou atraso do repasse financeiro às IFES, à ciência e à tecnologia;
- (l) Preparar a mobilização da categoria, já se incorporando a chamada do dia 18/03 pela CNTE contra as PECs das destruições (186, 187 e 188) e rejeição da MP 905, em todas as instituições para barrar o Programa Future-se e do Plano Brasil Mais, com calendário de mobilização nacional que acompanhe a tramitação do PL e das PEC, respectivamente;

TEXTO 59

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Acácio Salvador Vêras e Silva (ADUFPI), Agostinho Júnior Holanda (ADUFPI), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Antônio Eduardo (APUR), Cássia Hack (SINDUFAP) Celi Taffarel (APUB), Cláudio Lira (APUB), Davi Romão (APUR), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Eduardo Forneck (APROFURG), Everaldo Andrade (ADUSP), Fábio Venturine (UNIFESP), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Jaqueline Rosa da Cunha (SindoIF), Juanito Vieira (APESJF), Lisleandra Machado (APESJF), Lilian Marinho (ADUNEB), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Lourdes Sarmento (ADUEPB), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Virgínia Pinto Bonfim (ADUNEB), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Marcos Ferreira (SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFSC), Marize Carvalho (APUB), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Mariuza Guimarães (ADUFMS), Paulo OpusZka (APUFPR), Priscila Guedes (APESJF), Sarah Munck Vieira (APESJF).

DEFENDER A CATEGORIA EBTT, TAMBÉM BASE DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Tem sido prática contumaz do Governo Bolsonaro/Mourão, em particular do Ministro da Educação, Abraham Weintraub, o ataque aos professores e instituições públicas de ensino, através de várias práticas, narrativas e projetos de lei. Desde projetos que se encontram antes desse governo assumir, como o exemplo do Escola Sem partido, mas com recrudescimento após a posse do Bolsonaro, a ataques recentes, como canais para denúncia de professores, corte de verbas, narrativas mentirosas de desqualificação das universidades, bem como projetos como Future-se, o Programa Novos Caminhos (lançado em 03/10/2019) e outros de igual perversidade, é fato que vivemos uma guerra ideológica e iniciativas no sentido de privatização ou mesmo destruição das Instituições públicas de ensino, num ritmo orquestrado de aniquilação dos direitos e de implementação de uma pauta neoliberal numa velocidade jamais vista no país.

Os ataques às instituições de ensino superior (IEs), em particular, tem sido uma das pautas obstinadas do governo, e embora de uma incidência severa, não tem passado sem resposta e outras formas de resistência. Andes-SN, Andifes, Fasubra, Conselhos Universitários, Condicap, demais setores da educação, tem publicado notas-denúncias em resposta a esses ataques, divulgado o trabalho das mesmas, informado e impetrado ações contra o Ministério da Educação, em particular, com vistas e responsabilizar por ataques e calúnias às instituições. Fato que essas narrativas e projetos que atacam as instituições públicas de Ensino incidem de maneira mais grave em alguns grupos em particular, a exemplo das campanhas difamatórias mais incisivas contra a área de Humanas, as propostas de amordaçar professores e militarização das escolas que afetam de maneira mais direta a categoria EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Ao trabalhar com crianças e adolescentes, esses professores tem contato permanente e direto com responsáveis, são vítimas de difamação a exemplo das torpes campanhas sobre possível implementação de “ideologia de gênero” e “doutrinação” nas escolas, e o já citado canais de denúncias, dentre outras. A percepção e propostas que contemplem as especificidades das carreiras se fazem premente nesse momento que, longe de dividir, estabelece políticas mais bem sucedidas e mais próximas das realidades dos professores, obviamente sem perder de vista a necessária unificação da categoria e o entendimento de que somos classe trabalhadora.

O **FÓRUM RENOVA ANDES** tem historicamente se esforçado para sugerir TRs que contemplem a categoria EBTT, tendo em vista a percepção urgente e necessária das suas vulnerabilidades e necessidades específicas, a exemplo das várias TRs [(a) EM DEFESA DOS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO, 37º Congresso do ANDES-SN, pelo direito de aprender e ensinar 38º Congresso de Belém, que sugeriu com sucesso os encontros nacionais da categoria EBTT; b) TR 55 - EM DEFESA DA CARREIRA DAS PROFESSORAS E PROFESSORES DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PARTICIPAÇÃO DO ANDES-SN NO GRUPO DE TRABALHO (GT) INSTITUÍDO POR MEIO DA PORTARIA SETEC Nº 14, DE 3 DE MAIO DE 2017], que propôs sem sucesso que o ANDES-SN participasse das decisões dos grupos de trabalho como legítimo representante dos trabalhadores e trabalhadoras da carreira EBTT, no caderno anexo do 37º Congresso de Salvador] discussões e intervenções na base que tem encampado, além da defesa intransigente da liberdade de cátedra, a posição contrária à militarização das escolas, a defesa dos colégios de aplicação e dos institutos federais e desse modelo de educação, pautado numa perspectiva pública, gratuita, laica, crítica e socialmente referenciada.

TR - 59

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1) Que as Seções Sindicais do Andes-SN, encampem junto às Administrações das Universidades e Institutos federais, portarias de defesa da Liberdade de Cátedra, (a exemplo da Portaria 1254 de 2018, da Universidade Federal de Uberlândia, RESOLUÇÃO Nº 04/19-COUN da Universidade Federal do Paraná, e da UFJF, formulada pela CPPD e no aguardo de votação no Consu) e que, embora direito garantido constitucionalmente, esses documentos aprovados no âmbito das Instituições de Ensino reservam grande valor simbólico e de clara posição interna na defesa desse direito frontalmente ameaçado;
- 2) Combater a militarização das escolas, pela grave ameaça que esse modelo reserva, ao defender o disciplinamento e a legitimação de um modelo de perseguição a professores e restrição severa do direito de cátedra, através de campanhas e dados sobre adoecimento de professores e estudantes dessas instituições, bem como do alto custo financeiro desse modelo de ensino;
- 3) Que o Andes-SN realize uma Campanha Nacional de divulgação do trabalho dos Colégios de Aplicação, Institutos Federais e CEFETs;
- 4) Criação, no âmbito do Andes-SN, de Grupo de Trabalho de professores EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), que permita a discussão e atenção às questões específicas que atingem mais diretamente a categoria.

TEXTO 60

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Acácio Salvador Vêras e Silva (ADUFPI), Agostinho Júnior Holanda (ADUFPI), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Antônio Eduardo (APUR), Cássia Hack (SINDUFAP) Celi Taffarel (APUB), Cláudio Lira (APUB), Clélia Rejane Atonio Bertoncini (ADUNIFEP), Clarice A. Santos (ADUNB), Davi Romão (APUR), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Eduardo Forneck (APROFURG), Everaldo Andrade (ADUSP), Fábio Venturine (ADUNIFESP), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Jaqueline Rosa da Cunha (SindoIF), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), Juanito Vieira (APESJF), Lisleandra Machado (APESJF), Lilian Marinho (ADUNEB), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Lourdes Sarmiento (ADUEPB), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Virgínia Pinto Bonfim (ADUNEB), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Marcos Ferreira (SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFSC), Marize Carvalho (APUB), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Mariuza Guimarães (ADUFMS), Paulo OpusZka (APUFPR), Priscila Guedes (APESJF), Rubia Wegner (ADUR-RJ), Sarah Munck Vieira (APESJF).

PELA NÃO ADESAO AO PROGRAMA “NOVOS CAMINHOS” DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC), QUE TÊM COMO PERSPECTIVA A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA BRASILEIRA.

TEXTO DE APOIO

Este parágrafo apresenta e denota a importância da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os **Institutos Federais (IFs)** de Educação, Ciência e Tecnologia, com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino técnico profissionalizante de nível médio, assim como a levar para os rincões do país o ensino superior, por meio da elaboração de cursos superiores de tecnologias e licenciaturas, nas áreas das ciências da natureza e das exatas. Desta forma, o setor público ampliou o número de vagas e retomou o protagonismo em relação ao ensino médio profissional e integrado. Desde a sua criação, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica se mantém firme em sua missão de transformar as vidas das pessoas. Seja por meio da formação profissional, da pesquisa aplicada e/ou dos projetos extensionistas, envolvendo diretamente estudantes e servidores, levando o conhecimento para além dos muros das instituições que compõem a Rede Federal.

Em 08 de outubro de 2019, o MEC apresenta o seu mais novo ataque aos IFs, por meio da criação do Programa denominado **Novos Caminhos, voltado ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica no país**. De acordo com MEC, *“com o programa, e em conformidade com a meta definida no Plano Plurianual 2020-2023, pretende-se aumentar em 80% (alcançar 3,4 milhões) o total de matrículas em cursos de formação técnica”*(<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32020-setec?start=140>). Além disso, a iniciativa também espera oferecer treinamento e capacitação para mais de 40 mil professores interessados em atuar na modalidade de educação profissional.

De acordo com o ministro da Educação, o programa tem o intuito de quebrar paradigmas no país contra as funções técnicas/operacionais. *“A Europa tem quase 50% dos jovens fazendo ensino técnico. O país mais rico da América do Sul, o Chile, tem 30% de ensino técnico. E*

quanto o Brasil tem? 8%.” (SIC) (<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32020-setec?start=140>).

O projeto foge da proposta de uma educação politécnica, de formação para a cidadania, para uma formação puramente voltada aos interesses de mercado. O que pode ser confirmado com citação do secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Ariosto Antunes Culau, no dia da apresentação do Programa: **“A educação tem que estar voltada para o mercado de trabalho, não pode dar as costas e ignorar as demandas do setor produtivo”**

Ao todo, quatro portarias foram assinadas pelo chefe da pasta para validar o novo programa. A exemplo do Pronatec, o novo modelo traz uma série de ações semelhantes, visto que prevê parcerias com o Sistema S (Senai, Sesi, Sebrae, etc), os IFs, as faculdades privadas e os estados. Além de reconhecer diplomas de pessoas que já concluíram a formação técnica desde 2016, o incremento no treinamento de 40 mil professores e abertura de editais para projetos na área.

Contudo, em comparação com o Pronatec, o orçamento do programa Novos Caminhos é baixo. Entre 2011 e 2019, a iniciativa criada na gestão de Dilma Rousseff recebeu um investimento de R\$14 bilhões. Os novos editais correspondem a um investimento de R\$5 milhões. De acordo com o MEC, esse valor é compatível com o orçamento aprovado para 2020.

Com pouco embasamento sobre a origem dos recursos e estratégias práticas para sua execução, as críticas ao programa recaem sobre o modelo tecnicista que se impõem sobre a educação profissional e tecnológica.

Importante salientar a incoerência sobre o orçamento, a 100ª reunião do Conif, ocorrida na semana do dia 08/10/19 no IFES - campus Guarapari, discutiu-se as perspectivas para 2020, e um dos pontos da pauta foi o Projeto de Lei Orçamentária Anual 2020 (PLOA 2020), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro do próximo ano, incluindo a Educação. A LDO foi aprovada (<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/09/congresso-aprova-ldo-para-2020>) na mesma semana no Congresso Nacional, sendo que o orçamento proposto na PLOA para 2020 é o mesmo valor de 2019. O Conif debateu essa situação, tendo em vista que a distribuição orçamentária era definida pela matriz Conif, que considera o número de matrículas de cada instituto. Como no Projeto de Lei Orçamentária Anual 2020 foram lançados os mesmos valores que 2019, não terá como usar a distribuição feita pela matriz Conif. Assim, todos os institutos federais vão ficar com a mesma previsão orçamentária.

Embora o MEC mencione o Plano Nacional da Educação (PNE), a partir da Emenda Constitucional 95, que congelou os recursos destinados à educação por 20 anos, ficou decretado o fim das metas e estratégias do PNE. Conforme o Prof. Dante Moura (IFRN), **“Aumentar matrículas nessas condições é avançar em um processo exclusivamente certificador, [essa ampliação de matrículas] vai ser nos cursos FIC. O sujeito vai ser formado de maneira aligeirada, pobre, para as atividades periféricas do mercado. E isso tem um destino certo: a classe trabalhadora empobrecida desse país.”**

E o professor Moura exemplifica quando observa que as profissões de encanador e eletricitista – não são de cursos técnicos. Não existe curso técnico de eletricitista nem de encanador. Existem cursos técnicos em eletrotécnica e em construção civil, formações muito mais amplas. A denominação ‘encanador’ e ‘eletricista’ é muito mais coerente com os cursos FIC.

Ademais, com vistas a redução de custos por estudante, pois não se preocuparão com gastos relativos à moradia e ao deslocamento, conseguindo conciliar o estudo com a atuação no mercado de trabalho, parte da carga horária dos cursos será feita através de “ensino parcial”, com conteúdos teóricos oferecidos a distância e aulas práticas em laboratórios “uma a duas vezes por semana”. De acordo com o ministro: **“É importante dizer que o ensino a distância puro será uma exceção, o que teremos é o ensino parcial. O aluno vai de uma a duas vezes por semana ao laboratório e tem aula prática. Já a parte teórica [é feita] a distância. Essa combinação reduz drasticamente o custo do aluno por ano”,** (SIC)

(<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/mec-apresenta-novo-programa-para-educacao-profissional>).

TR -60

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que o Andes-SN se posicione contrariamente ao Programa Novos Caminhos por representar um ataque a concepção da Rede Federal;
2. Que o Andes-SN encampe uma ampla campanha nacional em defesa dos Institutos Federais, sendo esclarecedora de suas funções na profissionalização, produção e oferta de público, gratuito, de qualidade e presencial;
3. Criação, no âmbito do Andes-SN, de Grupo de Trabalho de professores EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), que permita a discussão e atenção às questões específicas que atingem mais diretamente a categoria.

TEXTO 61

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alessandra Assis (APUB), Ana Margarete Gomes da Silva (ADUNEB), Antônio Eduardo (APUR), Avelino da Rosa Oliveira (ADUFPEL), Carlos Cartaxo (ADUFPB), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Taffarel (APUB), Clarice Campos (ADUNB), Claudio Lira (APUB), Davi Romão (APUR), Dimas Santana Souza Neves (ADUNEMAT), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Eduardo Forneck (APROFURG), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Esmael Almeida Machado (ADUEMS), Everaldo Andrade (ADUSP), Fábio Venturine (ADUNIFESP), Fernando Cunha (ADUFPB), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), Juanito Vieira (APESJF), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lisleandra Machado (APESJF), Lilian Marinho (ADUNEB), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Lourdes Sarmiento (ADUEPB), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Virgínia Pinto Bonfim (ADUNEB), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Marcos Ferreira (SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFSC), Marize Carvalho (APUB), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Mariuza Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUNB), Melina Alves (ADUFPB), Naira Souza Moura (ADUNEB), Rita de Cássia Cavalcanti (ADUFPB), Rita de Cássia Machado (SINDUEA), Ronalda Barreto Silva (ADUNEB), Rubia Wegner (ADUR), Sandra Luna (ADUFPB), Silvina Nunes (ADUNEMAT), Sérgio Murillo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvina Carrizo (APESJF), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC), Wagner Romão (ADUNICAMP).

EM DEFESA DAS IEES E IMES, CONSTITUIR UM PLANO DE LUTAS QUE UNIFIQUE O SETOR

TEXTO DE APOIO

As universidades estaduais e municipais ocupam um lugar particular no ensino superior do Brasil, por estar presente na maioria dos estados e em regiões onde o acesso à universidade

pública é mais difícil. Entre as décadas de 80 e 90, foi a criação de diversas IEESS e IMESs, inclusive nas capitais de diversos estados, que ajudou na expansão de vagas no ensino superior, enquanto as universidades federais permaneciam com sua expansão estagnadas e passavam por um processo de sucateamento.

A expansão das IEESS e IMESs, no entanto, foi marcada por uma série de problemas estruturais que as caracterizam até hoje e que afetam diretamente a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão nessas universidades. Entre esses problemas estruturais destacamos: a questão central do financiamento, com repasses insuficientes, irregulares e que variam ao sabor dos interesses políticos e eleitorais dos governos estaduais de plantão; ausência de planos de cargos e salários para docentes e técnicos; infraestrutura precária, com péssimas condições de trabalho; ausência de concursos regulares gerando precarização do trabalho docente e terceirização do setor dos técnicos administrativos.

Esse quadro de problemas que destacamos percorre o conjunto das IEESS atualmente, inclusive as tradicionais e reconhecidas universidades estaduais de São Paulo e do Rio de Janeiro. Os ataques sofridos há pouco tempo pela UERJ ainda está na memória dos docentes de todo o país. Naquele momento a UERN também estava sob ataque e não faltaram propostas para sua privatização vinda de setores do governo estadual potiguar. As longas greves de docentes das IEESS da Bahia, do Piauí e do Paraná, realizadas recentemente, também mostram que os ataques se repetem em governos de diferentes partidos.

Os depoimentos registrados no último encontro estadual do setor da IEESS e IMESs, realizado pelo ANDES-SN em Gurupi (TO), além de informações que circulam no movimento docente nacional e na imprensa, mostram que neste momento as universidades estaduais estão sob ataque generalizado. Esses ataques se concentram na tentativa de avançar no desmonte das IEESS, abrindo caminho para sua privatização, com diferentes ataques: propondo e instituindo políticas privatistas em seu interior (financiamento privado para pesquisas, cobrança de mensalidades, terceirizações); propondo cortes orçamentários ou executando contingenciamento de recursos que tornam cada vez mais precários o seu funcionamento; fazendo ataques através de comissões parlamentares de inquérito ou produzindo matérias na imprensa que visam jogar a opinião da população contra as universidades públicas, caracterizadas como sem controle, com baixa produtividade, com privilégios e com o ensino e a pesquisa aparelhados pela “esquerda”.

Nesse processo os docentes tem sofrido duros ataques, como aqueles executados pelos governos da Bahia e do Paraná, em geral direcionados contra os planos de carreira existentes e conquistados com muita luta (como é o caso da Bahia) ou tentando impedir que sejam conquistadas reposições salariais e planos de carreira que atendam às suas necessidades (como é o caso do Paraná). Para isso os governos estaduais se utilizam de diferentes mecanismos de pressão e controle, que colocam em risco a autonomia das universidades.

Esse quadro tende a se agravar com o programa Future-se, que afeta diretamente as IEESS e IMESs, com os cortes que traz para o ensino, a pesquisa e a extensão do setor, e que tende a ser reproduzido pelos governos estaduais alinhados com a política do governo Bolsonaro.

O ANDES-SN não pode se comportar como comentarista dessas lutas, fazendo apenas a sua divulgação. É necessário que o sindicato tenha um plano de ação unificado, que articule as lutas dos docentes das IEESS e IMESs, tendo como ponto de partida as suas reivindicações básicas. Para isso o ANDES-SN deve ter como prioridade para o setor o estabelecimento de um plano de lutas que tenha parâmetros reconhecidos pela categoria e pela classe, que ligue as lutas específicas de cada uma delas às lutas do conjunto do movimento docente e da classe trabalhadora. Esses parâmetros existem e são reconhecidos pela categoria: o salário mínimo do DIEESE, o plano de carreira do ANDES e a defesa de um percentual mínimo de repasse obrigatório dos orçamentos estaduais e municipais para as universidades de cada uma dessas esferas.

Com um plano de luta nacional para o setor, materializado em parâmetros reconhecidos pela categoria, o ANDES-SN poderá, progressivamente, unificar as lutas dispersas, isoladas e,

muitas vezes duras, travadas pelos docentes das IEESs e IMESs, dando a essas lutas um caráter nacional e ligando-as às lutas do conjunto da categoria e da classe trabalhadora.

A luta dos docentes das IEESs e IMESs tem mostrado que a atuação conjunta com outros setores dos trabalhadores do serviço público dos estados e municípios tem ajudado a romper o isolamento que os governos estaduais e municipais os colocam, sendo muitas vezes decisivas para o atendimento das reivindicações. Além disso reforçam-se os laços de solidariedade entre a população e as IEESs e IMESs, ajudando na defesa da universidade. Por isso é muito importante o reforço ou, onde não existir, a constituição de fóruns estaduais (ou municipais) de servidores, com o objetivo de articular e potencializar a luta em defesa dos direitos e das reivindicações dos servidores e do conjunto da classe trabalhadora.

TR -61

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

Constituir um plano nacional que unifique as lutas do setor das IEESs e IMESs, orientando as seções sindicais para:

- 1- Que o salário mínimo calculado pelo DIEESE seja a referência para o estabelecimento do piso salarial para docentes em fase inicial de carreira, para o regime de trabalho de 20 horas;
- 2- Lutar para que plano de carreira do sindicato seja a referência para a luta pelo estabelecimento de suas carreiras estaduais e municipais, onde esse plano de carreira ainda não foi definido ou onde o atual plano de carreira é incompatível com as necessidades da categoria;
- 3- Defender o regime de trabalho em dedicação exclusiva (DE) como prioritário para a carreira docente e defender a DE ali onde esse regime de trabalho está sendo atacado;
- 4- Defender os direitos estabelecidos nos planos de carreira que estão sendo atacados pelos governos estaduais;
- 5- Lutar pela realização regular de concursos públicos para docentes, superando a atual situação de crescimento acelerado da precarização do trabalho docente, situação que atinge inclusive as grandes universidades estaduais de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Paraná;
- 6- Lutar pelo estabelecimento em lei estadual de percentuais orçamentários mínimos para o financiamento do ensino superior público estadual e municipal, percentuais que devem estar isentos de contingenciamentos;
- 7- Articular com os demais setores dos servidores públicos de suas esferas, constituindo fóruns que articulem a luta em defesa dos direitos e das reivindicações. Nos estados e municípios onde esses fóruns já estiverem constituídos, eles devem ser reforçados e ampliados.

TEMA III-PLANO GERAL DE LUTAS

TEXTO 62

Contribuição do(a)s professore(a)s do GTSSA e Aposentado(a)s da SEDUFMS: Abel Panerai Lopes, Antonio Carlos Freitas Vale de Lemos, Jose Sales Mariano da Rocha; Joao Batista Dias de Paiva, Lia Tereza Rauber da Silva; Francisco Estigarribia de Freitas, Maria Aparecida Mariano da Rocha, Maria Beatriz de Moraes Carnielutti, Nara de Fatima Quadros da Silveira.

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E RETROCESSO SOCIAL DOS PROFESSORES FEDERAIS APOSENTADOS.

TEXTO DE APOIO

Nos últimos 7 (sete) anos temos acompanhado demandas administrativas e judiciais envolvendo perdas salariais dos docentes aposentados das IFES, fruto de uma perversa política salarial implementada pelos políticas governamentais.

Lembremos que temos preceitos de ordem constitucional que salvaguardam o direito adquirido, a equivalência salarial entre ativos e aposentados, bem como a irredutibilidade de vencimentos, proventos e pensões dos Servidores Públicos de forma geral.

Neste sentido, o direito adquirido tem proteção no art. 5º., inciso XXXVI da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

Na mesma carta constitucional, temos a garantia de equivalência salarial entre ativos e aposentados, incluindo pensionistas, senão vejamos:

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

(...)

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: ([HYPERLINK](#)

"http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc47.htm"Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

I portadores de deficiência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

II que exerçam atividades de risco; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

III cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005) (grifamos)

(...)

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

O texto constitucional é claro em assegurar a revisão dos proventos da aposentadoria na mesma proporção adotada para a remuneração dos servidores em atividade, sendo, pois, indissociável da categoria a que pertence originariamente.

As diferentes Políticas desenvolvidas e Leis estabelecidas, efetivamente violaram direitos adquiridos e comprometeram a Dignidade dessa Classe Trabalhadora, que na ativa foram elementos relevantes para o desenvolvimento da Educação no Brasil.

Sendo assim urge discutir os direitos comprometidos desses profissionais oriundas de políticas exploratórias, tais como:

-A Emenda Constitucional 41 de dezembro de 2003 que estabeleceu:

Art. 4º Os servidores inativos e os pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em gozo de benefícios na data de publicação desta Emenda, bem como os alcançados pelo disposto no seu art. 3º, contribuirão para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. (Vide ADIN nº 3105)

Parágrafo único. A contribuição previdenciária a que se refere o caput incidirá apenas sobre a parcela dos proventos e das pensões que supere:

I - cinquenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os servidores inativos e os pensionistas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - sessenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os servidores inativos e os pensionistas da União.

Assim sendo a EC 41 estabeleceu, a todos os **aposentados** e pensionistas do serviço público, que a partir da aposentaria deixavam de contribuir com a previdência, passam a uma **contribuição** de 11% sobre a parcela da remuneração que exceder ao teto estabelecido pelo Regime Geral da **Previdência** Social (RGPS) o que fez incidir também para todos os

professores aposentados. Os professores aposentados, que em consequência de uma profissão desgastante, pois exige atuar em diferentes modalidades de ensino, pesquisa e extensão indissociáveis; fatores determinantes no desgaste físico e emocional no final de sua carreira, tem sua aposentadoria marcada por aumento excessivo nos gastos com doenças físicas e neurológicas e qualidade de velhice comprometida.

- A Lei nº 11.344/2006 cujo Retrocesso Social dos Professores Federais Aposentados tem sua continuidade pois a *primeira* reestruturação da atual carreira do Magistério Federal, alterou a sua estrutura física, o que prejudicou significativamente os professores já aposentados.

Os aposentados que tinham seus direitos garantidos, Paridade e Integralidade, associados à posição que se encontravam na estrutura física da carreira, tiveram seus direitos violados no momento de seu enquadramento. A posição inferior ocupada em relação ao topo da carreira, diferente da obtida quando na data de aposentadoria, foram fatores determinantes para comprometimento desses direitos e de sua dignidade.

O impacto negativo dessa reestruturação foi determinante na desvalorização salarial e retrocesso Social para os profissionais de Educação Aposentados que depois de uma carreira já efetivamente sacrificada almeja uma aposentadoria digna.

PROPOSTA

Diante de todas as **PERDAS SOFRIDAS PELOS PROFESSORES APOSENTADOS**, o grupo de pesquisa GTSSA DA SEDUFMS-ANDES constatou a violação do Princípio Constitucional do Retrocesso Social **PELA REDUÇÃO DE DIREITOS ADQUIRIDOS NA DATA DE SUA APOSENTADORIA**. Sendo assim solicitamos que o **39º CONGRESSO DO ANDES delibere:**

TR -62

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Reenquadramento dos professores aposentados na posição que se encontrava na estrutura física da Carreira quando da Data de Aposentadoria;
2. Lutar pela aprovação Imediata da PEC/ 555 que retira do aposentado a obrigação de contribuir com o fator previdenciário.
3. Criar um Fórum Permanente para combater as perdas salariais dos docentes aposentados das IFES e combater todas estas irregularidades constatadas.

TEXTO 63

Contribuição do GTCA da SEDUFMS, representado por: Luciana Carvalho, Juliana Petermann e João Carlos Gilli Martins; e pelo(a)s sindicalizado(a)s Hugo Blois Filho, Maristela da Silva Souza, Adriana Graciela Desire Zecca e Carmem Dickow Cardoso.

PELA CRIAÇÃO DE UM GT DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E UM GT DE ARTES

TEXTO DE APOIO

Com reuniões periódicas e a presença de diretores e diretoras, docentes da base que pertencem à área e profissionais da comunicação da própria entidade, o Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes (GTCA) da Sedufsm têm entre suas tarefas a análise dos produtos comunicacionais em esfera local e nacional, assim como a discussão a respeito das próprias política do Andes-SN para a comunicação e as ferramentas construídas pela entidade para atender as demandas desse setor. Baseado nisso, já há algum tempo temos manifestado nossa preocupação com relação a maneira com a qual o sindicato nacional vem construindo sua política de comunicação, tratando a pauta como algo de última urgência. Em nossa avaliação, tal negligência está manifesta na frequência com que se promovem reuniões do pleno do GTCA nacional, com a ausência de espaços de debate, trocas de experiências, formação e qualificação de nossas imprensas, e, especialmente, na própria formatação do GTCA, que tenta forçosamente fundir “comunicação social” e “artes” como duas áreas que atuam sobre a mesma base. Para nós, eventos como o VI Encontro Nacional de Comunicação e Arte do Andes-SN, realizado em Vitória em outubro de 2019, evidenciam tal incompatibilidade. Na ocasião, diversas foram as manifestações que alegaram que, se até hoje os encontros nacionais de Comunicação e Arte haviam priorizado a comunicação, nessa VI edição era o momento de se priorizar a arte. O resultado disso: um evento esvaziado e no qual os espaços voltados para a comunicação (uma única oficina entre 5 opções) foram os que tiveram a maior procura. Além disso, se precisa ser dito que por vezes os eventos de comunicação e artes priorizaram um determinado campo, e por outras deram destaque para outro, isso já evidencia um problema.

Dito isso, nós, da Sedufsm voltamos a propor a separação do GTCA nacional entre um grupo de trabalho de comunicação e outro de artes, proposta que já havíamos protocolado no 38º Congresso do Andes e cuja base da argumentação voltamos a reivindicar: “Mais do que um momento conjuntural cheio de transformações, vivemos uma nova era no próprio fazer político. Uma época como nenhuma outra, e na qual a comunicação, que em momento algum deixou de estar entre as protagonistas da história, ocupa função mais central do que nunca... Além disso, nesse cenário, a comunicação, por sua íntima relação com a tecnologia, nos atropela mais que a própria conjuntura, com suas constantes e intermináveis transformações. Daí a importância vital de tornar a comunicação não apenas um objeto de ação, mas um objeto de estudo. E a luta sindical deve se prestar a essa tarefa... Jair Bolsonaro chegou à presidência da República por uma série de fatores, é fato, mas entre eles o de maior destaque possivelmente seja o uso metódico e habilidoso das novas ferramentas de comunicação, armas fundamentais na construção de todo e qualquer mito. É urgente que elevemos a um papel central, na prática, a reflexão a respeito da nossa comunicação, estudando e colocando em campo uma comunicação moderna, criativa e certa, assim como os novos tempos pedem. Para isso, é imprescindível a construção de um Grupo de Trabalho específico de comunicação, que aproxime e aproveite todo o conhecimento gerado em nossa base por estudiosos e estudiosas do campo, em parceria com profissionais de comunicação espalhados pelas seções sindicais de todo o país, assim como da sede nacional. Esse grupo deve cumprir o papel essencial de pensar e produzir uma

comunicação que atenda aos desafios impostos não apenas por essa conjuntura, mas por essa nova era, objetivo que é prejudicado pela atual configuração do único grupo de trabalho que atualmente atende às demandas de comunicação, o Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes, o GTCA. Nessa formatação, o GTCA peca, em primeiro lugar, pela fusão de duas áreas que, apesar de possuírem interfaces, são conceitualmente diferentes. Além disso, o GTCA coloca, muitas vezes, como foco do debate, discussões que dizem respeito exclusivo a uma das duas áreas, deixando a outra deslocada ou como mera participante funcional do processo. Assim, nem comunicação e nem arte são atendidas com o devido empenho que merecem, impactando, por exemplo, na ausência de uma militância forte e realmente enraizada na base, na defesa de qualquer um dos temas”.

TR -63

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que seja criado um grupo de trabalho de comunicação social do ANDES-SN, que abarque discussões a respeito da política comunicacional da entidade e congregue docentes e profissionais de áreas como Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Produção Editorial e Design.
2. Que esse grupo de trabalho possua agenda de reuniões, assim como promova atividades desde o nível regional até o nível nacional.
3. Que seja criado um grupo de trabalho de artes, que abarque discussões sobre arte e cultura no sindicato nacional e que congregue docentes de áreas como Música, Teatro, Dança e Artes Visuais.
4. Que esse grupo de trabalho também possua agenda de reuniões e participe da proposição de atividades em nível regional e nacional.

TEXTO 64

Contribuição do GTCA da SEDUFMS, representado por: Luciana Carvalho, Juliana Petermann e João Carlos Gilli Martins; e pelo(a)s sindicalizado(a)s Hugo Blois Filho, Maristela da Silva Souza, Adriana Graciela Desire Zecca e Carmem Dickow Cardoso.

PELO FIM DA TERCEIRIZAÇÃO NO SETOR DE COMUNICAÇÃO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Historicamente, o ANDES-SN vem enfatizando a importância de o Sindicato Nacional - em sua sede, regionais e seções - ter em seus quadros profissionais contratados, dentro das regras da legislação trabalhista, evitando o que o movimento sindical tanto combate, que é a terceirização e a consequente precarização do trabalho. Ao contratar uma empresa de assessoria de comunicação para realizar o trabalho que jornalistas contratados podem fazer, o Sindicato cai

em contradição com uma de suas principais bandeiras de luta, e abre brecha para que a terceirização avance não apenas em nível nacional, mas também nas seções sindicais. A própria necessidade da existência deste TR é tão absurda quanto a prática de terceirização em um sindicato que tem pela frente uma grande batalha para evitar que Organizações Sociais terceirizem o trabalho docente dentro das IFES, conforme projeto do governo federal. Este texto de resolução propõe que seja vedada a contratação de profissionais terceirizados para o setor de comunicação do ANDES-SN. Dessa forma, sugerimos um novo item no Texto XIII do Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN, que consagre a vedação da contratação de profissionais terceirizados, através de assessoria empresarial, para o cumprimento de tarefas que profissionais de jornalismo possam cumprir mediante a contratação dentro das regras vigentes da legislação trabalhista.

TR -64

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Modificar o “Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN” em sua página 8, o Texto XIII. Adicionando-se o seguinte item:

6 - É vedada a contratação de profissionais terceirizados que desempenhem as funções descritas no item 2 do texto, que são as seguintes: “assessoria, editoria, reportagens cotidianas, reportagens investigativas, gerenciamento do portal, entre outras tarefas”.

2. Interromper imediatamente qualquer contrato de terceirização das atividades do setor de comunicação do ANDES-SN quando da aprovação deste Texto de Resolução.

TEXTO 65

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Alessandro Donato de Carvalho (ADUERN-SSind), Lemuel Rodrigues da Silva (ADUERN-SSind), Rosimeiry Florêncio de Queiroz Rodrigues (ADUERN-SSind), Antonio Gautier Farias Falconieri (ADUERN-SSind) e Zacarias Marinho (ADUERN-SSind).

TEREMOS QUE ESPERAR TRINTA ANOS?

TEXTO DE APOIO

Muito se tem falado e debatido sobre a Contrarreforma da Previdência do governo Bolsonaro. As mais diversas opiniões circulam em todos os espaços de divulgação.

Acompanhando de perto todo o desenrolar do processo através dos debates promovidos pelos ANDES-SN e suas seções sindicais, consultando outros órgãos e fontes como o *DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar*¹, a *Frente Parlamentar Mista em*

Defesa da Previdência Social e o relatório elaborado pela *QUEIROZ - Assessoria Parlamentar e Sindical*², dentre outras, que mostram a retrospectiva histórica das Contrarreformas da previdência desde a promulgação da Constituição em 1988 e o quadro comparativo sobre a Reforma, levantamos algumas questões.

Primeiro devemos lembrar os números a seguir: 3/93, 20/98, 41/03, 47/05, 70/12 e 88/15.

Não se assustem, é apenas a sequência de Emendas Constitucionais aprovadas desde 1988. Portanto, a de Jair Bolsonaro é apenas mais uma bomba que cai no colo do(a) trabalhador(a) brasileiro(a).

Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff, ávidos por atender aos anseios do mercado financeiro já haviam postos suas bombas no colo de cada trabalhador(a). É bem verdade que não tão cruel quanto Bolsonaro, não por falta de vontade, mas por falta de maioria no Congresso Nacional ou barrados pela ampla mobilização da classe trabalhadora contrária às reformas.

Se outras reformas foram menos danosas ao trabalhador(a) graças às mobilizações da classe, onde estava essa mesma classe que não conseguiu impedir a aprovação da Reforma de Jair de Bolsonaro?

A classe trabalhadora estava assistindo ao espetáculo através das emissoras oficiais defensoras da Reforma, onde uma grande parte sem entender de fato a proposta, engolia as ideias impostas.

Os sindicatos e centrais, por sua vez, batiam de porta em porta tentando mobilizar suas bases que, atordoados pareciam anestesiados com o que estavam assistindo, mais preocupados em garantir o emprego e salários, que em alguns estados acumulam atrasos e promessas de sua(seus) governadora(es). Essa mesma base não sabia se ia à rua lutar contra a Reforma da Previdência, em defesa de Lula Livre ou pelo pagamento dos salários atrasados.

Os movimentos sociais, por sua vez, dependendo da direção que o vento soprava não sabiam mais que bandeira levantar: Lula Livre, Contra a Reforma da Previdência ou Contra o Fascismo Bolsonarista.

Os partidos de centro esquerda e esquerda paralisados, priorizaram o Lula Livre, Lula Preso, Lula Isso, Lula Aquilo e “esqueceram” de mobilizar sua militância para defender os direitos da classe trabalhadora e barrar a Reforma, se contentaram e cantaram vitória por terem conseguido adiar a “capitalização da previdência”.

Enquanto isso a tropa de choque neoliberal de Bolsonaro capitaneada pelo ministro Paulo Guedes muito bem alinhada com o mercado financeiro e aquiescência dos governadores e governadora de esquerda e centro esquerda espalhados pelo país aprovou com tranquilidade a E.C. da Previdência, que segundo o DIAP “Trata-se da mais radical proposta – **que já não é mais proposta, pois foi promulgada** – de Reforma da Previdência, que atinge os três fundamentos da concessão do benefício previdenciário, todos em prejuízo do segurado: a) a idade mínima, que aumenta; b) o tempo de contribuição, que aumenta; e c) o valor do benefício, que diminui”.

Essa postura dos segmentos de centro esquerda e esquerda do Brasil nos chama atenção e nos faz levantar um questionamento: se essa oposição retornar ao poder em 2022 ou 2026 será capaz de desfazer ou terá como prioridade desfazer o que está sendo posto em prática por Jair Bolsonaro?

De olho no passado recente

¹ <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/102-pec-6-19-a-nova-reforma-da-previdencia/4106-pec-6-19-a-nova-reforma-da-previdencia>

² <https://frenteparlamentardaprevidencia.org/wp-content/uploads/2019/09/Texto-da-PEC-6-2019-com-grifos-para-as-mudan%C3%A7as-realizadas-pelo-Senado-Federal-1.pdf>

A curta duração entre o fim da ditadura militar (1985) e o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (2016) foi marcada dentre os vários embates políticos, econômicos e ideológicos, pela polarização em torno do papel do Estado na economia e a defesa das riquezas naturais e recursos minerais do País. Podemos citar alguns exemplos que marcaram essa polarização: o petróleo e a Petrobras que sempre estiveram no centro das discussões todas as vezes que se falavam em redução do Estado e privatizações, a flexibilização das leis trabalhistas – que agora é real, não existe mais proteção à classe trabalhadora – , e a previdência pública caracterizada pela repartição e o pacto solidário, e sempre foi apresentada como “patrimônio” do povo brasileiro, uma das maiores conquistas da Constituição Cidadã, dentre outros temas importantes para o País.

Temas caros quando se trata de qual modelo de país queremos. Qual o melhor para o Brasil, o modelo capitalista, com Estado mínimo, ampla atuação e liberdade empresarial sustentado no livre mercado sem intervenção do Estado, representado pelo neoliberalismo ou modelo capitalista, mas que trabalha na perspectiva de reduzir os efeitos predatórios desse sistema utilizando-se de intervenções econômicas e sociais do Estado no sentido de preservar as liberdades civis, os direitos de propriedade e a democracia representativa, além de manter um regime de pleno emprego e renda para os(as) trabalhadores(as), representado pela socialdemocracia? E não estamos colocando aqui para reflexão o socialismo marxista ou comunismo como prefere definir os apoiadores do governo Bolsonaro.

Por que a problematização?

Primeiro, pela mudança de trajetória que tomou setores da esquerda brasileira, em especial o PT no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000. Representante mais forte da oposição após o fim da ditadura militar, o Partido dos Trabalhadores, vinha de três derrotas consecutivas em eleições presidenciais, seu perfil à esquerda não agradava ao mercado, nem a potenciais aliados de centro. Ou muda ou será um eterno perdedor. A mudança tem um preço, rasgar seus princípios, sua história, e várias consequências, dentre elas a debandada de centenas de lideranças que não concordaram com a nova trajetória.

Abriu-se mão de um projeto de sociedade por um projeto de poder e para se chegar ao poder, para uns, vale tudo, inclusive mudar o discurso sobre redução do Estado e privatização, flexibilização das leis trabalhistas e reforma da previdência, dentre outros.

Não é difícil comprovar a guinada do PT, é só reler a Carta ao Povo Brasileiro, datada de 22 de junho de 2002, onde em vários trechos o então candidato Lula da Silva afirma que “Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o País”.

Ainda afirmou em sua carta a necessidade de uma ampla negociação nacional que devia conduzir a uma “autêntica aliança pelo País, a um novo contrato social”. Aí foi onde entrou a proposta da reforma da previdência e trabalhista que atendeu ao mercado em troca dos programas sociais.

Segundo, pela atualização do discurso desses mesmos segmentos em torno dessas temáticas, agora em forma de silêncio. Privatização, Petróleo – agora é Pré-sal –, Petrobras, Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista foram pautados na campanha presidencial e continuaram depois da posse de Jair Bolsonaro.

Por que afirmar que o discurso desses segmentos está em forma de silêncio.

Excetuando-se alguns partidos e/ou correntes dentro de outros e alguns sindicatos/centrais, o silêncio é ensurdecedor. A crise que afeta o País nos últimos anos contribuiu para expor a quebradeira dos estados brasileiros causadas, dentre outras coisas, por má gestão do dinheiro público, corrupção e altos gastos com salários e regalias de servidores do alto escalão dos três poderes em detrimento dos demais servidores e da população que paga altos impostos e lhes falta o básico para viver com dignidade que é educação, saúde, segurança, transporte, dentre outros serviços de responsabilidade do Estado.

A sociedade não se mobilizou o suficiente para barrar as reformas, não se viu ou ouviu de forma consistente e convincente nenhuma fala nem ação se posicionando contrária ao que foi exposto acima.

O que se viu e se presenciou foi a espera dos recursos do leilão do Pré-sal para “resolver” parte dos problemas dos estados quebrados, o apoio a inserção dos estados na reforma da previdência, aumento do número de servidores terceirizados, contratação de professores substitutos e temporários ao invés de concurso para efetivos.

No caso específico do Rio Grande do Norte o governo mantém em atraso para uma parcela dos servidores três folhas de pagamento referentes ao ano de 2018 e mesmo assim garantiu reajuste salarial para algumas categorias como procuradores (16,38%) e policiais e bombeiros militares (23%) em detrimento dos demais servidores.

O cenário político que se desenha para os próximos anos no Brasil é uma repetição da farsa da conciliação de classes no Brasil que foi e continuará sendo uma proposta desfavorável à classe trabalhadora. A burguesia brasileira não admite a ascensão social da classe trabalhadora.

Nesse sentido, dezessete anos depois da carta ao povo brasileiro, o que podemos constatar?

A reprodução do discurso de construção de um “Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos”, e um convite para “todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis”.

Essa frase faz parte da Carta ao Povo Brasileiro, escrita por Lula da Silva, mas se não citássemos a fonte, poderia ser interpretada como parte do programa conservador e neoliberal de Jair Bolsonaro.

Diante da situação caótica que nos avizinha, como reagir?

Defender a conciliação de classes ou negar e denunciar a conciliação de classe como algo nefasto à classe trabalhadora?

A história do ANDES/SN se constitui numa história de luta em defesa não só da educação pública e da carreira docente, mas de todas(os) trabalhadoras(es). É um desafio por demais complexo estar diante de um governo neoliberal fascista e ao mesmo tempo olhar para os setores ditos progressistas e não constatar ações pragmáticas, não ver de fato nenhuma ação contundente por parte de gestores agrupados em partidos de esquerda e centro esquerda, sindicatos e centrais que não demonstram capacidade de mobilização – embora saibamos que a tenha.

Diante disso temos dois caminhos a percorrer ou duas frentes de batalhas: o primeiro desafio é recuperar os direitos da classe trabalhadora extraídos desde a Constituição de 1988 e agravado agora pelo governo Bolsonaro, dentre eles nosso direito de aposentadoria com dignidade, bem como nossos patrimônios entregues ao capital estrangeiro. Nesse cenário, temos as forças de oposição que parecem mais dispostas a esperar as eleições na tentativa de resgatar o poder, sem, contudo, demonstrar disposição em romper com a política neoliberal. O resgate do poder só se dará mediante acordo de manutenção das benesses obtidas pelo mercado.

O outro desafio é a luta pela sobrevivência do movimento sindical. Diante da realidade de ataque a organização sindical, como deverá ser a reação das centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos? Manter a tradicional estratégia de mobilização e ocupar os espaços públicos, ruas e praças denunciando os ataques do governo ou criar novas estratégias sem se omitir ao debate junto aos parlamentares apresentando propostas que se contraponham as defendidas pelo governo? A ação deve ser concomitante, as entidades não devem se omitir ao debate, não podem deixar que o governo dite as regras e as formas de organização da classe trabalhadora.

Se a mobilização da categoria parece insuficiente para o enfrentamento, devemos fortalecer as articulações com os setores mais progressistas do Congresso Nacional na defesa dos nossos direitos, mesmo ciente das dificuldades e contradições existentes.

As próximas gerações de trabalhadores e trabalhadoras dependem do esforço conjunto e da capacidade de organização da nossa geração. Vale a pena lutar pelo futuro? Claro, afinal e contas os direitos que foram tirados de nós foi resultado da luta das gerações anteriores. Portanto, não devemos esperar trinta anos. A luta é agora, a reconquista é agora.

TR -65

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Continuar fortalecendo os fóruns nacionais em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras.
2. Intensificar a mobilização da comunidade acadêmica na defesa da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada e dos seus trabalhadores e trabalhadoras.
3. Intensificar o diálogo junto aos parlamentares no Congresso Nacional com vistas a barrar o projeto de Reforma Sindical proposto pelo governo Bolsonaro.

TEXTO 66

Contribuição da Diretoria da ADUFERPE

QUAL O BALANÇO DA FILIAÇÃO DO ANDES-SN À CONLUTAS E QUAL CONCLUSÃO TIRAR?

TEXTO DE APOIO

O país vive um dos momentos de maior ataque à sua democracia desde a redemocratização do país. Nós docentes temos direitos ameaçados pelo governo federal, assim como ameaçam também nosso pleno direito de cátedra, tentando nos amordaçar dentro das salas de aulas. Os centros de pesquisas não sabem como sobreviverão com os cortes anunciados, assim como todo o ensino superior. Desde o golpe à ex-presidente Dilma, a escalada de perseguição dentro das universidades só aumenta. Qual balanço tiramos da influência da CSP-Conlutas na política da direção do ANDES-SP, levando em consideração esse período crucial para toda nossa categoria, a classe trabalhadora e o povo brasileiro?

Nos últimos anos a diretoria do ANDES-SN tem se recusado a fazer um verdadeiro balanço da sua filiação à CSP-Conlutas, sempre com rodeios e negando o direito de discussão aos seus filiados, quando a maioria das resoluções apontam “*estimular as seções sindicais a realizarem discussão e balanço sobre a CSP-Conlutas... e a participação do Sindicato na central*” (35º Congresso/2016). No ano seguinte (36º congresso/2017), foi aprovado que, por meio do GTPFS, “*materiais seriam enviados às seções sindicais para subsidiar o debate sobre o balanço político da CSP-Conlutas e as deliberações do 62º CONAD*”, porém nada foi encaminhado novamente. No 37º congresso (2018) foi aprovada a resolução que afirmava que “*O 37º congresso do ANDES-SN decide abrir em todas as seções um amplo debate de balanço de filiação do sindicato à CSP-Conlutas, que culminará num CONAD extraordinário destinado exclusivamente a este debate, com vistas a decidir sobre esta filiação no próximo Congresso*”.

Tais ações ficaram no meio do caminho e contornaram um verdadeiro balanço, desrespeitando a posição do congresso e, no 38º congresso (2019), nenhum tipo de discussão ou encaminhamento foi realizado. A política de “empurrar com a barriga” essa decisão colocou o ANDES-SN num isolamento tal que não permite sairmos desse 39º Congresso sem uma definição, protelando mais uma vez para um outro Conad extraordinário, por exemplo. Com esse histórico e com os elementos da política da CSP-Conlutas que repercutiu negativamente na política no nosso sindicato nacional nos últimos anos, coloca-se a importância de finalmente fazermos esse balanço de forma conclusiva e responsável.

Em 2016, quando passávamos por um momento crítico em que o capital internacional e os setores patronais buscavam consolidar o golpe em curso, com o governo ilegítimo de Temer avançando nos ataques ao povo brasileiro, o ANDES-SN seguindo a política da CSP-Conlutas hesitou em convocar o “Fora Temer”, tirando essa posição com atraso durante o 61º CONAD, quando a maioria das organizações sindicais e populares já levantavam essa consigna. Como pode um sindicato como o ANDES-SN se atrasar em questões centrais para o país? Porém, pior que o atraso em defender o “Fora Temer”, foi no mesmo 61º CONAD a diretoria do ANDES-SN, seguindo mais uma vez a política da CSP-Conlutas, recusar-se a reconhecer que tivemos um golpe no país, refutando propostas de resoluções de delegados que defendiam “Fora Temer, não reconhecendo seu governo que ascendeu por golpe... Fora Temer golpista”.

Por que a diretoria do ANDES-SN se recusou a reconhecer que vivíamos um momento de golpe? Será que achavam que Temer, ainda que fosse reacionário, era legítimo? Curiosamente na mesma época, (2016) a direção do ANDES-SN sentou para dialogar com os interventores golpistas do MEC. Essa política vergonhosa da CSP-Conlutas levou o nosso sindicato a um isolamento irresponsável dentro da classe trabalhadora. Os mesmos que afirmavam que o impeachment da ex-presidenta Dilma não era um golpe, até mesmo comemorando “a primeira já foi, agora falta o resto”, hoje ainda afirmam que Lula não é um preso político, que deveria estar na cadeia mesmo. Defender a liberdade de Lula, que está preso devido à “ditadura do judiciário” apoiada pelas instituições podres de nossa nação, é defender a democracia, fato que as organizações de classe já defendem desde sua prisão arbitrária. Esses são alguns elementos que precisamos levar em consideração e que até hoje rebatem na nossa política dentro do movimento docente.

Quando analisamos a postura da CSP-Conlutas no cenário internacional e pegamos o exemplo da América Latina, não é mera coincidência que as reivindicações que esta central defende caminham lado a lado com setores reacionários ligados ao imperialismo. A sua campanha de Fora Maduro, quando a Venezuela era ameaçada dia e noite pelo imperialismo norte americano é um absurdo sem precedentes.

Não é de hoje que precisamos que nossa central esteja conectada com as lutas e o conjunto da classe trabalhadora, porém com a crise mundial do capitalismo e todas as explosões sociais que estão acontecendo no mundo (o Chile é um grande exemplo), mais do que nunca, nós docentes precisamos que o nosso sindicato nacional não esteja isolado e se integre nas ações articuladas com as organizações sindicais e populares e cumpra um papel ativo na luta pelo fim do governo Bolsonaro. Mas para isso é preciso que o ANDES-SN não esteja amarrado à política da CSP-Conlutas, e, portanto, a sua desfiliação no 39º congresso é necessária.

Seguindo deliberação da nossa base em Assembleia Extraordinária da Aduferpe realizada no dia 19 de novembro de 2019, apresentamos o seguinte texto de resolução abaixo:

TR -66

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Pela desfiliação do ANDES-SN da CSP-Conlutas.

2. Abrir discussões sobre relações intersindicais e filiação a centrais sindicais durante o ano de 2020, a ser concluído no próximo congresso.

TEXTO 67

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alessandra Assis (APUB), Ana Margarete Gomes da Silva (ADUNEB), Antônio Eduardo (APUR), Carlos Cartaxo (ADUFPB), Cássia Hack (SINDUFAP) Celi Taffarel (APUB), Claudio Lira (APUB), Claudio Maia Porto (ADUR), Davi Romão (APUR), Dimas Santana Souza Neves (ADUNEMAT), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Eduardo Forneck (APROFURG), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Esmael Almeida Machado (ADUEMS), Everaldo Andrade (ADUSP), Fábio Venturine (ADUNIFESP), Fernando Cunha (ADUFPB), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), Juanito Vieira (APESJF), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lisleandra Machado (APESJF), Lilian Marinho (ADUNEB), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Lourdes Sarmiento (ADUEPB), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Virgínia Pinto Bonfim (ADUNEB), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Marcos Ferreira (SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFSC), Marize Carvalho (APUB), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Mariuza Guimarães (ADUFMS), Melina Alves (ADUFPB), Rita de Cássia Cavalcanti (ADUFPB), Sérgio Murillo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Rita de Cássia Machado (SINDUEA), Sandra Luna (ADUFPB), Silvina Carrizo (APESJF), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC), Paulo OpusZka (APUFPR).

COMPREENDER O ATAQUE PELA VIA DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA E CONSTRUIR A RESISTÊNCIA ATIVA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

TEXTO DE APOIO

O Governo Bolsonaro, que completou um ano de mandato, juntamente com seus aliados, conseguiu desmontar uma política educacional para formação de profissionais da Educação, construída em mais de 40 anos de luta. No 38º Congresso do ANDES-SN e no 64º CONAD, os ataques à educação durante os governos Temer e início do Governo Bolsonaro foram denunciados. Arrolamos, na ocasião destes eventos, os organismos articuladores dos ataques, tanto organismos internacionais como FMI quanto organismos internos como o Movimento Todos pela Educação e o Movimento pela Base.

A estes organismos soma-se o Conselho Nacional de Educação (CNE). No dia 7 de novembro de 2019, o CNE aprovou a reformulação das *Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica*, desconsiderando completamente as propostas encaminhadas de forma veemente pelas entidades do campo da Educação como ANPED, ANFOPE, FNPE, CEDES, FORUMDIR³, e outras 24 entidades - a saber: (a) o arquivamento do parecer referente à proposta de revisão e atualização das “Diretrizes Nacionais e Base Nacional Comum Curricular para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica” em discussão no CNE; e b) Imediata

³ Respectivamente: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação, Fórum Nacional Popular de Educação, Centro de Estudos Educação e Sociedade, Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras.

implementação da Resolução CNE/CP n. 2/2015, sem alterações e acompanhamento de sua materialização junto às IES.

Desde o golpe de 2016, seja com Temer, seja com Bolsonaro, a política educacional brasileira enfrenta reformas que visam atender às necessidades de um projeto assentado nos princípios da padronização, avaliação, responsabilização, desenvolvimento do atributo da empregabilidade e meritocracia, além da privatização, terceirização e da militarização das escolas públicas. Entre essas reformas, destacamos a implementação de bases nacionais comuns, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a famigerada Reforma do Ensino Médio.

Com a aprovação da BNCC para a Educação Básica em 2017 (Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro 2017⁴) e 2018 (Resolução CNE/CP n. 4, de 17 de dezembro de 2018⁵), o CNE iniciou o processo de revisão da Resolução CNE/CP 02/2015⁶, que visa alinhar a política de formação de professores para a Educação Básica à BNCC. Dentre estas iniciativas, destacamos o documento “Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica”, entregue ao CNE pelo MEC (governo Temer) em 14 de dezembro de 2018, e o parecer “Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica” e sua respectiva resolução.

Este último foi aprovado no dia 07 de novembro de 2019 pelo CNE, em um processo em que a Comissão Bicameral de Formação Inicial e Continuada de Professores do CNE ignorou, secundarizou, desprezou uma concepção importante construída pelo movimento dos educadores ao longo dos últimos 40 anos de luta, em defesa de uma política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação. Desconsiderou, portanto, a própria história do CNE em defesa da educação no Brasil. Preferiu levar em conta exemplos fracassados no mundo todo e que estão a gerar revoltas populares, como o modelo privatista do Chile, laboratório das políticas neoliberais na América Latina nos tempos pós-ditadura Pinochet. Preferiu levar em conta as experiências da Austrália, berço das políticas neoliberais juntamente com a Inglaterra na era Thatcher, nos anos 1990. Tal modelo nos EUA também não resultou em melhorias nos níveis educacionais, somente impulsionou o crescimento da indústria da educação. Desconsiderou-se os 40 anos de luta dos profissionais da Educação em defesa da educação básica, comprometida com a formação integral das novas gerações.

Desprezou a necessidade histórica de uma política global de formação, que contemple a formação inicial e continuada, as condições de trabalho, o salário digno e a carreira, sintonizada com as demandas do processo de trabalho pedagógico e as demandas formativas da infância, da juventude e dos adultos. Desconsiderou que é imprescindível a formação inicial e continuada em Universidades para elevar esta formação, visto que é nas universidades onde se materializa a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. É na Universidade onde se exercita a autonomia pedagógica, didática. É na Universidade onde estão localizados os Centros de Educação, que são responsáveis pela pesquisa científica, acadêmica para produzir conhecimentos na área das ciências da educação e das ciências pedagógicas. É na universidade onde a formação não está desarticulada de um projeto histórico de sociedade que busca a superação da desigualdade, da discriminação, da opressão, da violência e da miséria que toma grande parte de nossas crianças na escola pública.

O CNE - que tem um perfil composto por empresários da educação, uma bancada pentecostal, e de fundamentalistas, e que demonstra um perfil, a-científico, acrítico e a-histórico, visto o que vem aprovando - está priorizando o setor privado, a educação à distância, a formação aligeirada, o rebaixamento teórico na formação dos profissionais da educação.

⁴ Institui e orienta a implantação da BNCC, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

⁵ Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP n. 2/2017.

⁶ A Resolução CNE/CP n.º 2, de 01 de julho de 2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Registre-se que a mesma está em processo de implementação nas IES brasileiras.

Com a aprovação deste documento, que vem sendo denunciada e combatida em todo o país, o CNE desconsiderou a Resolução CNE/CP 02/2015, que levou anos para ser construída e aprovada. Está contribuindo com a degradação de uma profissão e está, assim, colaborando com as demais medidas que já estão sendo utilizadas para destruir a educação pública no Brasil.

Esta medida soma-se a todas as outras que pairam sobre os Estados e Municípios, e aprisionam as Escolas na teia privatista, da meritocracia, do individualismo, do competitivismo da política neoliberal, como são: a “escola sem partido”, o denunciamento, as reformas, a BNCC, o sistema de *voucher*, as avaliações censitárias, a militarização, as OS - organizações sociais para gestar a escola, os cortes orçamentários, os baixos investimentos em educação, a piora das condições de trabalho, contratos precários, carreiras desestruturadas, sem ascensão funcional, sem direito de sair para estudar ou de ter ascensão em função de estudos. Enfim, somam-se medidas que terão consequências catastróficas para a Educação do povo brasileiro.

Com a aprovação deste documento, o CNE chancela a reforma empresarial no campo da formação de professores, reforma que veio sendo detida pela luta ferrenha travada pelos profissionais de educação que, desde o ano de 2003, vem enfrentando o que foi retomado em 2012, em especial pelas forças privatistas organizados em torno do Movimento Todos pela Educação e no Movimento pela Base. Setores, que construíram e aprovaram a BNCC, e que estão agora implementando esta proposta empresarial em todos os estados Brasileiros, consolidando o currículo obrigatório e padronizado que rebaixa a capacidade teórica dos estudantes.

Estamos frente a um retrocesso sem precedentes na história educacional brasileira, principalmente se considerarmos as demais medidas provisórias, portarias, resoluções e emendas constitucionais que estão em curso (EC 95/2016, Reformas Trabalhistas, Previdenciária, Administrativa, Tributária, Sindical, PEC do pacto federativo, emergencial, dos fundos públicos e o Future-se que impacta a universidade).

O ANDES-SN deve combater este alinhamento da formação de professores à BNCC, tal como se apresenta no Parecer do CNE, porque isto representa um retrocesso na concepção de formação, com a retomada de proposições derrotadas na década de 1990, pós-LDB, tais como: (1) rebaixamento na formação teórica dos profissionais da educação; (2) a desconsideração do que educadores construíram através da ANFOPE sobre o conceito de base comum nacional, conceito este construído pelo movimento dos educadores em luta pela formação de professores desde a década de 1970, e que agrega um conjunto de princípios orientadores da organização dos percursos formativos em todas as licenciaturas, e na pedagogia, e contemplados na Resolução CNE/CP 02/2015, aprovada pelo CNE e assumida pelas IES desde 2015; (3) porque desconsidera a produção científica e o debate educacional brasileiro, retomando concepções ultrapassadas como a pedagogia das competências; (4) porque ignora a diversidade nacional, a autonomia pedagógica das instituições formadoras de professores e sua relação com a Educação Básica; (5) porque relativiza a importância dos estágios supervisionados na formação inicial; (6) porque implementa o pragmatismo, opondo-se a indispensável articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente –desconsiderando a necessidade do domínio dos conhecimentos científicos e didáticos; (7) porque secundariza as IES formadoras públicas dos processos de formação continuada, bem como ressalta a sua entrega preferencial a organizações sociais e fundações empresariais; (8) porque fere a autonomia universitária; (9) porque esta regressão leva a formação a uma concepção de formação continuada de caráter técnico-instrumental, reduzindo o professor a um “prático”, que circunscreve sua formação contínua “alinhada” exclusivamente à BNCC; (10) porque nega a necessidade da Liberdade de Cátedra (10); (11) porque desencadeará a desestruturação de carreiras dos profissionais de Educação.

O combate ao empresariamento da Educação não é um combate simples que o ANDES-SN fará sozinho. A realidade está a exigir a construção de uma frente única, articulada com centrais sindicais, Movimentos Populares, entidades do campo educacional e do campo das ciências, articulação com frentes e fóruns como o Fórum Nacional Popular de Educação que congrega

mais de 30 entidades. Nesse sentido, este cenário coloca a necessidade de que o ANDES-SN participe de modo ativo nesta frente única.

TR -67

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. A participação efetiva, na construção da frente única, com as centrais sindicais, movimentos populares, com o Fórum Nacional Popular de Educação, e demais 34 entidades da ciência e da educação, para revogar a Resolução aprovada no dia 7 de novembro pelo CNE a respeito das *Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica*.
2. Posicionar-se Apoiar nas IES a implementação da Resolução 02/2015, defendida por mais de 20 entidades do campo da ciência, educação e centrais sindicais e subscrever com demais entidades este posicionamento.

TEXTO 68

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Acácio Salvador Vêras e Silva (ADUFPI), Agostinho Júnior Holanda (ADUFPI), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Ana Margarete Gomes da Silva (ADUNEB), Antônio Eduardo (APUR), Carlos Cartaxo (ADUFPB), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Taffarel (APUB), Cláudio Lira (APUB), Clélia Rejane Atonio Bertoncini (ADUNIFEP), Clarice A. Santos (ADUNB), Davi Romão (APUR), Dimas Santana Souza Neves (ADUNEMAT), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Eduardo Forneck (APROFURG), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Esmael Almeida Machado (ADUEMS), Everaldo Andrade (ADUSP), Fábio Venturine (ADUNIFESP), Fernando Cunha (ADUFPB), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Jocimar Lomba Albanex (ADUEMS), Juanito Vieira (APESJF), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lisleandra Machado (APESJF), Lilian Marinho (ADUNEB), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Lourdes Sarmiento (ADUEPB), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Márcio da Silva Costa (ADUFPI), Marcos Antonio Pereira dos Santos (ADUFPI), Marcos Ferreira (SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFSC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria do Carmo de Carvalho e Martins (ADUFPI), Marize Carvalho (APUB), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Mariuza Guimarães (ADUFMS), Melina Silva Alves (ADUFPB), Paulo OpusZka (APUFPR), Renato Peixoto Dagnino (ADUNICAMP), Rita de Cássia Cavalcanti (ADUFPB), Rita de Cássia Machado (SINDUEA), Rubia Wegner (ADUR-RJ), Sandra Luna (ADUFPB), Sérgio Murillo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvina Carrizo (APESJF), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC), Wagner de Melo Romão (ADunicamp).

DEFENDER O POTENCIAL TÉCNICO CIENTÍFICO DE NOSSAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA CONTRA O ATAQUE REACIONÁRIO DO GOVERNO BOLSONARO

TEXTO DE APOIO

Uma das primeiras medidas adotadas por Temer após o golpe de 2016, contra a presidenta Dilma Rousseff foi começar a desestruturação das políticas públicas que tratam do conhecimento. As políticas cognitivas - da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação - passaram a ser adequadas celeremente ao projeto ultraneoliberal que as forças reacionárias, no plano local e global, querem impor ao povo brasileiro. O atual Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, Marcos Pontes, e o presidente Jair Bolsonaro, adotam uma agenda de retrocessos que impede nossa nação de ser soberana e permitir a seu povo a dignidade que merece.

Com o Golpe de 2016 se inicia um retrocesso sem precedentes na história do Brasil ao ponto de 10 ex-ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), em primeiro de julho de 2019, lançarem um manifesto de alerta. Manifesto que, como é usual, não foi sequer comentado pela coalizão política que atualmente implementa uma política cognitiva que tenderá a privilegiar ainda mais os ricos que, no Brasil e no exterior, pretendem seguir explorando nossa classe trabalhadora. Esse manifesto mostra que, mesmo com ideologias bem distintas, eles acreditavam que a política que formulavam, mais além de ser coerente com o projeto político dos segmentos da sociedade que representavam, deveria preservar nosso potencial tecnocientífico (incluindo aqui, vale ressaltar, aquele das Humanidades). De fato, aqueles que, envolvidos com a política cognitiva, se alinhavam com o interesse dos mais pobres, se mantiveram, desde o nacional-desenvolvimentismo, pressionando para que esse potencial fosse colocado ao seu serviço.

O Brasil vinha alcançando sucesso no desenvolvimento de algumas tecnologias coerentes com os objetivos nacionais, como é o caso da associada à exploração de petróleo em águas profundas; do enriquecimento de urânio e da construção de um reator multipropósito para produção de radioisótopos; do monitoramento e manejo ambiental, que previne desastres naturais e contribui na preservação da Amazônia; das vacinas desenvolvidas em instituições de pesquisa e universidades públicas. E, também em outros campos mais diretamente ligados ao interesse da classe proprietária, como é o caso da associada à chamada agricultura de alta produtividade demandada pelo agronegócio, desenvolvida a partir de pesquisas realizadas nos âmbitos universitário, governamental e empresarial. Isso sem falar na nossa capacidade de projetar e construir aviões, resultado de robustos e continuados investimentos de recursos públicos em P&D.

Enquanto nosso potencial tecnocientífico sediado nas instituições públicas de ensino e pesquisa vem sendo desmontado, a cena global se torna cada vez mais ameaçadora. Desenvolvimentos em inteligência artificial, energia, biotecnologia, automação e robótica, internet das coisas, novos materiais, impulsionados pelas grandes multinacionais, estão mudando rapidamente as formas de produção no mundo e estabelecendo um novo paradigma tecnológico com imensos desafios ao trabalho humano e com um claro componente de concentração de renda e riqueza.

Com o agravamento dos cortes orçamentários se está promovendo um desmantelamento do potencial tecnocientífico que, graças ao imposto pago pelos pobres, nossa comunidade de pesquisa acumulou na expectativa de que ele pudesse ser efetivamente colocado a serviço da melhoria de sua condição de vida. E, desta forma, pudesse otimizar, pela via da incorporação de conhecimento às políticas públicas e à produção de bens e serviços que atendem às suas necessidades, o esforço que realizou o governo a esquerda no campo social e econômico.

O ataque através de cortes orçamentários, judicialização, perda de autonomia didático-pedagógica, quebra da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, perda da autonomia

da gestão universitária, do patrimônio e das finanças, materializado, inclusive, na proposta do FUTURE-SE está em marcha. Diariamente, as Universidades, Institutos Federais, CEFETs são desqualificados, atacados, por Ministros destemperados, despreparados, fundamentalistas, privatistas. Desqualificar as universidades públicas e privatizar empresas estratégicas são ataques que custarão caro à sociedade brasileira.

O Governo Bolsonaro vem demonstrando que a ciência não interessa ao seu projeto político e ao modelo de desenvolvimento que pretende implantar. Ao mesmo tempo, de modo oportunista e enganoso,

TR -68

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. O ANDES-SN participará na construção da frente única, com as centrais sindicais, movimentos populares, Fórum Nacional Popular de Educação, com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, para atuar, tanto no parlamento quanto nas manifestações de rua em defesa da ciência, tecnologia e inovação públicas e relacionadas à soberania do país.
2. O ANDES-SN irá monitorar as ações realizadas pelos governos federal e estaduais que contrariam a proposta de política cognitiva (de Educação e de Ciência, Tecnologia e Inovação) que vem defendendo e que ameaçam os interesses e direitos dos professores.
3. O ANDES-SN irá definir e atualizar continuamente uma estratégia para enfrentar essas ações mediante a atuação coordenada de suas seções sindicais em suas universidades e órgãos colegiados em que participam.
4. O ANDES-SN promoverá, apoiado em suas seções sindicais, um profundo e continuado processo de discussão e politização junto à comunidade universitária acerca de como orientar nosso potencial tecnocientífico para satisfazer as demandas cognitivas associadas às necessidades materiais coletivas.
5. O ANDES-SN irá sistematizar os resultados desse processo de modo a subsidiar a participação das seções sindicais nos órgãos colegiados das universidades a que têm acesso.
6. Aproveitando a experiência de seções sindicais onde a proposta de uma “Política de Inovação” restrita à atividade empresarial foi questionada, o Andes proporcionará a todas elas material em que estarão colocados os seus efeitos perversos sobre esta iniciativa que ameaça a missão da universidade pública.

TEXTO 69

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Clarice Aparecida dos Santos (UnB), Celi Nelza ZulkeTaffarel (APUB), Eduardo Forneck (APROFURG), Marize Carvalho (APUB), Monica Castagna Molina (ADUNB), Luis Antônio Pasquetti(ADUNB), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUNB); Manoel Pereira de Andrade (ADUNB).

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL – A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA POPULAR E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: DIREITO NOSSO, DEVER DO ESTADO

TEXTO DE APOIO

Em julho de 2019, durante a realização do 64º CONAD avaliamos e atualizamos o Plano de Lutas levando em conta a política Agrária, Urbana e Ambiental. O fizemos caracterizando o governo Bolsonaro quanto às políticas ambientais desastrosas implementadas pelo Ministro Ricardo Salles, que foram desde o desmonte de estruturas administrativas, cortes orçamentários e exonerações de trabalhadores em setores estratégicos de fiscalização como ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. O desmantelamento de agências de serviços como o florestal, das águas, passando pelas concessões de exploração mineral, tem causado catástrofes enormes, como por exemplo, o rompimento da barragem de dejetos de Mariana e posteriormente Brumadinho, a problemática do saneamento básico e o direito a água, ameaçado pelas privatizações, , os crimes ambientais como os incêndios na Amazônia e o óleo na costa brasileira.

O alinhamento do Ministério da Agricultura com a bancada ruralista no parlamento produziu a liberação e uso desenfreado de agrotóxicos que ameaçam a saúde pública através da aprovação do PL 6.299/2002, conhecido como pacote do veneno.

Vamos atualizar o Plano de Luta considerando a necessidade de enfrentarmos, de conjunto, com os demais setores organizados da classe trabalhadora, a política destrutiva do atual governo (Bolsonaro/Mourão/Guedes/Moro/Weintraub/Salles) que se manifesta de forma violenta pela via da militarização e da política dos 3D - Desobrigação, Desvinculação e Desindexação do orçamento federal por meio de Propostas de Emenda à Constituição-PEC's; as contrarreformas administrativa, trabalhista e previdenciária; a desestatização e venda de setores estratégicos, para a soberania nacional; a autorização para a polícia matar a população que vive nas periferia das cidades e do campo por meio do excludente.

Impõe-se ainda enfrentarmos a imposição do Programa Future-se às universidades; os cortes orçamentários e o constante desrespeito à autonomia universitária prevista na Constituição de 1988. Mas a destruição não para por aí. Os sindicatos estão sendo atingidos assim como os movimentos de luta social no campo, nas águas e nas florestas. São exemplos os assassinatos de lideranças indígenas, camponesas e ambientalistas no campo e nas florestas. A ameaça de imposição e ampliação da Garantia da Lei e da Ordem - GLO para intervenção direta das forças federais nos conflitos do campo é clara ameaça ao direito de organização e manifestação e tem como objetivo a autorização para a atuação livre e criminosa das milícias rurais.

Mas, a atualização vem para demonstrar que, o que já é muito ruim tende a piorar, principalmente para os povos do campo, das águas e das florestas. Vem para demonstrar a necessidade da frente única, ampla, inclusiva, para os enfrentamentos necessários.

Tramitam, no Senado Federal, três matérias que modificam sobremaneira a legislação agrária nacional. – dois Projetos de Lei (PL) e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) – PLS 107/2011, PL 2.963/2019 e PEC 80/2019. Embora tenham origem e autoria distintas, estas medidas estão interligadas e mudam os índices de produtividade das terras, o conceito de função social e os limites à venda a estrangeiros. Com Bolsonaro, os ruralistas dominam a política agrícola e agrária do governo federal tendência acentuada após o golpe de 2016. Já no governo Temer se manifestava a retomada da agenda conservadora nacional. Temer editou a MP 759/2016, posteriormente convertida na Lei 13.465/2017, que modificou profundamente a Lei 8.629/1993, que regulamentou os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Constituiu-se um marco na paralisação da política de assentamentos nos países, com implicações também sobre dispositivos fundiários urbanos. Passou-se a desconsiderar as famílias acampadas e terras ocupadas e alterou-se a prioridade na titulação dos lotes e na regularização das ocupações irregulares nos projetos de assentamentos. O Objetivo destas medidas é colocar no mercado de terras os mais de 87 milhões de hectares dos assentamentos rurais do país.

Desde o Golpe de 2016, contra Dilma Rousseff, passando pelo governo do Golpista Temer, e mais explicitamente no atual governo Bolsonaro, os segmentos conservadores têm atuado de forma coesa, conseguindo implementar agendas reacionárias, altamente destrutivas, a partir de articulações de classe dentro e fora do Congresso Nacional e da Esplanada dos Ministérios.

Toda a política agrícola e agrária foi ocupada, no Governo Bolsonaro, pelos ruralistas, conservadores, fundamentalistas, inclusive àqueles voltados (ao que restou) dos programas de promoção da agricultura familiar e da reforma agrária. Tentaram ainda alocar a Funai e a agenda indigenista no Ministério da Agricultura, proposta que foi inicialmente barrada no Congresso e posteriormente pelo STF. O interesse principal: beneficiar o setor do agronegócio e controlar informações e políticas relativas à estrutura fundiária brasileira.

Dos três projetos em questão, o mais antigo é o PLS 107/2011, de autoria da Senadora e ex-ministra da Agricultura Kátia Abreu (PDT/TO). Mais uma vez, o alvo é a lei da reforma agrária de 1993. O PLS 107 “altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade”. Os ruralistas defendem revisões que os beneficia na retomada da propriedade de terras. Já os que defendem a ampliação da democratização da terra no país, a atualização dos índices é importante para que se exponham terras improdutivas, garantindo assim o direito à expropriação para fins de reforma agrária. O PLS 107/2011 propõe rever e decompor o índice atual, prejudicando as reivindicações dos trabalhadores no e do campo. Os ruralistas argumentam que “propriedades produtivas, insuscetíveis de desapropriação, estão sendo equivocadamente desapropriadas”.

A segunda matéria em tramitação no Senado Federal é o PL 2.963/2019, de autoria do Senador Irajá Abreu (PSD/TO), “regulamenta a aquisição, posse e o cadastro de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira”. O objetivo é a liberação da compra de terras por estrangeiros. Este PL coloca em risco a soberania do país. Existem setores nacionalistas entre os próprios ruralistas e os militares que temem estas medidas. O solo brasileiro poderá parar nas mãos dos estrangeiros pela via do comércio de terras. Uma de suas principais mudanças é a dispensa de qualquer autorização ou licença à aquisição e qualquer modalidade de posse por estrangeiros quando se tratar de imóveis com áreas não superiores a quinze módulos fiscais. Os dados do Censo Agropecuário de 2017 indicam que 96,6% das propriedades rurais brasileiras em uso agropecuário, têm até 15 módulos fiscais. Com relação à extensão territorial nos municípios, a legislação atual restringe a compra de terras por estrangeiros ao limite de ¼ da área do município ou de 40% do território municipal por estrangeiros de mesma nacionalidade.

A terceira medida é a PEC 80/2019, têm como primeiro signatário o Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ) e outros 26 senadores subscrevem a Proposta, que “altera os artigos 182 e 186 da

Constituição Federal para dispor sobre a função social da propriedade urbana e rural”. As mudanças propostas podem ser resumidas em três pontos:

(1) alteração do cumprimento simultâneo das exigências que compõem a função social das propriedades urbana (art. 182ºda CF/88) e rural (art. 186ºda CF/88) por “pelo menos uma delas”. No caso das propriedades urbanas, a Constituição exige o cumprimento simultâneo de: I) parcelamento ou edificação adequados; II) aproveitamento compatível com sua finalidade; e III) preservação do meio ambiente ou do patrimônio histórico, artístico, cultural ou paisagístico. Com a nova legislação, apenas uma das três seria suficiente para atestar a função social. No caso das propriedades rurais, são quatro as exigências Constitucionais: I) aproveitamento racional e adequado; II) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III) observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e IV) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Com a nova legislação, apenas uma das quatro exigências bastaria. Pretende-se com isto destruir um princípio que nos vem da Constituição de 1934. Conforme resgata o Parecer da Procuradoria dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal, o princípio da função social não é uma inovação da Constituição Cidadã. O “interesse social ou coletivo” já era contemplado na Constituição de 1934 e a Constituição de 1967 incorporou o conceito de função social, assegurado pela Lei 4.4504/1964, o Estatuto da Terra. (2) retirada da exclusividade do Poder Executivo na decisão sobre a expropriação. Propõe-se que o “descumprimento da função social será declarado por ato do Poder Executivo, mediante autorização prévia do Poder Legislativo, ou por decisão judicial”. Tal mudança é inconstitucional, na medida em que fere os princípios da autonomia dos entes federativos – prejudicando sobretudo os municípios no caso das propriedades urbanas – e da separação dos poderes. (3) pagamento das desapropriações pelos valores de mercado urbano e rural, visando, assim, “diminuir a discricionariedade do Poder Público na avaliação de desapropriação da propriedade privada, tendo em vista que é um bem sagrado e deve ser protegida de injustiças”. A consequência principal é o benefício dos exploradores deste tipo de mercado de terra. No caso das propriedades rurais, atualmente o Inca realiza pesquisa de mercado e leva em conta variáveis como índice de desmatamento, capacidade do solo e outras, que podem vir a desvalorizar os imóveis relativamente ao que seria o preço de mercado reivindicado pelos proprietários que estão sendo desapropriados. Terras para fins de reforma agrária no Brasil já são realizadas nos termos do mercado, onde o proprietário recebe inclusive juros compensatórios pela não produção durante o período de tramitação do processo de desapropriação – o que não faz muito sentido, afinal trata-se de terras improdutivas. Caso novas medidas sejam aprovadas, os mercados de terra ganhariam muito mais do governo. Esta seria mais uma forma de repasse de verbas públicas para o mercado, para os latifundiários.

Em meio a estas negociatas estão as vidas de seres humanos. Os trabalhadores do campo, das águas e das florestas sofrem as consequências desta guerra instalada no Brasil. Sofrem com o bloqueio do acesso às políticas públicas. Com o Golpe de 2016 toda a política educacional via Ministério de Desenvolvimento Agrária, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA sofre uma terrível destruição. Da mesma forma a política educacional do Ministério da Educação, em especial com o desmonte das ações outrora coordenadas pela SECADI, além da própria extinção da Secretaria. Vale ressaltar que a SECADI não brota espontaneamente da vontade dos governantes, mas fruto de uma intensa luta pela Reforma Agrária e por Educação. Dois episódios desta luta são marcantes: (1) O Massacre de Corumbiara, que ocorreu em 9 de agosto de 1995, em Corumbiara, Rondônia, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, deixando 10 mortos (<http://www.mst.org.br/2015/08/07/corumbiara-quebrar-o-silencio-vinte-anos-depois.html>) e, (2) o Massacre de Eldorado de Carajás, que ocorreu em 17 de abril de 1996, nos municípios de Eldorado de Carajás, no Pará, e - <http://www.enfoc.org.br/noticias/detail/538> deixou 19 mortos. (<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/04/17/ato-em-eldorado-dos-carajas-no-para-relembra-23-anos-demassacre.ghtml>)

Sem ocultar estas e outras lutas históricas, como a travada pelo Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC para defender a Educação, podemos nos valer das informações do portal eletrônico da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) para recuperar dados sobre a criação institucional da SECADI. A SECADI foi criada para “Contribuir para o desenvolvimento dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade sociocultural, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental”. Para materializar tais intenções vamos encontrar, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 a 2016), aprovados, implementados e avaliados programas, projetos, ações. Podemos mencionar: (a) “Educação de Jovens e Adultos, (b) Educação Especial na perspectiva inclusiva, (c) Educação Ambiental e em Direitos Humanos, (d) Educação do Campo, Indígena e Quilombola e, (e) Educação para as Relações Étnico-Raciais”. O que estamos denunciando é que todas as ações que beneficiavam as populações do campo, das águas e das florestas estão interrompidas pela falta de financiamento e pela extinção das estruturas de gestão.

Encaminhamos, portanto, que além do que já aprovamos no 38 Congresso do ANDES SN em 2019, no 64 CONAD de julho de 2019, que ainda não foram implementadas, que sejam realizadas e que se acrescente a Resolução abaixo.

TR -69

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. A participação efetiva na construção da frente única, com as centrais sindicais, movimentos populares, organizações dos povos indígenas, quilombolas, Sem Terra, Pequenos Agricultores, Agricultores Familiares, Fórum Nacional Popular de Educação, Fórum Nacional de Educação do Campo, para defender a Educação do Campo, a Reforma Agrária Popular e a Agroecologia que conquistamos nas lutas com independência e autonomia.
2. A luta unificada pela revogação de todo o entulho autoritário referente a reforma agrária
3. A luta conjunta para garantia de direitos constitucionais e políticas públicas básicas, como educação, habitação, infraestrutura produtiva, saneamento básico, segurança, assistência, previdência e saúde para os povos do campo, das águas e das florestas.
4. A reestruturação da gestão e recomposição orçamentária para assegurar as políticas públicas de Educação do Campo, Educação Indígena e Educação Quilombola, assim como o PRONERA, que beneficiam a classe trabalhadora do campo, das águas e das florestas.

TEXTO 70

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Acácio Salvador Véras e Silva (ADUFPI), Agostinho Júnior Holanda (ADUFPI), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Antônio Eduardo (APUR), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Taffarel (APUB), Cláudio Lira (APUB), Davi Romão (APUR), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Eduardo Forneck (APROFURG), Everaldo Andrade (ADUSP), Fábio Venturine (ADUNIFESP), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Juanito Vieira (APESJF), Lisleandra Machado (APESJF), Lilian Marinho (ADUNEB), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Lourdes Sarmiento (ADUEPB), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Virgínia Pinto Bonfim (ADUNEB), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Marcos Ferreira (SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFSC), Marize Carvalho (APUB), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Mariuza Guimarães (ADUFMS), Paulo OpusZka (APUFPR), Priscila Guedes (APESJF), Sarah Munck Vieira (APESJF).

PRECISAMOS FALAR E CUIDAR DO ADOECIMENTO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

As recentes transformações do sistema educacional brasileiro, com ampliação e interiorização das Universidades e demais instituições Federais, Estaduais e Municipais de Ensino sem a correspondente adequação da sua força de trabalho, impuseram à docência a precarização, a intensificação, o produtivismo e o gerencialismo. O resultado tem impactado a saúde das e dos docentes, que tem sido objeto de pesquisas na perspectiva biomédica, desconsiderando, em grande medida, a determinação social do adoecimento. As pesquisas com viés psicológico e sociocultural que incorporam os aspectos subjetivos e simbólicos do trabalho, oferecem explicações consistentes ao incluírem, para além das comorbidades e eventos estressores, a precarização das condições de trabalho - excesso de tarefas, pressão por capacitação profissional e o produtivismo - falta de apoio institucional e de docentes em número necessário, isolamento do professor, assédios moral e sexual, com incidência maior em mulheres e negras/negros, o fato de sermos formadores de sujeitos e a responsabilidade advinda desse processo, significados do trabalho, relações conflituosas, excesso de demandas e controle, tempo insuficiente para cuidar de si e da sua saúde, além de situações de opressões e conflito trabalho/família na geração de tensões e sofrimento. Há necessidade de mais pesquisas que analisem o processo saúde-doença segundo gênero, etnia/raça e orientação sexual.

Poucas são as pesquisas que analisam as questões éticas, a insuficiência de tempo para o lazer e convívio social, apesar da depressão ser reconhecida como uma das principais causas de afastamento temporário do trabalho (SILVA, 2015)⁷. Segundo ele, a opção pelo trabalho na universidade por parcela de docentes se relaciona a um posicionamento político e ao ideal de materialização da universidade como instituição crítica de seu tempo histórico e de si mesma, e,

⁷ SILVA, Eduardo Pinto. Adoecimento e sofrimento de professores universitários: dimensões afetivas e ético-políticas. *Psicol. teor. prat.* vol.17 no.1 São Paulo abr. 2015

portanto, voltada à radical transformação das desigualdades existentes no campo social. Com a precarização, intensificação do trabalho e adoção de modelos gerencialistas⁸, com o conseqüente impedimento a esse posicionamento e ideal, e do potencial mais livre e criativo de professores, floresce o sofrimento ético e político. Soma-se a esses, uma desvalorização gradual do papel do professor, o que afeta a prática profissional e a auto-estima. Muitos desses elementos de pressão são fruto de uma reconfiguração do mundo do trabalho, uma conjuntura dura de ataques a direitos, individualismo e que transfere ao docente a responsabilidade por cobrir lacunas existentes na instituição, além de cobranças cada vez mais rígidas, produtivistas e quantitativas de avaliação profissional, a exemplo dos Planos Individuais de Trabalho (PITs).

A adoção de políticas internas, cada vez mais produtivistas e gerencialistas, tem levado à insatisfação com o trabalho, e as elevadas prevalências de transtornos mentais e sintomas depressivos têm motivado o afastamento docente, pelo adoecimento psíquico e também casos de autoextermínio. O quadro é de alerta para a necessidade de discussão, prevenção e adoção de medidas urgentes para a amenização de problema de tão intensa gravidade, com responsabilização da gestão educacional, investimento no apoio social, e mobilização sindical.

Nesse cenário, deve-se empreender todos os esforços e ações unitárias dentro das instituições de ensino com vistas a entender e minimizar o adoecimento docente, no que cabe a essas instituições. Entendemos que é também responsabilidade do sindicato de professores executar ações objetivas e urgentes na prevenção e enfrentamento dos problemas de saúde da comunidade universitária, em especial de professores.

TR -70

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1 Que as seções sindicais realizem pesquisas internas, quantitativas e qualitativas, com vistas a conhecer o perfil do adoecimento docente, segundo instituição, causas, gênero, etnia/raça, orientação sexual e as respostas institucionais; com vistas a respaldar ações e campanhas;
- 2 Realização de campanhas informativas internas desmitificando o adoecimento psíquico, visto ainda com preconceito e/ou desconhecimento por parte da própria categoria docente;
- 3 Que as seções sindicais integrem comissões internas e cobrem efetivamente das administrações das IEs, a criação de mecanismos de prevenção, de melhores condições de trabalho e cumprimento da LEI 8112/90, que em seu Artigo 230 trata da saúde do servidor público;
- 4 Criação, no âmbito do Andes-SN, de Grupo de Trabalho de Saúde Docente.

⁸ O gerencialismo é uma forma de gestão derivada da forma valor ou forma mercadoria. A matriz das formas de sociabilidade e de reconhecimento nele presentes remete à expropriação, alienação e reconhecimento fetichizado. Há no entanto, um “continuum estrutural” das “ações capitalistas de troca mercantil” e de “exploração produtiva” com a “forma política estatal”, ou ainda, para o fato de que as “formas sociais do capitalismo” são “lastreadas no valor e na mercadoria” MASCARO, A. *Estado e forma política*. São Paulo: SP, Boitempo, 2013, p.19-20)

TEXTO 71

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Denise Maria Maia (APUFPR), Paulo Ricardo Opuszka (APUFPR), Paulo Vieira Neto (APUFPR), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alessandra Assis (APUB), Ana Margarete Gomes da Silva (ADUNEB), Antônio Eduardo (APUR), Avelino da Rosa Oliveira (ADUFPEL), Carlos Cartaxo (ADUFPB), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Taffarel (APUB), Clarice Campos (ADUNB), Claudio Lira (APUB), Claudio Maia Porto (ADUR), Davi Romão (APUR), Dimas Santana Souza Neves (ADUNEMAT), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Eduardo Forneck (APROFURG), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Esmael Almeida Machado (ADUEMS), Everaldo Andrade (ADUSP), Fábio Venturine (ADUNIFESP), Fernando Cunha (ADUFPB), Flávio Dantas (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), Juanito Vieira (APESJF), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lisleandra Machado (APESJF), Lilian Marinho (ADUNEB), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Lourdes Sarmiento (ADUEPB), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Virgínia Pinto Bonfim (ADUNEB), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Marcos Ferreira (SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFSC), Marize Carvalho (APUB), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Mariuza Guimarães (ADUFMS), Melina Alves (ADUFPB), Rita de Cássia Cavalcanti (ADUFPB), Rita de Cássia Machado (SINDUEA), Rubia Wegner (ADUR), Sandra Luna (ADUFPB), Sérgio Murillo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvina Carrizo (APESJF), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC), Wagner Romão (ADUNICAMP).

ANDES-SN E CSP-CONLUTAS: O BALANÇO URGENTE E NECESSÁRIO PARA A SAÍDA DO ISOLAMENTO

TEXTO DE APOIO

Durante a realização do 64º CONAD, e antes disto no 38º Congresso do ANDES SN, ocorridos em 2019 foram apresentados elementos sobre a concepção sindical do ANDES-SN (sindicalismo que se reivindica classista e combativo) e dados históricos desde a filiação e desfiliação a CUT, até a criação da CONLUTAS, a qual o ANDES-SN se associou, em 2006 e, finalmente, a filiação do ANDES-SN à CSP-CONLUTAS.

Acompanhamos também, nos últimos anos, o debate sobre a centralidade na luta, quando, amarrado às posições da CSP-CONLUTAS, o ANDES-SN ficou ao largo da luta contra o golpe de 2016, tacitamente aderindo à linha golpista do “Fora Todos”, marca indelével desta Central nos anos recentes. Estas posições paulatinamente afastaram o ANDES – SN do grosso do movimento sindical e popular brasileiro e, talvez mais grave, de sua base de filiados.

A associação objetiva da CSP-CONLUTAS às demandas dos setores mais reacionários, a sistemática coincidência de suas posições com a do imperialismo no que diz respeito à necessidade de derrubada de governos na América Latina, sendo o caso mais rumoroso sua campanha Fora Maduro, justo no momento em que a Venezuela é ameaçada abertamente de intervenção militar estrangeira, não são fatores fortuitos. Eles decorrem da concepção antissindical, divisionista e isolacionista que comandou sua fundação.

A CSP-CONLUTAS não nasceu de uma ruptura de nenhum setor relevante da classe trabalhadora com a maior central do país, a CUT, como muitos narram. Ela nasce da oportunidade que algumas direções do movimento enxergaram nos erros da CUT para constituir uma nova organização, não apoiada num setor de massas, mas no agrupamento de direções autoproclamadas. Assim, a CSP-CONLUTAS se constitui como negação da necessidade de estar presente ali onde a maioria da classe se organiza. Sua legitimação passa a ser buscada na negativa sistemática de qualquer ação comum com as organizações majoritárias. Como polo de organização de uma minoria impotente, concentra 90% de sua atividade na denúncia das demais organizações.

Pouco a pouco, todas as organizações que não se identificavam plenamente com o pequeno aparelho que dirige a CSP-CONLUTAS foram sendo declarados inimigos, ou “não classistas”. Aliás, o adjetivo “classista” passou a designar os agrupamentos amigos da CSP-CONLUTAS, sendo que qualquer ação unitária foi sendo estigmatizada como tentativa de se juntar a setores “não classistas”.

O golpe de 2016 deixou esta política nua. Isolada de todas as grandes organizações de trabalhadores, hipnotizada pelas manifestações dos coxinhos, que qualificaram como “progressistas, com uma direção reacionária”, animadas por finalmente a derrubada do “governo do PT” se apresentar como possível, a CSP-CONLUTAS se integrou ao golpe com sua própria consigna, “fora todos”. Consigna tão identificada com as demandas da direita que o MBL adicionou o cartaz da CSP-CONLUTAS ao seu mural na sede da FIESP.

Os ataques maciços aos direitos que decorreram do golpe de 2016 tampouco ensinou algo à CSP-CONLUTAS. Em seu 4º Congresso, aprovou resoluções que se negaram a defender a liberdade de Lula. Segundo estas resoluções: “as revelações do Intercept não são atestado da inocência de Lula ou dos governos do PT, embora Lula tenha direito a rever seu processo legal e julgamento (...) A comprovação da seletividade da Operação Lava Jato não implica na adesão, apoio ou participação na Campanha Lula Livre, cujo conteúdo é dar um atestado de inocência a Lula e aos governos do PT, bem como a defesa da impunidade”.

Sobre a Venezuela, a pretexto de independência diante do governo, a CSP-CONLUTAS une sua voz a de Trump. Segundo o Congresso, “O governo Maduro, assim como era o de Chávez, é de direita, burguês (...)”. Portanto, está na ordem do dia “a derrubada do Governo Maduro”. A retórica pseudoesquerdista, na prática, sustenta o golpismo contra governos de esquerda, típico do imperialismo estadunidense.

A negação autoproclamatória das organizações que a própria classe trabalhadora construiu, a busca de uma nova vanguarda que não seja entre os trabalhadores organizados, do jeito que eles são e não nas fantasias destas direções, conduziu objetivamente às alianças com a direita na luta política geral e com suas representações sindicais em várias entidades.

Como dissemos acima, contudo, esta trajetória não é casual. Diz respeito à natureza desta entidade:

- Seu caráter autoproclamatório, alheio às formas de organização reais da classe trabalhadora.
- Na falta de classe trabalhadora, a invencionice de uma central que passa por se definir pela opressão em geral da sociedade capitalista e não mais na organização dos assalariados. Essa concepção fez com sindicatos fossem automaticamente equiparados ao movimento popular e estudantil.
- Uma forma de representação degradada, onde os sindicatos, alguns poucos de grande porte, como o ANDES-SN, são equiparados a um Centro Acadêmico, a uma oposição de uma associação de moradores. Além do critério de delegações que se baseia não nos filiados das entidades, mas em sua base numérica, um artifício tradicionalmente pelego que absolve as direções de filiar ao sindicato. Um dos objetivos é inchar as instâncias e congressos.

Pela relevância política da CSP-CONLUTAS, não seria necessário um longo debate sobre este assunto. A questão é que o ANDES-SN está capturado por seu vínculo a esta central. Disso decorreu o grave isolamento do sindicato e seu acompanhamento dessa desastrosa política.

Romper com o isolamento, integrar as articulações de ação com as grandes organizações sindicais e populares, exercer um papel ativo na construção da luta unitária contra Bolsonaro exige que o ANDES-SN se liberte da política da CSP-CONLUTAS, adotando a desfiliação no 39º Congresso.

Ao mesmo tempo, não podemos reeditar esta mesma política com o mesmo nome. A classe trabalhadora brasileira se debate com suas dificuldades políticas e de organização, mas não é órfã. Não é preciso inventar novas edições da experiência fracassada da CSP-CONLUTAS, mas encetar a luta em frente única com as organizações reais da classe trabalhadora.

Por fim, nosso sindicato deve organizar um debate interno, envolvendo ao máximo as seções sindicais e os sindicalizados acerca das alternativas de filiação do ANDES-SN, discussão que seja coroada em nossas instâncias, CONAD e Congresso.

Instrumentos extraordinários, como a abertura cadernos de debates, editados sob responsabilidade da diretoria, entre outros, podem ser adotados.

TR -71

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Pela desfiliação do ANDES-SN da SCP-CONLUTAS.
2. Abrir um período de discussão sobre relações intersindicais e filiação a centrais sindicais, a ser concluído em Congresso.
3. Adotar medidas para assegurar o debate democrático sobre o tema, envolvendo as seções e os sindicalizados.

TEXTO 72

Contribuição do(a)s professore(a)s sindicalizado(a)s da ADUFG - Gene Maria Vieira Lyra-Silva, Lucinéia Scremin Martins, Gardenia de Souza Furtado Lemos, Lívia Gomes dos Santos, Cristiane Lopes Simão Lemos, Sheila Gonçalves do Couto Carvalho, Flávio Munhoz Sofiati, Hugo Leonardo Fonseca da Silva, Alcides Pontes Remijo, Alexandre Aguiar dos Santos, Fabiana Itaci Correa de Araújo, José Rodolfo Pacheco Thiesen e Luís Augusto Vieira.

PELA MANUTENÇÃO DO FUNDEB E DA VINCULAÇÃO CONSTITUCIONAL, DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO, COM O CONTROLE SOCIAL FORTALECIDO

TEXTO DE APOIO

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) está sendo amplamente discutido desde 2015, por meio de Projetos de Emenda Constitucional, entre elas a PEC 15/2015, precursora das propostas, e a PEC 65/2019. Essa discussão se acirra, uma vez que ao final de 2020 termina a vigência do Fundo, e já tem estabelecido alguns consensos, na Câmara dos Deputados, como o caráter permanente e constitucional do Fundo e a necessidade de ampliação do investimento feito pela União. Ainda se encontram abertas as propostas de emendas e negociações.

Apesar de vários estudiosos do financiamento da educação terem apontados aspectos controversos dos dispositivos legais, nas discussões travadas durante a criação do Fundeb, e o Andes SN ter inúmeras críticas à política educacional de criação de fundos para o seu financiamento, pois seguem o ideário neoliberal, estamos diante de uma possível extinção do Fundeb e da proposta de desvinculação constitucional de recursos, em 2020, pelo governo Bolsonaro, dessa forma precisamos, nesse cenário de ataques à educação, em especial à educação básica, pelos menos garantirmos o mínimo de financiamento que tem ocorrido, nos últimos anos, por meio da manutenção desse Fundo.

Em defesa da manutenção do Fundo é preciso reconhecer, desde a criação do Fundef, que o caráter instituído nessa política foi o de “incentivador de cooperação entre os entes federados, regulador de transferências de recurso e controlador social” (Monlevade, 1997; Davies, 2004; Pinto, 2007)⁹, além de ter proporcionado a implementação de políticas de valorização dos profissionais da educação e, ainda, ter o mérito de levar um expressivo número de pessoas e instituições a se envolverem na discussão, nas pesquisas do financiamento da educação básica, bem como na participação dos conselhos de controle social. Assim “resta a convicção de que nenhuma lei, por si só, é tão bem adequada para trazer o desenvolvimento necessário à educação ou tão prejudicial para impedir melhorias (Lyra-Silva, 2017)¹⁰.

Com a preocupação de fortalecermos a defesa da permanência do Fundeb e da vinculação constitucional dos recursos, com efetivo controle social, propomos:

TR -72

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1) Que o Andes-SN reafirme sua posição crítica contra a política de fundos, sendo favorável a continuidade da luta pela efetivação dos 10% do PIB para a educação, porém diante das ameaças de extinção do Fundeb, da desvinculação constitucional de recursos e das tentativas de diminuir as verbas educacionais, é necessário que o Sindicato some forças na defesa da permanência do Fundo, junto com as categorias e entidades que estão na frente de luta dessa pauta, já que o Fundeb acabou se tornando a principal política de financiamento da educação básica;

⁹ MONLEVADE, J.A. O Fundef e seus pecados capitais. Ceilândia: Idéa, 1997; DAVIES, N. Financiamento da Educação: novos ou velhos desafios? São Paulo: Edusp, 1997; PINTO, J.M.R. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo, Educ. Soc. [online]. 2007, vol.28, n.100, pp.877-897. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300012>.

¹⁰ LYRA-SILVA, G.M.V. Controlabilidade social: potencializando os conselhos do Fundeb. Curitiba: Appris, 2017.

- 2) Que o Andes-SN, por meio do GT de políticas educacionais, possa contribuir, ao debate de alteração da lei, sobre a importância de se ter atenção ao fortalecimento do controle social, exercido pelos Conselhos Gestores do Fundo, em especial na composição dos conselhos.

TEXTO 73

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s José Domingues de Godoi Filho (ADUFMAT); Armando Wilson Tafner Junior (ADUFMAT); Francisco de Arruda Machado (ADUFMAT); Haya Del Bel (ADUFMAT); Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT); Althen Teixeira Filho (ADUFPEL); Antonio Luís Andrade (ADUNESP); Carlos Domingos da Silva (ADUR-RJ).

AUMENTAR O ENVOLVIMENTO COM AS QUESTÕES RELACIONADAS À POLÍTICA NACIONAL DE MINERAÇÃO E SEUS IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TEXTO DE APOIO

Num mundo extremamente dependente dos recursos minerais, de energia e outras matérias primas, a demanda por tais recursos aumentou e acelerou o desenvolvimento da indústria extrativa. A voracidade, em especial, pelos recursos minerais vem representando uma ameaça real para a paz e para a segurança da espécie humana.

Por exemplo, os conflitos no Mali (África) e os bombardeios franceses realizados, com a justificativa falaciosa de conter o terrorismo fundamentalista, escondem a disputa pelo urânio da região, explorado pela estatal francesa Areva. Outro exemplo, bem próximo, é a atual situação social, política e econômica enfrentada pela Bolívia, Chile e Argentina que, dentre outras variáveis, inclui o denominado “triângulo do lítio”, onde se concentra a maior reserva de lítio do mundo. A importância do lítio vem crescendo devido sua utilização na indústria de baterias recarregáveis para veículos elétricos e híbridos. Isso sem esquecer que a indústria dos EUA, Japão, França, Alemanha, Inglaterra e Comunidade Europeia dependem em quase 100% de cromo, cobalto, platina, manganês, tântalo, estanho, níquel, tungstênio, vanádio, zircônio, titânio e nióbio.

As disputas geopolíticas envolvendo os EUA, a China e a Rússia tem ampliado a demanda pelos recursos naturais e energia, de tal maneira que a exploração de minerais e combustíveis fósseis atingiu níveis impensáveis. Nesse cenário, tem aumentado a pressão das empresas sobre os Estados para obtenção de facilidades e para o desenvolvimento de seus distritos minerais, especialmente, nos países da América Latina.

A exploração dos recursos naturais na América Latina e no Brasil teve sua retomada mais recente na reestruturação econômica ocorrida nos anos 90, na maioria dos países. Apoiado pelos governos, os investimentos estrangeiros se tornaram objeto do desejo e, nesse sentido, foram implementadas privatizações de empresas, assinados decretos, leis e regulamentações com o objetivo de atrair os investidores estrangeiros, aceitando as propostas e reivindicações das empresas transnacionais. Obviamente, a pressão dos investidores para a exploração dos recursos naturais também significou pressão sobre os ecossistemas e as comunidades que compartilham seus territórios com jazidas minerais, hidrelétricas e outras obras de infraestrutura destinadas à produção de recursos naturais, principalmente para exportação.

As empresas envolvidas com a exploração de recursos minerais invariavelmente se apresentam prometendo melhorias nas condições de vida das populações: prometem a construção de escolas, hospitais, estradas e geração empregos. Contudo, o que se tem observado é que as comunidades locais experimentam o aumento da pobreza, destruição dos meios de sobrevivência, conflitos violentos, desrespeito aos direitos humanos, degradação ambiental e corrupção.

As empresas envolvidas com a atividade minerária pouco se importam com as comunidades locais e com o próprio Estado, transformando a atividade em sinônimo de pilhagem dos recursos naturais e destruição ambiental. Quando as comunidades conseguem se mobilizar para questionar os empreendimentos, não encontram respaldo nas instâncias pertinentes para que suas demandas sejam atendidas; ao contrário, os conflitos aumentam e, não raramente, atingem níveis de violência com altos custos sociais para as comunidades e o ambiente.

“Por outro lado, não se trata aqui de se posicionar contra a atividade minerária, pois a espécie humana ainda necessita da extração dos bens minerais para sua sobrevivência e desenvolvimento de suas atividades. A mineração, em seus diversos segmentos, é um setor fundamental para a definição e manutenção de um padrão de consumo na escala mundial via o fornecimento de matérias-primas para diferentes cadeias produtivas, desde a agricultura até bens de consumo em geral. Assim, o que está em questão, não é a atividade minerária, mas o modelo adotado, que privilegia margens de lucro maiores e continuamente crescentes. Um novo modelo tem que ser discutido e construído, uma vez que a demanda por recursos naturais deve atender as necessidades da espécie humana. A atividade minerária não pode se manter como um processo de expropriação de populações para atender os interesses de alguns poucos. Para que, para quem e o que as alegadas demandas do modelo atendem, ou escondem, são perguntas que devem ser respondidas com clareza”. (Godoi Filho, in press).

É urgente discutirmos as condições em que realizam a atividade minerária em nosso país, além de deixar clara a contradição entre as promessas que são feitas e o modelo de desenvolvimento econômico dependente que se concretiza e que não reduzem as desigualdades sociais, degradam as condições socioambientais, aumentam os conflitos e geram acontecimentos trágicos e criminosos como os ocorridos em Mariana e Brumadinho.

O Plano Nacional de Mineração 2030(PNM-2030), elaborado pelo Ministério de Minas e Energia entre 2008 e 2010, foi apresentado como uma perspectiva de grandes investimentos na produção mineral para atender o processo de exportação em grande escala. Claramente, o PNM-2030 visa atender as demandas da globalização e os interesses de investidores e corporações nacionais, multinacionais ou transnacionais.

O ANDES-SN pode contribuir muito incentivando a discussão, em sua base, da PNM-2030 e suas implicações na formação de pessoal, desenvolvimento de tecnologias, melhorias na atividade minerária incluindo temas como: prevenção e mitigação dos impactos socioambientais do setor, os efeitos cumulativos de diferentes empreendimentos minerais (incluindo porto, minerodutos, ferrovias, alternativas energéticas, etc.), coexistência da atividade minerária com outras atividades, o conceito de territórios livres de mineração, pressão econômica gerada pela atividade minerária.

TR -73

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1) Que o ANDES-SN se articule e apoie as atividades nacionais do MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração que denuncie os conflitos com a mineração e debata o modelo da atividade minerária.
- 2) Que o GTPAUA e o GTCT realizem uma reunião conjunta para discutir o Plano Nacional de Mineração 2030 e o Plano Nacional de Energia 2050.

TEXTO 74

Contribuição da Assembleia Geral da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS.

O ANDES-SN NA LUTA CONTRA O AVANÇO DA MINERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

TEXTO DE APOIO

O estado do Rio Grande do Sul poderá se tornar o terceiro principal estado minerador do País, atrás apenas de Pará e Minas Gerais, caso os projetos de exploração minerária atualmente em curso venham a se concretizar.

Um deles é a proposta de extração de 166 milhões de toneladas de carvão a céu aberto nos municípios de Charqueadas e Eldorado do Sul, pela empresa Copelmi. O local abrange uma reserva na zona de influência da Área de Proteção Ambiental do Parque do Delta Jacuí, tombado pelo Iphae como patrimônio cultural e paisagístico do RS, distante apenas 1,5 km do Rio Jacuí, responsável por mais de 80% da água que chega ao Guaíba, Lago que abastece Porto Alegre e parte da Região Metropolitana¹¹.

Outro é a extração de titânio na faixa de areia localizada entre o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos, no município de São José do Norte, pela empresa Rio Grande Mineração, que já conseguiu licença prévia do Ibama. O projeto apresenta alto potencial de impacto socioambiental por se localizar em uma região em que há afloramentos rochosos com sítios arqueológicos e comunidades pesqueiras tradicionais da região¹².

Um terceiro projeto em disputa pretende extrair zinco, chumbo e cobre de uma mina a céu aberto com vida útil de 20 anos às margens do Rio Camaquã, um dos mais preservados do estado, em Caçapava do Sul, pela empresa Nexa Resources (multinacional do Grupo Votorantim), com alto potencial de contaminação em toda a bacia hidrográfica do Camaquã, região onde se encontram comunidades quilombolas e indígenas e onde há uma importante produção agropecuária do tipo familiar, artesanal e orgânica¹³.

Finalmente, em Lavras do Sul, a empresa Águia pretende minerar fosfato, construindo uma barragem de rejeitos que, em caso de rompimento, colocaria em risco o Rio Santa Maria afetando, pelo menos, o abastecimento de municípios inteiros como Rosário do Sul, onde vivem mais de 40 mil pessoas. Na região, vivem 57 comunidades quilombolas, além de povos indígenas, pescadores artesanais, pecuaristas familiares e comunidades de pomeranos, ciganos, benzedeiros e povo de terreiro¹⁴.

Além destes quatro, que são os principais e com maior potencial de destruição pela sua dimensão, existem mais de 150 projetos em diferentes fases de prospecção. Neste contexto, diversas organizações, comunidades, movimentos sociais, associações etc. têm se articulado nos distintos locais para barrar a concretização dos empreendimentos, seja no processo de

¹¹ Mais informações em <https://rsemrisco.org.br/>.

¹² Mais informações em <https://www.sul21.com.br/areazero/2018/12/carta-de-sao-jose-do-norte-projetos-de-mineracao-representam-um-projeto-de-morte/>.

¹³ Mais informações em <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2017/10/projetos-em-curso-podem-fazer-do-rs-um-canteiro-de-mineracao-alertam-pesquisadoras/>.

¹⁴ Mais informações em <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2019/03/mineracao-de-fosfato-em-lavras-do-sul-comite-relata-violacoes-de-direitos-ao-mp-federal/>.

licenciamento ambiental, seja na tentativa de deslegitimar socialmente a necessidade de exploração mineral. Um importante instrumento de articulação, construído em 2019 por diversas entidades, é o Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul.

O ANDES-SN tem sido um importante parceiro nessas articulações no estado, tendo apoiado diversas iniciativas, tais como:

- I Seminário Regional sobre os Impactos dos Projetos de Mineração, realizado em junho de 2017 em São Lourenço do Sul;
- Seminário Pela Vida Contra o Extrativismo e a Mineração no RS, realizado em outubro de 2018 em Porto Alegre;
- II Seminário Regional Sobre Impactos dos Projetos de Mineração, realizado em janeiro de 2019 em Rio Grande;
- Publicação do Painel de Especialistas, documento que expõe resultados de análises críticas sobre o EIA/RIMA apresentado pela Copelmi.

É de extrema importância que o ANDES-SN permaneça atento às investidas do capital sobre a natureza e os modos de vida no Rio Grande do Sul, especialmente em um contexto no qual os governos estreitam seus laços com interesses que vão contra a construção de uma sociedade justa e solidária e de um ambiente limpo para as gerações atuais e futuras.

TR -74

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. O ANDES-SN continuará atuante na luta contra o avanço da mineração no Rio Grande do Sul, fortalecendo o Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul e buscando a unidade de todos que estão dispostos a construir a resistência à megamineração no estado; e incentivará a luta contra a mineração em outros estados.

EM DEFESA DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA, O ANDES-SN NÃO ENDOSSA O RELATÓRIO DO GT-EDSUP

TEXTO DE APOIO

Em 29 de março de 2019, foi constituído pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, Grupo de Trabalho destinado a acompanhar e avaliar o sistema universitário brasileiro (GT-EDSUP), composto pelos ex-reitores Ana Lúcia Gazzola, Eliane Superti, Roberto Salles e Thompson Mariz. O GT pretende ouvir diversas entidades, dentre as quais o ANDES-SN, por meio de reuniões abertas realizadas em diferentes regiões do país, para “identificar desafios comuns a toda a educação superior, em especial o sistema universitário, mas também detectar problemas específicos dos diversos setores” (PLANO DE TRABALHO, 2019, p. 10-11).

O Plano de Trabalho do GT-EDSUP, divulgado em 30 de maio de 2019, esclarece que os documentos enviados pelas entidades ao GT-EDSUP serão anexados ao Relatório Final, mas o Relatório Final representará a perspectiva do GT, e contemplará sugestões e recomendações ao Presidente da Câmara a respeito da matéria.

Na reunião realizada em Porto Alegre, no dia 4 de novembro, os componentes do GT explicitaram alguns elementos de sua visão sobre o ensino superior.

Ao mesmo tempo em que defendem a expansão e o fortalecimento do ensino superior, que são bandeiras do movimento docente, propõem a regulamentação da autonomia das universidades, contrariando entendimento histórico do ANDES-SN, expresso no Caderno 2, que se opõe a qualquer lei que delimite o alcance da autonomia universitária, estabelecida pelo Artigo 207 da Constituição Federal de 1988.

Quaisquer proposições elaboradas pelo GT incorrerão, ainda, na limitação de pretender contemplar “toda a educação superior”, aí compreendido o ensino superior privado, que por sua vez inclui as chamadas empresas de capital aberto (p. 10-11), conflitando com a posição do movimento docente e de todos os setores que defendem a destinação de verbas públicas apenas para a educação pública.

É importante que o ANDES-SN siga dialogando com o GT-EDSUP, expressando os diagnósticos e as posições do Sindicato, construídas em suas instâncias deliberativas, reconhecendo a importância do debate sobre o ensino superior na Câmara dos Deputados, e da divulgação de dados sobre a situação das instituições de ensino. Todavia, o GT-EDSUP, constituído por iniciativa do Presidente da Câmara, não representa o movimento docente, os segmentos que compõem as comunidades universitárias, nem as instituições públicas de ensino superior. Apesar de todo o aparato constituído para ouvir as entidades, envolvendo reuniões com a presença de reitores e entidades representativas das comunidades, o processo de elaboração do Relatório não é democrático. O Relatório do GT, produzido sob a pressão das empresas privadas do ensino superior, visando diálogo com a maioria do Congresso, de viés privatista e conservador, certamente não expressará os interesses da maioria da população brasileira nem as posições históricas do movimento docente, que defende a educação superior pública, gratuita, democrática, laica e socialmente referenciada.

TR -75

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. O ANDES-SN seguirá dialogando com o GT-EDSUP, expressando as posições do Sindicato, ao mesmo tempo em que explicitará, em todas as reuniões promovidas pelo GT, e junto à Câmara dos Deputados, que o ANDES-SN e o movimento docente não reconhecem o processo de reuniões como democrático, nem o GT como representativo das instituições públicas de ensino superior, e não subscrevem o Relatório que será elaborado e divulgado pelo GT em 2020.

TEXTO 76

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (Sindiprol/Aduel), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE) e Viviane Vidal da Silva (ADUA).

RESPONDER À MERCANTILIZAÇÃO E DESTRUIÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL COM A BANDEIRA DE EXPROPRIAÇÃO DA REDE PRIVADA SOB CONTROLE OPERÁRIO

TEXTO DE APOIO

Avançam, em conjunto, os ataques à Seguridade Social (e demais políticas sociais), as privatizações, desnacionalizações, cortes e a militarização, articuladas como respostas das classes dominantes à crise, dirigidas para o acirramento da exploração. No âmbito das políticas da Seguridade Social, ocorre um acirramento da mercantilização da Saúde, a inviabilização da Previdência Social pública e desmonte da Assistência Social.

Na Política de Saúde, os efeitos da crise, e da resposta capitalista ao problema da queda da taxa de lucros, se expressam no assédio da mercantilização, que avança, seja pela via dos cortes de recursos para alimentar o capital financeiro, seja pela abertura de novas fronteiras para a acumulação, através de quatro frentes associadas. Primeiro, com o maior parasitismo do Estado pelas empresas do setor da saúde, que opera através de uma miríade de vias abertas para a valorização do capital das indústrias e serviços privados de saúde, garantida, direta ou indiretamente, pela demanda e os recursos público-estatais. Esse parasitismo, usualmente, aparece na forma das renúncias, desonerações e isenções de tributos do Estado que beneficiam esse mercado, mas também com o seu patrocínio direto. Segundo, com o as redefinições jurídico-políticas estatais para ampliação e subsídio do mercado da Saúde, que são viabilizadas por acordos internacionais, normativas e legislações sancionando o empenho do Estado em flexibilizar e subsidiar os processos de acumulação do setor privado – seja com a adesão a Cobertura Universal da Saúde (CUS), a proposta do Plano de Saúde Acessível, a Lei nº 13.097, de 19 de jan. 2015, que provocou uma mudança constitucional, permitindo a entrada do capital

estrangeiro nesse mercado, e a Medida Provisória nº 754, de 20 de dez. 2016, amainando os protocolos para a elevação no preço de remédios, e sinalizando a desregulamentação do setor farmacêutico. Terceiro, as reconfigurações político-normativas direcionadas para a restrição e focalização seletiva da atenção público-estatal à Saúde são forjadas por normativas, tais como a revisão da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), pela Portaria nº 2.436, de 21 de set. 2017. Por último, esses ataques estão equalizados, tanto com o avanço das operadoras dos planos para as faixas de renda mais baixas, quanto com a abertura de nichos de acumulação, tais como os colocados pela proliferação das Clínicas Populares, que passam a ser objeto de especulação de grandes investidores financeiros. E associa-se às modalidades de privatização fomentadas pelas contratualizações de serviços privados e à entrega da gestão às entidades com personalidade jurídica de direito privado, a exemplo das Organizações Sociais (OS), Fundações Estatais de Direito Privado (FEDP) e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

As medidas restritivas à previdência social pública, desde os anos 1990, decorreram das crises enfrentadas pelo país, à medida em que sua economia era afetada pela crise geral do capitalismo. As contrarreformas previdenciárias, perpetradas desde então, são expressões modelares e explícitas da espoliação e mercantilização, deflagradas pelas necessidades de valorização do capital fictício. A ofensiva contrarreformista, com o acúmulo de contradições econômicas colocadas pela crise atual, inicia seu mais recente capítulo através da aplicação das Medidas Provisórias nº 664 e 665, de 30 de dez. 2014, que restringiram o seguro desemprego, seguro defeso e outras medidas de proteção. E o seu desfecho, com largas repercussões para a superexploração da força de trabalho, ocorre com a aprovação da Reforma da Previdência do Governo Bolsonaro, objeto da Proposta de Emenda Constitucional nº 6 de 2019; uma ofensiva deslançada no Governo Temer, com a Proposta de Emenda Constitucional nº 287 de 2016, que não havia prosperado na Câmara dos Deputados.

Aglutinam-se em três grandes frentes, necessariamente vinculadas, as ofensivas contra esse direito de proteção no curso da reação burguesa atual: de uma parte, isso ocorre pela restrição do acesso e usufruto da previdência social pública, agravados pela contrarreforma previdenciária; igualmente, tal processo opera com o fomento estatal direto a acumulação de capital através dos fundos do trabalho para previdência, que se materializa no exemplo da experiência de criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) e o amplo estímulo para o crédito consignado; e, finalmente, todas as iniciativas ganham forma por meio de instâncias organizativas e reconfigurações no aparelho administrativo instaladas para compor as medidas restritivas, como no caso da criação de fóruns (Fórum Nacional de Previdência Social, em 2007, e o Fórum de Debate sobre Política de Emprego, Trabalho, Renda e Previdência Social, em 2015), mas também ocorre com extinção do Ministério da Previdência Social e Trabalho, que levou a transferência de órgãos estratégicos de formulação, gestão e controle da Previdência Social para a Fazenda, e o órgão de execução da Política, o Instituto Nacional do Seguro Social, para o Ministério Desenvolvimento Social e Agrário (em 2017) – esse movimento sinalizou que seria o Ministério da Fazenda a conduzir, nessa conjuntura, a contrarreforma previdenciária, condição em que as influências do capital financeiro foram favorecidas. A estruturação básica dos órgãos do Governo Bolsonaro perpetuou essa linha, agora abrigando a Previdência Social no Ministério da Economia, sob o comando de Paulo Guedes. Os câmbios nos órgãos de governo guardam estreita relação, por outro lado, com as tentativas de desmonte do Serviço Social da Previdência, com artifícios como as exonerações, controles através de ponto eletrônico, corte de verbas para deslocamentos equipes, etc.

Além disso, a crise econômica, e suas sequelas sociais mais degradantes e explosivas, afetam diretamente a Política de Assistência Social. Em primeiro lugar, porque inflam, de súbito, as fileiras de pessoas miseráveis, e a gravidade dos dramas humanos, encarados, por essa Política, como seus "público-alvo" e universo de demandas a serem atendidos. Nesse caso, os determinantes da crise associam-se às respostas político-econômicas capitalistas, configurando um quadro ignóbil. A conjuntura recente informa três tendências que se impõem para Assistência Social em face da crise e da ofensiva das classes dominantes: a degradação das

condições objetivas de trabalho, atendimento e oferta dos programas, projetos, serviços e benefícios nas unidades socioassistenciais e na gestão, colocados pelos cortes orçamentários; o atrofiamiento das respostas público-estatais ao pauperismo, que adquire relevo com a crescente centralidade dos Programas de Transferência de Renda, matizados pela focalização seletiva, em face dos serviços e da racionalização do Sistema Único de Assistência Social, associada à imposição de mecanismos de controle da seleção econômica e da burocratização para o acesso aos benefícios; e a radicalização (e/ou reposição) de padrões ideológicos e administrativos reacionários, como os informados com a criação do Programa Criança Feliz (Decreto nº 8.869, de 5 de out. 2016) e Programa de Educação Financeira (2018), voltados aos beneficiários do Programa Bolsa Família. Reforça-se a centralização (federalização) do monitoramento e o tradicional parasitismo das entidades assistenciais e filantrópicas (religiosas e empresariais) em relação aos recursos estatais.

Sobre cada uma das políticas de seguridade social opera a mesma força do capital em busca de novos campos de valorização por meio da mercantilização da saúde e da previdência, assim como a exigência das medidas de "ajuste fiscal" que sacrificam os direitos dos mais pobres. A luta contra o retrocesso em antigas conquistas, porém, não pode nos levar a defender que tais políticas de fato respondem aos problemas das massas. Por isso, junto com o combate às contrarreformas é necessário defender um sistema de saúde de fato único. A coexistência entre público e privado tem levado progressivamente à universalização do privado e focalização do sistema público. A consigna de que "saúde não é mercadoria" deve ser propagandeada com a defesa de um sistema único de saúde, público, gratuito e sob o controle operário. Estatização da rede privada de saúde, sem indenização. A contrarreforma da previdência e as diversas normatizações restritivas beneficiam a oferta de previdência privada por parte dos bancos, entregando ao capital especulativo as reservas de vidas inteiras de trabalho. É preciso defender um único sistema de previdência social custeado exclusivamente pelo patronato e pelo Estado.

Estas bandeiras, por se chocarem com a propriedade privada dos meios de produção, só poderão ser impulsionadas aliadas à necessidade de erguer um movimento revolucionário que coloque fim a este sistema de exploração e opressão.

TR -76

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Defesa de um sistema único de saúde, público, gratuito e sob controle operário. Estatização da rede privada de saúde, sem indenização.
2. Defesa de um único sistema de previdência social, custeado exclusivamente pelo patronato e pelo Estado, sob controle operário.
3. Defesa de um sistema único estatal de assistência social, custeado exclusivamente pelo patronato e o Estado, sob controle operário.

TEXTO 77

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Adriana Lins Precioso (ADUNEMAT), Chiara Maria Seidel (ADUNEMAT), Clarianna Martins Baicere Silva (ADUFMAT), Lorenna Cardoso Rezende (ADUFMAT), Patricia da Costa Marisco (ADUFMAT), Thielide Verônica da Silva Pavanelli Troian (ADUNEMAT).

O DESAFIO DA LUTA DE CLASSE NA ATUAL CONJUNTURA.

TEXTO DE APOIO

O plano de oprimir a classe trabalhadora sempre existiu mas neste tempo histórico nota-se um grande avanço do capital alicerçado outrora na política de conciliação de classe e atualmente no conservadorismo ultra-liberal que legitima um governo fascista. Os ideais se perderam a medida que as contradições entre discurso e prática foram desveladas. Esse é o desafio da luta de classe numa sociedade que sente nos ombros o peso da contradição entre o que se prega e o que se vive. A classe trabalhadora se perdeu em si mesma, parte pelo ataque articulado do capital que aparelhou um governo dito de esquerda e parte pela falta de pertencimento a essa classe por se identificarem como os consumidores “novos ricos”. Nosso discurso se invalida a medida que não observamos esse fenômeno na nossa luta cotidiana. Nossa luta é muito mais fácil nas ruas que na base do nosso sindicato. Eis aí a maior seara que experienciamos. O mais difícil da luta é o conhecido fogo amigo. Quando os recursos são solicitados para se apoiar, por exemplo, a luta das mulheres, a resistência se instaura de forma ímpar. Ao solicitar qualquer tipo de apoio, uma resistência velada se acumula, ainda que rarefeita, na atmosfera do diálogo. Frases do tipo “parece que o sindicato só faz luta de mulheres”; “eu me alinho a causa indígena mas tenho dificuldade com a luta de mulheres”, “toda a atividade que tem no sindicato é do GTPCGEDS” “podemos contribuir com a cartolina e canetão mas não sei se a base apoia o “*ELE NÃO*””. Doutores muito bem articulados com as palavras, cientistas, marxistas, sindicalistas cujas práticas machistas se contrapõem ao lindo discurso de luta de classe. O patriarcado capitalista heterossexista se perpetua na estrutura sindical, não apenas dentre os esquerdo-machos, mas assombrosamente entre as mulheres de luta também. Isso se revela, por exemplo, na composição de uma chapa, onde a mulher, via de regra, assume a função de secretária. Do mesmo modo como lutamos por representatividade nas esferas políticas esperamos que esta se corporifique na esfera sindical. A luta é de quem luta em todo e qualquer espaço, incluindo as relações cotidianas e patronais. Neste contexto, faz-se necessário voltarmos o olhar para as relações de trabalho estabelecidas internamente em nossas seções e subseções, nas quais nem sempre executa-se a coerência do discurso classista. Assim, se pautamos a luta contra a terceirização e precarização das condições de trabalho por que executamos tais medidas no espaço do sindicato? Se reconhecemos a importância da capacitação e qualificação das pessoas para mais qualidade das atividades laborais, por que não reconhecemos este direito quando trata-se dos nossos funcionários? Diante do exposto, estamos preparados para refletir e admitir nossas limitações mascaradas pelo nosso corporativismo? Precisamos agir minimamente com coerência preservando a imagem da luta de classe e do sindicato. Neste sentido propomos:

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Assumir o protagonismo na estruturação das políticas públicas atendendo a demanda da classe trabalhadora e incorporando as suas lutas por direitos sociais, considerando o machismo e racismo estrutural perpetuado por todos e cada um na hora de definir as lutas prioritárias.
2. Lutar pela implementação de ouvidorias para casos de assédio e estupro nas instituições de ensino superior
3. Que as relações trabalhistas sejam alicerçadas na coerência entre discurso classista e prática ficando vetada a contratação de funcionários terceirizados no sindicato e suas respectivas seções e subseções.

TEXTO 78

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Alexis Saludjian (Adufrj-SSind), Cláudio Ribeiro (Adufrj-SSind), Elaine Behring (Asduerj), Elídio A. Borges Marques (Adufrj-SSind), Ivanete Boschetti (Adufrj-SSind), Luciano Coutinho (Adufrj-SSind), Juliana Fiuza (Asduerj), Renata L B Flores (Adufrj-SSind), Sara Granemann (Adufrj-SSind).

LUTAR PELA MANUTENÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA UNIVERSIDADE: UMA CRÍTICA AO "VIVAUFJRJ"

TEXTO DE APOIO

O patrimônio territorial da união utilizado pelas IES, IF e CEFET está em disputa. Alegando que as instituições não cumprem sua função social, e amparados pelo contexto da “austeridade” da Emenda Constitucional 95, o Estado está fazendo pressão para que haja uma nova forma de gestão dos campi universitários, jogando terras públicas para o mercado especulativo. Omitindo o fato dos cortes orçamentários, sobretudo em investimento que já alcançaram mais de 90% nos últimos anos, o poder judiciário pode alegar que os campi são ocupados de maneira inadequada, ociosa ou irregular. Assim, ao invés de reverter os cortes, o que possibilitaria uma execução de uma política continuada de ocupação e manutenção dos espaços públicos educacionais, o próprio estado está forçando as instituições a lançarem mão de uma “mina de ouro” que são as terras localizadas em áreas urbanizadas.

Estas ações são completamente contraditórias, pois ao mesmo tempo em que cobram um uso justo da terra, segundo os preceitos da função social da propriedade, admitem que os campi são áreas valorizáveis, assumindo assim uma função mercantil da terra urbana. É fundamental que as seções sindicais se apropriem deste debate com urgência! Para auxiliar nesta tarefa, trazemos abaixo algumas notas críticas ao Projeto VivaUFRJ, que foi apresentado após a pressão do estado a respeito da destinação do ex-Canecão (espaço da UFRJ que foi utilizado por décadas pelo setor privado de forma irregular, mas que construiu um uso histórico para a MPB com a famosa casa de shows). Quando a UFRJ consegue retomar o terreno, forçando a casa de show a

fechar, os cortes orçamentários e impasses políticos internos não permitem que algo seja realizado naquele espaço que vai servir de argumento ideal para a pressão sobre o espaço dos campi da UFRJ e que vai gerar o projeto VIVAUFJRj, uma parceria entre a instituição e o BNDES.

Com o Viva UFRJ, o BNDES construiu um programa de utilização do espaço do Campus da Praia Vermelha pela iniciativa privada (especulação imobiliária) que receberão a cessão de parte do terreno por 50 anos (**outorga de concessão de uso e/ou constituição de fundo de investimento imobiliário de ativos imobiliários da UFRJ**) e, em contrapartida, construiria e manteria **infraestruturas acadêmicas destinadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão**, além da **construção, manutenção e/ou operação de equipamento cultural onde fica o** antigo Canecão. O consórcio vencedor do pregão (homologado pelo **Superintendente da Área de Desestatização e Estruturação de Projetos**), é liderado pelo BANCO FATOR S.A. e formado pelas sociedades Galípolo Consultoria Ltda., Arquiteto Pedro Taddei e Associados Ltda. e Vernalha Guimarães & Pereira Advogados Associados.

Neste momento, o Consórcio deve devolver sua proposta de exploração do espaço para o BNDES que, após avaliá-la, entregará à UFRJ para que seja apreciada pela comunidade acadêmica no ano que vem. Este complexo e grave caso deve servir de alerta a todas as outras seções sindicais sobre o que pode acontecer aos espaços hoje destinados às IES públicas.

1 - ANTECEDENTES:

EC 95 e o Plano Diretor da UFRJ 2020

Durante a curta greve unificada dos setores Federal e Estadual/Municipal do Andes-SN realizada em 2016 para lutar contra a aprovação da PEC 241 (posteriormente PEC 55 e EC95) e da MP 246 (Reforma do Ensino Médio) foram realizados diversos estudos pelo CNG a respeito de ambas as propostas. A respeito da futura EC 95, havia um perverso argumento defendido pelos propositores que afirmava que o orçamento dos gastos sociais não seria congelado de fato, mas que seu aumento estaria deslocado do executivo para o legislativo que, através das emendas parlamentares poderiam garantir o investimento necessário para a expansão daqueles “serviços” que comprovassem sua utilidade. Isso era considerado por eles uma democratização orçamentária já que os recursos seriam gerenciados pela “casa do povo”. Após o grande ato (mais de 40 mil pessoas) organizado pelo Andes-SN, UNE, Sinasefe e Fasubra, que foi totalmente duplamente eclipsado pelo desastre da queda do avião da Chapecoense que aconteceu no mesmo dia e pelas bombas de gás e afins que foram despejadas sem economia em todos nós, a PEC se tornou EC e, efetivamente, diversas instituições públicas, dentre elas as Instituições Federais de ensino estavam de “pires na mão” enquanto não houvesse alteração na correlação de forças para reverter a EC 95.

Este contexto é fundamental para compreender o surgimento do projeto Viva UFRJ apresentado em 2018 para a comunidade universitária. A ausência de recursos destinados à manutenção e expansão das universidades públicas coloca em xeque a autonomia universitária de maneira direta na medida em que exige alterações de finalidades dos usos universitários para a captação de recursos próprios. Dentre estas alterações, está a possibilidade de mudança na finalidade do uso do espaço público destinado aos campi.

Esta alteração, entretanto, não é uma novidade no contexto da UFRJ e deve ser compreendida de maneira ampla a partir da leitura do Plano Diretor da UFRJ 2020 aprovado pelo Conselho Universitário em 5 de novembro de 2009. De maneira contraditória, em um momento de diferente composição governamental, aparentemente favorável ao funcionamento das IFE, já havia diversas propostas de alteração da maneira como a terra urbana da união utilizada pela UFRJ deveria ser utilizada. Um dos componentes daquele plano diretor era a “integração” da

cidade universitária com o entorno urbano, o que significava uma composição mais plural de usos no campus (sobretudo na ilha do Fundão) de modo a potencializar a utilização do espaço que, por sua vez, já era bastante fragmentado por diversas concessões (Petrobrás, eletrobrás, etc) anteriores. Assim, o PDUFRJ2020 já previa regras para a possível concessão ou permissão de uso das terras da universidade no item *Administração integrada dos espaços e edificações disponíveis*:

“10 - No caso de concessões ou permissões de uso, deverão ter seus prazos claramente determinados e respeitarão os critérios seguintes:

- obrigatoriamente: incorporação ao patrimônio da UFRJ de todas edificações e benfeitorias, ao final do prazo de concessão;
- alternativamente e segundo ordem de prioridades abaixo;
 - atendimento direto ou indireto às atividades fim da UFRJ-ensino, pesquisa e extensão;
 - complementaridade com atividades fim da UFRJ;
 - atendimento aos objetivos de segurança, acessibilidade e bem-estar da comunidade universitária;
 - atendimento a usos compartilhados de interesse da cidade e/ou das comunidades vizinhas, com primazia para atividades culturais e esportivas;
 - atendimento aos objetivos de integração da UFRJ à cidade;
 - retornos financeiros compensadores, respeitados critérios de compatibilidade de usos com as atividades- fim da Universidade.” (PD-UFRJ 2020, p.23)

Este contexto não pode ser descartado no momento da crítica do projeto Viva UFRJ e suas contradições. O PDUFRJ2020, política oriunda do momento de conciliação de classes, aprofunda-se com o golpe e suas radicalizações, tornando-se também um fator determinante para a aprovação da decisão tomada no ano de 2018 pelo CONSUNI e, ao mesmo tempo, criando um quadro analítico mais complexo, que permite uma avaliação mais rigorosa sobre as diversas maneiras de enfrentamento ao Projeto VivaUFRJ. Esta luta deve ser conjugada com os fatores que lhe deram origem, correndo o risco de, no caso de ser feito fora de contexto, tornar-se uma luta que pode ser perdida para argumentos orientados pela “realidade”, mas que encontra ecos concretos, imposta pela austeridade, enfraquecendo horizontes de combate e mudança, tendendo ao fatalismo e à adequação ao desmonte em curso.

Entretanto, em se tratando de um projeto que envolve terra urbanizada, o contexto diretamente relacionado á universidade é insuficiente para sua compreensão, sendo necessário alguns elementos mínimos da situação atual da mercantilização da terra no Brasil para compor um quadro mais aproximado da totalidade investigativa.

A situação atual da especulação imobiliária brasileira: breve panorama

O desenvolvimento do espaço urbano brasileiro contemporâneo se deu historicamente a partir de uma agressiva utilização especulativa do solo. E resposta a um dos usos mercantis da terra mais predatórios da história do capitalismo, os movimentos de luta pela Reforma Urbana conseguiram inserir na CF88 uma limitação à propriedade absoluta da terra, estipulando sua função social na cidade e no campo. Entretanto, as práticas jurídicas, sociais e econômicas contrárias à sua implementação nunca cessaram e uma delas é a implementação e, 1997, da lei 9514 que deu origem ao Sistema Financeiro Imobiliário (SFI). O desenvolvimento destas

contradições nos coloca hoje em uma situação em que, por um lado, as ameaças à função social da propriedade se agravam, como será visto adiante, e o aprofundamento da financeirização da terra, configurando um verdadeiro complexo imobiliário-financeiro não cessa de se aprofundar.

Além da financeirização, ou combinado com ela, é necessário explicar uma situação crítica pela qual o setor da especulação imobiliária atravessa. O aporte de crédito federal no setor em 2007, seguido pela implementação do Minha Casa Minha Vida (2009) e todas as ações (jurídicas, políticas, urbanísticas e de repressão) relacionadas aos megaeventos, geraram números tais como valorizações médias do preço do solo da ordem de 300% ou mais no caso do Rio de Janeiro. Entretanto, a fuga de capitais especulativos que retornaram a investir nos países centrais, conjugada com o aprofundamento da crise internacional do capitalismo e com fatores nacionais tais como a forma como as construtoras (que já estavam expandindo suas operações para setores como segurança pública e educação) foram atingidas pela operação Lava-Jato, levaram a uma forte crise do mercado imobiliário.

Soma-se a isso que a expansão especulativa tradicional de ampliação de terra urbana encontra-se cada vez mais complexo de ser feito na medida em que áreas de alta valorização não encontram mais espaços de ampliação absoluta, isto é, criação direta de terra a ser especulada (como, por exemplo, a realização da Barra da Tijuca na década de 70).

Isso coloca o setor em um momento em que é necessário ampliar novas terras a serem especuladas de formas mais criativas, adensando a mercantilização do solo. Abaixo seguem três breves exemplos:

Igreja católica

A Igreja católica é proprietária de muitas terras urbanas no Brasil. No caso de cidades como Salvador e Rio de Janeiro, isso ocorre de forma aprofundada por seu passado de capital colonial/imperial. A aquisição de terra da igreja é uma estratégia que tem sido utilizada e o caso da Rua da Carioca é pedagógico. O banco Opportunity comprou, em 2012, 18 imóveis pertencentes à Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (no quarteirão entre o Largo da Carioca e a Praça Tiradentes, eram casarões onde funcionavam, por exemplo, a famosa loja “Guitarra de Prata”). Estes imóveis faziam parte da cena cultural do Rio de Janeiro e eram protegidos por leis e programas de incentivo ao patrimônio. Entretanto, **não se tomba uso de edifício**. O banco dobrou o aluguel das lojas e expulsou quase todas, ficando o Bar Luiz como ponto de uma resistência melancólica em uma parte do centro da cidade que se tornou vazia para alimentar o uso que melhor cabia ao seto privado especulativo. Fechar imóveis, contraditoriamente, não é uma ação essencialmente anti-especulativa.

Favelas

As favelas são, de maneira breve, ocupações de terras pelas quais nem o estado nem o mercado se interessaram em determinado momento histórico. São espaços considerados “informais”, isto é, fora do mercado regulado de venda de propriedades. A questão é mais complexa do que isto, mas basta, para o entendimento atual, compreender que determinadas favelas, urbanizadas historicamente pelos pobres que lá habitam, mas que estão localizadas no meio de áreas altamente valorizadas tornam-se alvos de especulação. Para que isso funcione. **É necessário inserir esta terra informal no mercado formal**. Para colocar uma favela no mercado, utiliza-se o instrumento da regularização fundiária, que possui várias nuances e formas diferentes de organização da posse e propriedade da terra. O setor especulativo, entretanto, opta pela distribuição de títulos individuais de propriedade para moradoras/es (o MBL, em seu 1º Congresso, adota a regularização fundiária, nesta forma, como política a ser defendida por eles, por exemplo).

Em São Paulo, a JHSF Participações, empresa do ramo da construção de shopping centers, para expandir o seu empreendimento do Complexo Residencial Cidade Jardim, fez acordo com o Primeiro Comando da Capital (PCC) que “assumiu” o controle da associação de moradores da vizinha favela Jardim Panorama e promoveu a regularização fundiária através da entrega de títulos de propriedade individuais, possibilitando que a construtora, portanto, adquirisse a preços baixos os imóveis dos pobres que urbanizaram a terra que serve para expansão dos investimentos da construtora. A articulação do mercado especulativo com outras formas de crime organizado tem crescido, seja pela associação com bancos e financeiras, organizações criminosas tradicionais como PCC ou a Milícia no caso do Rio de Janeiro.

Terras públicas

Outra fronteira possível para a expansão de terras a serviço da especulação imobiliária são as terras públicas. Mais uma vez, cidades como Rio e Salvador, antigas capitais, mas sobretudo a capital fluminense, possuem fartos estoques de imóveis públicos. Ocupações populares reivindicam vários destes edifícios para uso socialmente referenciado como é o caso da Manoel Congo que ocupa prédio que pertencia ao patrimônio do INSS. Mas há outras formas de imóveis públicos disponíveis, tais como áreas do exército, parques e reservas e, obviamente os campi universitários espalhados em todo o país. Diante desta ameaça de utilização de ocupação destes espaços, o Andes aprovou, em 2017, logo após a implementação da EC95, a seguinte resolução congressual:

“5. Realizar levantamento dos impactos sobre as IES dos cortes de financiamento e a pressão exercida para a alienação das áreas patrimoniais, nos campi das cidades e interior, como parte da ação especulativa do capital e a introdução da lógica de mercantilização no financiamento dessas Instituições.”

No mesmo contexto, houve a aprovação da lei 13.465/2017 que altera 21 leis, 1 MP e 4 Decretos-Leis para dispor sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; e para **instituir mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União**. É uma lei bastante complexa que, em sua exposição de motivos, dentre outras coisas, reivindica a retomada do crescimento do setor especulativo urbano e, na prática, abre caminho para a substituição da função social da propriedade urbana e rural pela sua função mercantil. Da mesma maneira, está em tramitação a PEC 80 (proposta pelo Senador Flávio Bolsonaro) que, de forma direta, altera os artigos 182 e 186 da CF88 terminando, de vez, com a função social da propriedade.

Este contexto é fundamental para que seja compreendido o que significa negociar terra pública no Brasil hoje, como propõe o VivaUFRJ e o PDUFRJ2020. Analisar estas propostas fora deste contexto significa minimizar o conteúdo danoso à universidade e à cidade que tal projeto, caso seja implementado, pode causar.

2 – PROBLEMAS ORIUNDOS DA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA E DA EXECUÇÃO DO PROJETO:

A UFRJ como agente de especulação e promotora do enfraquecimento da democracia urbana

O projeto Viva UFRJ prevê uma consulta ampla à comunidade universitária para a sua aprovação, mantendo assim uma sensação de autonomia decisória da comunidade acadêmica (mas que impede a compreensão de que esta autonomia foi bastante abalada pela EC95). Entretanto, ele não prevê, e nem poderia, a garantia da gestão democrática do uso do solo da cidade do Rio de Janeiro. Sua execução, portanto, tem se dado de maneira profundamente antidemocrática. Os impactos do uso especulativo de terras como são as da Praia Vermelha são de escala municipal. Além do impacto direto para a vizinhança imediata (aumento de aluguéis, pressão por uso turístico de imóveis por empresas como AirBnb que podem expulsar moradores do entorno do campus, como muitas e muitos docentes que lá habitam), um aumento do valor do solo numa área como esta da Zona Sul, provocará um efeito cascata em outras áreas, impactando profundamente todo o município, repetindo, em menor escala, mas não menos grave, o que ocorreu durante a década passada.

Ora, a negociação para esta flexibilização do solo da cidade está sendo feita a portas fechadas entre a Prefeitura Municipal...e a UFRJ! Assim, a universidade pública torna-se agente promotor de uma gestão antidemocrática da cidade, indo contra princípios fundamentais que defendemos relativos à função social da universidade. Além do viés autoritário (alguém consultou o Plano Diretor do Rio de Janeiro ou já assumimos que os planos estratégicos são aceitáveis?), é profundamente desgastante para a imagem da universidade que já tem sido alvo de muitas difamações como sabemos. Ser vista pela sociedade carioca como agente promotor de privatização do espaço, articulando alterações do uso solo diretamente com o prefeito de plantão não é uma ação favorável às lutas que estamos travando atualmente. Pior ainda, ser usado como agente disparador de políticas especulativas de toda uma região, como parece ser o caso, aumenta os problemas oriundos do desenvolvimento deste projeto.

A dependência da especulação imobiliária para o funcionamento da universidade

Outro problema imediato é a dependência do aumento do valor do solo como premissa de sucesso do VivaUFRJ. A valorização do solo é profundamente perversa para a classe trabalhadora já que ela não é proprietária de imóveis ou, quando possui algum, não o é para fins de especulação, mas para sua habitação. Assim, cria-se um círculo vicioso em que a UFRJ se tornará dependente, senão promotora, da especulação imobiliária a fim de conseguir recursos para seu funcionamento. Isto significará que, com o intuito declarado de conseguir verba para a habitação estudantil, por exemplo, o VivaUFRJ estimulará, como consequência das políticas de aumento do preço do solo, o aumento de aluguéis das moradias das famílias dos estudantes que alega ajudar.

3 – PROBLEMAS ESPACIAIS DA UFRJ

A Vila Residencial

Não há nenhuma garantia que uma etapa posterior do programa, um Viva UFRJ 2.0 não possa ser expandido para a Ilha do Fundão. Aliás, o mais esperado é que isso ocorra, na medida em que a ilha é uma área plana, com vista para a Baía de Guanabara, localizada ao lado das vias expressas que unem os dois aeroportos da cidade e aos centros de negócio da Barra da Tijuca e a poucos minutos do Centro propriamente dito. Isso amplia consideravelmente o risco remocional das/os moradoras/es da Vila Residencial que ainda não receberam seus títulos de regularização fundiária e já sofrem pressão por parte do Parque Tecnológico e também pela alteração do uso das residências para repúblicas como foi verificado em 2015 **em consequência da política de**

aumento do preço do solo da cidade. Os títulos que deveriam ter sido entregues à comunidade da Vila foram pensados segundo uma lógica protetiva, são chamados Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM) e não permitem usos especulativos como os descritos no caso acima da Favela do Jardim Panorama. Mas, diante das alterações da lei 13465 (que cria o Reurb-s) e diante do fato de que os títulos ainda não foram entregues, nada impede que a mesma lógica seja aplicada naquele espaço tão importante para a história da Cidade Universitária.

A fratura da Praia Vermelha e do Fundão

O espaço da Ilha Fundão já é fraturado. Não há uma continuidade universitária em sua extensão. Isso se dá tanto pela implementação de edifícios empresariais em seu espaço (Eletrobrás, Petrobrás, etc), mas também pela sub-ocupação do espaço da ilha oriundo do modelo urbanístico adotado em conjugação com a maneira como a universidade foi constituída. Entretanto, essa fratura pode aumentar, e pode também ser exportada para a Praia Vermelha que, hoje, é um tecido urbano continuado de universidade. Por exemplo, no caso do Fundão, o PDUFRJ2020 já prevê:

“5.10. Finalmente, há que se destinar espaço, na área central, para a construção de um hotel de trânsito para recepção de professores ou outros que nos visitem para períodos curtos (bancas, palestras etc), **bem como de funcionários das estatais e das empresas localizadas no campus em serviço ou de passagem pelo Cidade Universitária.**” (PD-UFRJ 2020, p.43, grifo nosso)

Conjugado com o Viva UFRJ na Praia Vermelha, podemos, como resultado deste processo, perdermos a hegemonia do espaço universitário, isto é, o campus do Fundão e a PV podem deixar de serem lidos como espaços educacionais pela cidade. A possibilidade de adensamento de usos empresariais no Fundão assim como na PV podem criar espaços que não carregarão consigo uma cara universitária. Isto significa que o espaço de representação universitária será enfraquecido, aumentando ainda mais a percepção de enfraquecimento institucional da universidade. Literalmente, os campus podem se tornar algo difuso, escondidos até, em meio (ou atrás) de grandes empreendimentos. O PDUFRJ2020, por exemplo, já prevê o seguinte em relação à PV:

“3.1. As Diretrizes Gerais do Plano Diretor propõem “avaliar a hipótese de eliminação de prédios com baixos índices de utilização do terreno (área construída/área ocupada), baixa qualidade arquitetônica e precária funcionalidade, de modo a liberar área para ocupações com uso mais intenso e qualificado do terreno”, como seriam o Complexo Centro Cultural-Centro de Convenções-Hotel Universitário.”(PD-UFRJ 2020, p.78)

Isto pode induzir à implementação de desenhos urbanos complexos de empreendimentos que “mordem” parte do campus para si, no formato de condomínios fechados que dêem as costas para a Praia Vermelha, ocultando-a da paisagem. Entretanto, é importante destacar que o PD faz a importante ressalva que:

“3.2. O Pólo de Saúde. **Os Hospitais Universitários (Instituto de Neurologia Deolindo Couto – INDC e Instituto de Psiquiatria – IPUB) deverão permanecer no campus da Praia Vermelha, por sua integração ao SUS no atendimento de serviços básicos,** procedimentos de alta complexidade e serviços complementares. Há que ressaltar igualmente a proximidade com

o Pinel, que conforma, naquele espaço, polo de referência para a saúde mental no Rio de Janeiro.

Assim, a menos que haja claras indicações contrárias do Conselho de Administração do Complexo Hospitalar da UFRJ, o IPUB e o INDC deverão permanecer na Praia Vermelha, devendo ser desenvolvidos estudos mais cuidadosos acerca de suas necessidades no horizonte 2020.” (PD-UFRJ 2020, p.78)

Permanecer na Praia Vermelha, no entanto, não significa permanecer no mesmo lugar em que estão hoje naquele campus. Portanto, as contradições apontadas pelo PDUFRJ2020 em relação ao Viva UFRJ se mostram complexas, na medida em que convergem em determinados momentos, mas apresentam conflitos que podem ser percebidos na parte abaixo:

“Coerentemente, deverão ser respeitados os limites mínimos de distância entre aquele conjunto [Palácio Universitário] e qualquer outra construção, com uma faixa livre de 50 metros. Um exemplo do cuidado necessário nos vem da manifestação do IPHAN sobre a necessidade de eliminação das vagas de veículos do perímetro mínimo de preservação do Palácio Universitário. Entre os objetivos destacam-se a eliminação de riscos químicos (emissão de poluentes), riscos físicos (colisões, vibrações e deformações do solo perimétrico) e a possibilidade de observação plena das fachadas. É desejável, portanto, a retirada de barreiras visuais ao Palácio Universitário, estando nesse contexto a piscina e as construções sem valor arquitetônico que estejam na faixa delimitada pelo IPHAN.” (PD-UFRJ 2020, p.75-6)

Assim, a preservação do perímetro de observação do Palácio Universitário determinado pelo IPHAN pode entrar em choque com as vontades do setor imobiliário, como é usual, e inviabilizar o sucesso do empreendimento. Mas, ao mesmo tempo, pode, ser feitas alterações no próprio tombamento, como foi o caso da demolição da Fábrica da Brahma/Ambev, seguida da remoção da favela do sambódromo pela gestão de Eduardo Paes para construir prédio corporativo ao lado do Sambódromo. Da mesma maneira, já foi destombado o Canecão, por exemplo, o que já possibilitou a desmontagem do arco de metal que ficava em sua entrada (que custou R\$ 105.680,00 à UFRJ). Estas questões são complexas, pois defender o tombamento do Canecão não é a mesma coisa que defender o tombamento do Palácio Universitário, o Canecão representava um uso privado de espaço da universidade, e seu edifício não continha elementos que justificassem sua manutenção. Tombar o edifício não era a única, nem a melhor, maneira de manter viva a memória da importante casa de shows da MPB, mas significa fixar esta memória junto ao edifício que representava, também, uma injustiça com a UFRJ por privatizar seu espaço. Seu destombamento não é, necessariamente, um problema, mas a finalidade desta ação é que pode ser preocupante. Portanto, percebe-se que é necessário ser cauteloso ao levantar determinadas bandeiras de maneira acelerada e imediata.

Outro exemplo da complexidade da questão espacial é que não precisamos, necessariamente, defender o modelo de campus universitários que o Brasil adotou. Nem sempre eles são funcionais e o caso do Fundão é um exemplo de projeto urbanisticamente problemático. Há diversas universidades no mundo cujos campi são inseridos no meio da cidade como é o caso mais famoso da NYU. Entretanto, o que propõe o Viva UFRJ não garante que haja a migração de um tipo de campus para outro, na medida em que a especulação imobiliária é que controlará a destinação das áreas a serem desmembradas. Corre-se assim, reforçando o que já foi dito, o risco de apagamento da paisagem e do conseqüente reconhecimento social do espaço universitário público.

A disputa ideológica do espaço privado (se der certo vai dar errado)

Para encerrar este item, vale destacar que, diante de um cenário de desinvestimento público, corre-se o risco de convivermos com um espaço dual no campus da Praia Vermelha onde os edifícios da iniciativa privada (seja aqueles usados para sua própria exploração, sejam a contrapartida para a UFRJ que será mantida por eles) surgirão como funcionais, contemporâneos, e com boa manutenção enquanto aqueles exclusivamente públicos serão os representantes da paisagem da austeridade, literalmente caindo aos pedaços. Obviamente que isso levará a uma construção ideológica que reforçará a idéia de que o espaço privado e sua lógica são melhores que o público, enterrando ainda mais as chances de defesa da esfera de investimento público como retomada do vigor universitário. O Viva UFRJ, se funcionar, irá legitimar o discurso perverso da Emenda Constitucional 95, servindo de argumento presencial para enfraquecer a luta pela sua revogação.

Mercado privado de moradia estudantil

Outra preocupação é se haverá a garantia de moradia estudantil gratuita oriunda da contrapartida do VivaUFRJ. O mercado internacional de moradias universitárias é muito dinâmico e terá no Brasil um lugar para se expandir, bastando para isso que haja a implementação de algum caso de sucesso em alguma universidade pública de grande visibilidade como é o caso da UFRJ. Acontece que o PDUFRJ2020 já permite esta possibilidade e isso deve ser levado em consideração na construção da resistência ao VivaUFRJ:

“5.4. Tendo como meta, no horizonte 2020, oferecer residência para 10% dos integrantes da comunidade universitária, a Política de Residência Universitária pretende multiplicar por 18 a oferta de moradia estudantil, passando de 500 para 9.000 o número de estudantes residentes. Todas as residências estudantis serão subsidiadas, segundo as modalidades seguintes:

Residência com Subsídio Total, isto é, moradia totalmente gratuita, no total de 6.000;

Residência com Subsídio Parcial, num total de 3.000.” (PD-UFRJ 2020, p.42, grifo nosso)

4 – PERSPECTIVAS DE PERDA

Devolução de áreas inadequadas para a UFRJ (caso do Porto Maravilha)

A iniciativa privada terá 50 anos da cessão do espaço. Mas, historicamente, isso não tem significado que ela permanecerá com este uso caso o retorno não seja garantido, podendo a UFRJ receber de “legado” elefantes brancos difíceis de manter. O caso do Porto Maravilha é paradigmático. O consórcio de construtoras Porto Novo, que ganhou a licitação para privatizar aquela parte do centro da cidade, dado o fracasso do Projeto (devido, dentre outras coisas, à fuga de capitais referida no início deste texto) quer agora devolver o espaço para a prefeitura cuidar. Mas é um espaço de cara manutenção devido aos preparos que recebeu, e, adaptá-lo a um uso mais adequado a uma função pública requererá mais gastos...

Perda de terras públicas em todo país a partir do caso da UFRJ

Diante do contexto da lei 13465 que facilita alienação de terras públicas, e diante da possibilidade de sucesso da articulação entre o BNDES, Bancos e a reitoria da UFRJ, não é improvável que este projeto seja exportado, pelo próprio BNDES, para outras IES (federais,

estaduais ou municipais) em todo o Brasil, visto que todas são afetadas pela chantagem da EC95 e demais políticas de austeridade e quase todas possuem campus em áreas, hoje em dia, bastante valorizadas nas cidades onde se situam.

TR -78

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1 – Que as seções sindicais, através de seus GTPAUA e GTVerbas, e em articulação com as secretarias regionais promovam debates junto à comunidade acadêmica a respeito da função social da terra urbana e da universidade e sobre a manutenção da autonomia;

2 – Que sejam organizadas lutas contra a exploração mercantil especulativa do solo urbano das IES (a exemplo do VIVAUFrj); reivindicando o fim da Emenda Constitucional 95, a recomposição dos orçamentos das IES de maneira imediata e a não aprovação da PEC 80/19 (que altera a função social da propriedade rural e urbana);

3 – Que as seções sindicais reivindiquem formas mais justas de utilização do espaço dos campi universitário, lutando pelo cumprimento da função social da propriedade urbana e considerando a necessidade da ampliação da oferta de moradia estudantil gratuita, da expansão de edifícios educacionais, da produção de um espaço acadêmico de qualidade socialmente referenciada, etc;

TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

TEXTO 79

Diretoria do ANDES-SN

AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL NO RIO DE JANEIRO/RJ PARA INSTALAÇÃO DA SEDE DA REGIONAL RIO DE JANEIRO

TEXTO DE APOIO

A Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN está localizada numa sede alugada no centro do Rio de Janeiro, na Cinelândia, desde 1999. Essa localização é estratégica por se tratar de um espaço historicamente ocupado pelos movimentos sociais e palco de manifestações de trabalhador(a)s, sendo ainda ocupado por várias entidades de classe que têm suas sedes localizadas nessa mesma região. A sede da Regional, nas mais diversas ocasiões, serviu também de suporte às mobilizações.

Ao longo desses 20 anos, o ANDES-SN pagou de aluguel o valor de R\$ 772.000,00 (setecentos e setenta e dois mil reais), sendo R\$ 3.127,55 (três mil e cento e vinte e sete reais e cinquenta e cinco centavos) o valor do pagamento mensal hoje, além de R\$ 1.275,58 (mil e duzentos e setenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos) de condomínio. O valor pago já teria sido suficiente não apenas para comprar a sede atual, como outra sede, pelo menos.

Após esse período, finalmente, surgiu uma oportunidade de comprar uma sala no mesmo prédio em condições semelhantes à sala que a Regional ocupa atualmente, no valor de R\$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais), o qual poderá ser pago em aproximadamente 6 (seis) anos considerando o valor do aluguel pago atualmente. A Diretoria avalia que o ANDES-SN tem condições financeiras para propor a compra desse novo espaço com recursos próprios do Caixa Nacional, pois além de ampliar o patrimônio, a aquisição de um novo espaço preservará o capital do Sindicato, visto que transformará parte do Patrimônio Líquido em Patrimônio Imobilizado.

TR -79

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Adquirir imóvel, para a instalação da sede da Regional RJ, até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), utilizando recursos próprios do Caixa Nacional do Sindicato;
2. Adquirir imóveis para abrigar as sedes das regionais, caso surjam oportunidades semelhantes a esta.



Diretoria do ANDES-SN

REVOGAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

A Diretoria Nacional do ANDES-SN, cumprindo as suas atribuições estatutárias e dando sequência ao processo de ampliação de sua base e adequação institucional das seções sindicais ao Estatuto do Sindicato Nacional, apresenta ao 39º Congresso a seguinte proposição: **1)** aprovação da dissolução da ADLeste Seção Sindical do ANDES-SN, considerando a deliberação da Assembleia Geral dos docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas.

TR - 80

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. REVOGAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

Considerando a deliberação da assembleia geral do(a)s docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, realizada no dia 26 de novembro de 2019, em consonância com o disposto no Art. 21, parágrafo 2º, inciso IV do estatuto do Sindicato Nacional, o 39º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente à aprovação da dissolução da ADLeste Seção Sindical do ANDES-SN e à revogação da homologação de sua constituição.

TEXTO 81

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Eleonora Ziller (ADUFERJ); Luis Antonio Pasquetti (ADUNB); Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUNB); Paulo Ricardo OpusZka (APUFPR); Wagner de Melo Romão (ADunicamp).

OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO: EM DEFESA DA CIÊNCIA, PESQUISA, INOVAÇÃO E DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS.

TEXTO DE APOIO

Este texto trata da importância do ANDES-SN apoiar, contribuir, cooperar e associar-se ao Observatório do Conhecimento.

O Observatório do Conhecimento é uma iniciativa suprapartidária e independente, formada por Associações e Sindicatos de Docentes de Universidades de diferentes estados brasileiros e parceiros da área da educação, ciência e pesquisa que se articula em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, da liberdade de cátedra e da autonomia universitária.

Funciona em formato de rede que se mobiliza para enfrentar ataques contra o Conhecimento, a Ciência, Pesquisa, Tecnologia e às Universidades Públicas, como os cortes no orçamento do ensino superior, além de monitorar e denunciar políticas e práticas de perseguição ideológica à comunidade universitária.

Tem como objetivo principal, acompanhar as pautas sobre Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação em tramitação no Governo Federal, denunciando os ataques contra a democracia, liberdade acadêmica e a conscientização da sociedade civil sobre o papel da academia para o desenvolvimento social, cultural, político, ambiental e econômico do país.

Entre suas ações estão: a informação e análise de qualidade sobre as políticas públicas para o ensino superior propostas pelo Executivo Federal e o Congresso Nacional; Acompanhar de forma permanente as bancadas parlamentares, comissões do Senado e da Câmara Federal e Ministérios, com ações articuladas de advocacy e comunicação. Realizar eventos nos campi e locais parceiros para engajar estudantes, professores, trabalhadores das universidades e organizações da sociedade civil.

O Observatório do Conhecimento não tem como pauta as questões sindicais, pois isso cabe as representações formais existentes.

Atualmente são integrantes do Observatório as seções sindicais: ADunicamp (Campinas-SP) a ADUFRJ (Rio de Janeiro); ADUFEPE (Pernambuco); ADUFC (Ceará); ADUnifesp (São Paulo); APUB (Bahia); ADUFG (Goiás); ADunB (Brasília-). ADURN (Rio Grande do Norte); ADUFABC (São Paulo); APUBH (Minas Gerais) e ADUFSC (Santa Catarina).

TR – 81

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1) Que o ANDES-SN se associe ao Observatório do Conhecimento, cooperando, apoiando e divulgando esta iniciativa;
- 2) Que o ANDES-SN divulgue a plataforma do Observatório do Conhecimento e contribua financeiramente, como cada parte o faz, visando a continuidade do mesmo,

visto que atualmente é mantido como um projeto (na ADUFERJ) que poderá findar-se em março de 2020.

TEXTO 82

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Lilian Marinho (ADUNEB), Lourdes Sarmiento (ADUEPB), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Marcos Ferreira (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUNB).

UM SINDICATO, UMA REGRA PARA UM CONGRESSO

TEXTO DE APOIO

Este não é um texto apenas sobre regras para a eleição das delegações para nossos congressos. Esta é uma proposição que parte de uma concepção particular sobre o que nós somos como um sindicato nacional. Para nós, o ANDES-SN é, como o próprio nome expressa, UM sindicato e não, como ocorre com o PROIFES, uma federação de sindicatos.

Entretanto, nós não somos apenas um sindicato, mas um sindicato de um tipo particular, desde que nós somos um sindicato nacional (SN). Portanto, de forma diferente do que ocorre em cada seção sindical, o ANDES não pode convocar uma assembleia com o conjunto da categoria docente. O mais próximo que temos disso é o nosso congresso nacional, onde delegados e delegadas da base de nosso sindicato representa o conjunto da categoria. Este é um ponto muito importante. Nossas delegações deveriam representar toda a categoria docente, espelhando de forma a mais próxima possível o que ocorre na sua base.

Esta é uma diferença significativa entre o Congresso do ANDES-SN e o CONAD. No Congresso, nós deveríamos ter a representação de toda a base, enquanto no CONAD a representação se faz a partir de cada seção sindical.

Infelizmente isso é o que deveria ocorrer, mas não é a realidade em muitas seções de nosso sindicato. Algumas vezes, embora nós sejamos UM sindicato, algumas seções sindicais agem como se fôssemos uma federação de sindicatos. Isso se espelha no fato de que em nossos congressos nós encontramos diferentes tipos de forma pelas quais as delegações se constituem. Em alguns locais a delegação é eleita de forma nominal, com as pessoas presentes nas assembleias podendo votar em muitos nomes diferentes, enquanto em outros a delegação é constituída através de votação em chapas e, nestes casos, elas podem ser compostas apenas por docentes da chapa vencedora ou de acordo com a votação de cada chapa, espelhando as diferentes posições existentes na base da categoria. Algumas vezes as delegações eleitas nas assembleias vão diretamente para o Congresso do ANDES-SN, enquanto em outras situações os e as docentes são obrigados a participar em seminários que podem, inclusive, centralizar o voto da delegação. Finalmente, em algumas assembleias apenas as pessoas ali presentes podem participar da delegação, enquanto em outras isto não se faz necessário.

Deste modo, esta proposição tem dois objetivos. O primeiro é unificar os critérios para a eleição das delegações sobre o slogan “Um Sindicato, Um Congresso, Uma Regra”. O segundo é que estes critérios possam permitir que as delegações representem o conjunto de nossa categoria e

não apenas maiorias locais. Nossos congressos precisam refletir nossa concepção de democracia e não há democracia onde as posições minoritárias são proibidas de votar nas suas convicções.

TR -82

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1) Todas as delegações (delegados, delegadas, observadores e observadoras) para os congressos nacionais do ANDES-SN devem ser eleitas a partir dos mesmos critérios.

2) Todas as delegações devem ser eleitas unicamente através de assembleias. A participação em seminários locais é facultativa e não poderá ser utilizada como critério para a composição das delegações.

3) Não pode ser considerado o maior critério a presença física nas assembleias para a eleição das delegações, visto que muitas das professoras e professores exercem as suas atividades laborais no momento da assembleia.

4) A eleição das delegações será realizada através de chapas. Estas chapas deverão ser apresentadas às assembleias locais antes de iniciar o processo de eleição e serão compostas por um número máximo de até o total da delegação (delegados mais observadores) de cada seção sindical.

5) Nos casos em que sejam inscritas duas ou mais chapas, a delegação será composta de acordo com a quantidade de votos obtida por cada chapa. Caso uma ou mais chapas obtenha um resultado superior ao número de docentes inscritos, as vagas remanescentes serão ocupadas, de forma proporcional, pelas demais chapas.

6) Cada docente presente na assembleia poderá votar em uma única chapa.

7) No congresso do ANDES cada delegado e delegada vota a partir das posições defendidas por suas chapas nas assembleias de base. Estas assembleias não podem impor um centralismo que impeça a manifestação, expressa pela liberdade de falar e votar, das posições minoritárias em cada seção local de um sindicato nacional.

De modo a facilitar a compreensão da proposta, apresentamos um exemplo das resoluções acima.

Em uma assembleia, inscrevem-se quatro chapas para participar do processo de eleição da delegação (item 2). Não é necessário que todas as pessoas que componham as chapas estejam presentes na assembleia (item 3). Esta assembleia elege, por exemplo, oito delegados e delegadas, bem como oito observadores e observadoras (o delegado nato da diretoria continua sendo eleito pela própria diretoria). As chapas são compostas da seguinte forma (item 4):

Chapa 1 – 2 pessoas

Chapa 2 – 4 pessoas

Chapa 3 – 12 pessoas

Chapa 4 – 16 pessoas (máximo possível)

A votação obtida em uma assembleia com, por exemplo, 80 pessoas presentes foi:

Chapa 1 – 26 votos (32%)

Chapa 2 – 10 votos (13%)

Chapa 3 – 15 votos (19%)

Chapa 4 – 29 votos (36%)

A votação, portanto, indicaria a seguinte composição da delegação (item 5):

Chapa 1 – $0,32 \times 8 = 2,56$ (3 delegados e 3 observadores)

Chapa 2 – $0,13 \times 8 = 1,04$ (1 delegado e 1 observador)

Chapa 3 – $0,19 \times 8 = 1,52$ (1 delegado e 1 observador)

Chapa 4 – $0,36 \times 8 = 2,88$ (3 delegados e 3 observadores)

Como a chapa 1 não teria condição de completar sua delegação (item 5) com as pessoas inscritas, a delegação final ficaria:

Chapa 1 – 2 delegados

Chapa 2 – 1 delegado e 2 observadores (herdando um dos observadores não ocupados pela chapa 1)

Chapa 3 – 2 delegados e 2 observadores (herdando um delegado e um observador)

Chapa 4 – 3 delegados e 4 observadores (herdando um observador).

TEXTO 83

Contribuição da Diretoria da ADOPEAD

UNIDADE NA DIFERENÇA: PELO RECONHECIMENTO DAS DIFERENTES FORMAS DE PARTICIPAÇÃO EM DELIBERAÇÕES NAS SEÇÕES SINDICAIS COM CARACTERÍSTICAS MULTI-INSTITUCIONAIS E MULTIPÓLOS

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN contempla em seu estatuto as S.SIND e AD-SIND ligadas a universidades federais e estaduais, IF's e CEFET de característica multicampi, bem com organizações inter e multi-institucionais. Diante da diversidade de perfil das instituições, com estruturas centralizadas, descentralizada, inter e/ou multi-institucional, tornou-se recorrente nos debates a necessidade e encontrar novas formas de superar as dificuldades de organização sindical, que atualmente condiciona a participação em instâncias deliberativas à presença dos sindicalizados em um único espaço físico.

No caso da ADOPEAD-RJ, seção sindical do ANDES que representa os docentes e profissionais que atuam no ensino superior público na modalidade EAD, a complexidade da

organização sindical se agrava devido às características da estrutura de funcionamento do Consórcio CEDERJ, de caráter multi-institucional e multipolo. São 08 instituições de ensino consorciadas - UFF, UFRJ, UNIRIO, UFRRJ, IFF, CEFET, UENF e UERJ - e 17 cursos de graduação distribuídos entre os 33 Polos de EAD, localizados nas 8 regiões administrativas do Estado (Médio Paraíba, Costa Verde, Centro-sul fluminense, Serra, Noroeste fluminense, Baixada litorânea, Metropolitana). Nos Polos são realizadas as atividades pedagógicas presenciais, como tutorias, experimentos em laboratórios, eventos acadêmicos como seminários, oficinas, rodas de conversa, minicursos etc.

Além disso, existem as tutorias a distância, normalmente localizadas no campus sede das IES. No caso específico da UNIRIO, as tutorias a distância foram deslocadas junto com as secretarias administrativas dos cursos para um espaço fora do campus, localizado no Centro do Rio. Os horários de atendimento dos professores mediadores a distância são diversos, com parte da carga horária podendo ocorrer via home office, o que dificulta muito a organização sindical por meio da realização de encontros presenciais.

A seleção e o vínculo profissional dos docentes e profissionais da educação a distância ocorrem majoritariamente por meio de processos seletivos com editais, que pautam as frágeis cláusulas de contratação, sem nenhuma garantia trabalhista e com baixa remuneração realizada através de bolsas CEDERJ (estadual) e UAB (Capes) para categorias como professores da mediação presencial e a distância, professores coordenadores de disciplina, professores conteudistas, coordenadores de tutoria dentre outras, o que se configura em mais um fator complicador na organização sindical.

Embora o ANDES-SN esteja avançando no debate sobre a EAD e pautando a luta e organização sindical dessa categoria docente com a homologação da ADOPEAD-RJ como SSind, profissionais da educação cujo vínculo trabalhista é notadamente precarizado (especialmente após um momento em que os atrasos das bolsas eram recorrentes), identificamos a necessidade de pautar algumas mudanças no estatuto do ANDES-SN, sobretudo por o estatuto atual não contemplar as condições e as múltiplas formas de organização e participação em instâncias deliberativas como Assembleia Geral, cuja realização se dá no modelo presencial e centralizado.

Vale pontuar que, em se tratando dos casos que visam garantir o voto secreto e universal, muitas IES públicas tem acumulado experiências em pleitos eleitorais para escolhas de seus reitores e diretores a partir de sistemas de votação virtual com confiabilidade atestada, como nos casos do IFSC, da UFES, Unipampa, UFPel, UFFS, Unila, UFRR, UFV, UFRN, UFPA, entre outras. É cada vez mais recorrente os usos e o desenvolvimento de novas tecnologias, como as por videoconferências, o Sistema *Helios Voting*, o SIGEleição - Sistema Integrado de Gestão, o Sistema Aberto de Eleições Eletrônicas (SAELE), a Urna Eletrônica.

É no intuito de legitimar e assegurar uma maior participação dos professores e profissionais da educação a distância pública no Rio de Janeiro nas instâncias deliberativas da SSind, em face da complexidade multi-institucional e multipolo nas quais esses sujeitos atuam, que encaminhamos este texto com algumas propostas de alterações no estatuto do ANDES. Tendo o nosso sindicato nacional o princípio se organizar pela base, negar tais mudanças pode soar politicamente contraditório porque estaria desconsiderando as diferentes formas de organização sindical e marginalizando as múltiplas experiências coletivas que fazem usos das novas tecnologias que surgiram na última década.

TR - 83

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Alterar o Parágrafo único do Art. 9º do Estatuto do ANDES-SN, passando esse a ser § 1º com a seguinte redação:

§ 1º. É vedado o voto por procuração ou o voto não presencial nas instâncias de deliberação do SINDICATO NACIONAL descritas nos incisos I, II e III.

2. Incluir dois parágrafos no Art. 9º do Estatuto do ANDES-SN:

§ 2º. É permitida a participação e o voto não presencial nas instâncias deliberativas das SEÇÕES SINDICAIS ou AD-SEÇÕES SINDICAIS multicampi, multipolo e/ou multi-institucional, desde que haja transmissão em tempo real via videoconferência ou webconferência que demandem a garantia do voto universal e secreto se realize a composição de uma comissão de acompanhamento (com pelo menos um membro da diretoria e um representante indicado pela base) para inscrição do participante e coleta do voto através da contagem individual e/ou sistemas de votação *online*, com confiabilidade atestada.

§ 3º. Nas S.SIND ou AD-S.SIND multicampi, multipolo e/ou multi-institucional é permitida a participação e o voto não presencial nos órgãos executivos (reuniões de diretoria e grupos de trabalho) por meio de webconferência ou videoconferência.

3. Alterar o Parágrafo único do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SN, passando esse a ser § 1º com a seguinte redação:

§ 1º. É vedado o voto por procuração ou o voto não presencial nas instâncias de deliberação do SINDICATO NACIONAL descritas nos incisos I, II e III.

4. Incluir dois parágrafos no Art. 13 do Estatuto do ANDES-SN:

§ 2º. É permitida a participação e o voto não presencial nas instâncias deliberativas das SEÇÕES SINDICAIS ou AD-SEÇÕES SINDICAIS multicampi, multipolo e/ou multi-institucional, desde que haja transmissão em tempo real via videoconferência ou webconferência que demandem a garantia do voto universal e secreto se realize a composição de uma comissão de acompanhamento (com pelo menos um membro da diretoria e um representante indicado pela base) para inscrição do participante e coleta do voto através da contagem individual e/ou sistemas de votação *online*, com confiabilidade atestada.

§ 3º. Cabe às S.SIND ou AD-S.SIND multicampi, multipolo e/ou multi-institucional elaborar, definir e aprovar em Assembleia Geral os critérios para garantir segurança jurídica e transparência aos processos de participação via webconferência e videoconferência assistida.

5. Incluir dois parágrafos no Art. 48 do Estatuto do ANDES-SN:

§ 4º. Nas S.SIND ou AD-S.SIND multicampi, multipolo e/ou multi-institucional, a Assembleia Geral poderá ocorrer por webconferência (no caso da educação a distância) ou videoconferência, desde que haja transmissão em tempo real e a participação presencial dos sindicalizados e sindicalizadas, e a composição de uma comissão de acompanhamento (com pelo menos um membro da diretoria e um representante indicado pela base) para inscrição e coleta do voto através da contagem e/ou sistemas de votação *online*, com confiabilidade atestada, nos casos que demandem a garantia do voto universal e secreto.

§ 5º. Nas S.SIND ou AD-S.SIND multicampi, multipolo e/ou multi-institucional é permitida a participação e o voto não presencial por meio de webconferências e videoconferências nos órgãos executivos das SEÇÕES SINDICAIS ou AD-SEÇÕES SINDICAIS.

6. Incluir dois parágrafos no Art. 49 do Estatuto do ANDES-SN:

§ 4º. Nas S.SIND ou AD-S.SIND multicampi, multipolo e/ou multi-institucional é permitida a participação e o voto não presencial nos órgãos executivos por meio de webconferência ou videoconferência.

§ 5º. Nas S.SIND ou AD-S.SIND multicampi, multipolo e/ou multi-institucional é permitida a participação e o voto não presencial por meio da participação via webconferência e/ou videoconferência nas Assembleias Gerais ou outros órgãos deliberativos das SEÇÕES SINDICAIS ou AD-SEÇÕES SINDICAIS multicampi, multipolo e/ou multi-institucional, desde que se realize a composição de uma comissão de acompanhamento (com pelo menos um membro da diretoria e um representante indicado pela base) para inscrição do participante e coleta do voto através da contagem individual e/ou sistemas de votação *online*, com confiabilidade atestada, nos casos que demandem a garantia do voto universal e secreto.

§ 6º. Caberá a cada S.SIND ou AD-S.SIND multipolo e/ou multi-institucional elaborar e aprovar em Assembleia Geral os critérios para garantir transparência aos processos de participação via webconferência e videoconferência assistida.

Errata ao Caderno de Textos do 39º Congresso do ANDES-SN

Página 10 e página 266:

Texto 57 – Enfrentar os Governos e Não Confiar nos Reformistas: Pela Unidade Organizativa e Política dos Trabalhadores - Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADFURRN / ADUERN), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE) e Viviane Vidal da Silva (ADUA)” foi publicado no Tema IV - Questões Organizativas e Financeiras. **Retificamos o tema, que passa a ser o Tema III – Plano Geral de Lutas.**

Páginas 4 e 75:

Texto 9 - Construir a Contra Ofensiva da Classe Trabalhadora para Derrotar o Governo Bolsonaro e a Burguesia, onde se lê **“Fernando Santos (ADUFG)”** leia-se **“Fernando Santos (ADCAJ)”** e onde se lê **“Helga Maria Martins de Paula (ADUFG)”**, leia-se **“Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ)”**.

Páginas 9 e 226:

Texto 44 – Fim do Ciclo da CUT e da CSP-Conlutas. Construir o Enclat! Unidade e luta!; e nas páginas 9 e 232, Texto 45 – Lutar por uma Universidade Popular, onde se lê **“Fernando Santos (ADUFG)”** leia-se **“Fernando Santos (ADCAJ)”** e onde se lê **“Helga Maria Martins de Paula (ADUFG)”**, leia-se **“Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ)”**.